



APÊNDICE I - PROCESSO Nº 1088786

**GUIA DO ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA
GESTÃO ESTADUAL- IEGE
MINAS GERAIS / 2019**

Sumário

1. Introdução.....	3
2. Quesitos, por Dimensão, do IEGE (Quantitativo e Representatividade)	7
2.1. Quesitos Pontuados e Informativos.....	7
2.2. Quesitos Meios e Finalísticos.....	8
3. Incongruências/ausências apuradas no preenchimento do IEGE	9
4. Apuração do IEGE do Estado de Minas Gerais – 2019	37
4.1. Nota Final do IEGE: 60,90	37
4.1.1. Nota por Dimensão:.....	38
5. Análise das Notas Alcançadas no IEGE	39
5.1. i-Desenvolvimento.....	39
5.2. i-Educação	41
5.3. i-Planejamento	43
5.4. i-Fiscal.....	45
5.5. i-Segurança Pública	49
5.6. i-Saúde	52
5.7. i-Meio Ambiente	53
6. Validação das Respostas Prestadas pelo Governo.....	56
7. Considerações Finais	57
ANEXO I.....	58

1. Introdução

A partir de 2016, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais intensificou a realização de estudos para proposição de novo paradigma de controle da gestão estadual, inspirado no IEGM e com o objetivo de elaborar o Índice de Efetividade da Gestão Estadual – IEGE, cuja metodologia foi também disponibilizada pelo IRB aos TCEs brasileiros. Em 2017, em parceria com a Fundação João Pinheiro e o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, foi desenvolvido o processo criativo dos 294 quesitos e seus sub quesitos nas 7 dimensões avaliadas pelo IEGE: planejamento, gestão fiscal, educação, saúde, segurança pública, meio ambiente e desenvolvimento econômico.

O objetivo do IEGE é avaliar a existência e a qualidade dos meios empregados para se alcançar, de forma abrangente, a efetividade da gestão estadual, considerando, sobretudo, os aspectos do bem-estar social. Assim, na composição do Índice há, sobretudo, quesitos de natureza de Meios, mas existem, também, aqueles que se identificam com a natureza Finalística, representando aspectos de efetividade, embora sejam classificados, em grande parte, como Informativos, os quais não impactam o resultado final, mas cujas informações alimentarão banco de dados, com vista a subsidiar tanto as ações de controle externo quanto as ações do gestor, na busca pela melhoria da Administração Estadual.

Na definição dos quesitos, é considerada sua evolução anual, tendo em vista a necessidade de adequação e implementação de ações para atingir os objetivos em tempo hábil. O IEGE reflete as principais responsabilidades do Estado na repartição de competências dentro da Federação, a qual se fundamenta no princípio da predominância do interesse¹. Assim, à União cabe satisfazer os interesses gerais; aos Estados-Membros, os interesses regionais; aos Municípios, os interesses locais; e ao Distrito Federal, interesses regionais e locais.

As sete dimensões avaliadas pelo IEGE² quanto à existência e qualidade das políticas, ações e gastos públicos são:

- Planejamento (i-PLANEJ): Índice Estadual do Planejamento;
- Gestão Fiscal (i-FISCAL): Índice Estadual da Gestão Fiscal;

¹ MORAES, A. de. *Direito Constitucional*. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

² O IEGE e o IEGM diferem em duas das suas dimensões exatamente pela especificidade da atuação dos entes. Enquanto o IEGE incorpora as dimensões de Segurança Pública e de Desenvolvimento Econômico, integram o IEGM as dimensões Cidades Protegidas e Governança em Tecnologia da Informação.

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

- Educação (i-EDUC): Índice Estadual da Educação;
- Saúde (i-SAÚDE): Índice Estadual da Saúde;
- Segurança Pública (i-SEGP): Índice Estadual da Segurança Pública;
- Meio Ambiente (i-AMB): Índice Estadual do Meio Ambiente;
- Desenvolvimento Econômico (i-DES): Índice Estadual de Desenvolvimento Econômico.

Sua escolha não considerou, exclusivamente, a materialidade dos gastos públicos, tendo essas dimensões sido selecionadas, sobretudo, pela importância no contexto de uma gestão efetiva que busca a materialização dos direitos fundamentais. Discriminam-se, abaixo, os itens que, combinados, compõem o IEGE:

- Dados da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Estado;
- Dados estatísticos de instituições oficiais (IBGE, IPEA, etc.);
- Dados oriundos das Prestações de Contas Anuais do Governo do Estado;
- Dados provenientes dos sistemas do Governo do Estado;
- Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal (Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO e Relatório de Gestão Fiscal – RGF);
- Informações obtidas a partir de questionários preenchidos pelo Governo Estadual;
- Informações obtidas a partir de sites oficiais como os das Secretarias de Estado e Poder Legislativo;
- Dados e informações obtidos a partir de ações de controle externo do Tribunal;
- Dados e informações de bases de entidades e organizações parceiras;
- Índice de Avaliação do Planejamento – IAP aplicado em algumas dimensões.

Importante ressaltar que o Manual do IEGE é omissivo quanto à perspectiva a ser utilizada para o cálculo do Índice de Avaliação do Planejamento – IAP; deixa brecha para que o cálculo seja feito tanto por Função quanto por Eixo. Pelo fato de o IEGE aspirar à aferição da gestão estadual dos Estados de maneira uniforme (tanto é assim que sua metodologia foi disponibilizada a outros Tribunais de Contas) e pelo fato de a avaliação do planejamento por Eixo, como ocorre no Relatório Técnico das Contas Governamentais, ser uma particularidade de Minas Gerais inserida pelo Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI, pressupõe-se que, apesar da lacuna, a melhor opção é a apuração do IAP por Função, classificação comum a todos os entes da federação. Desse modo, é possível unificar o critério entre aos Estados, tornando o índice, inclusive, comparável.

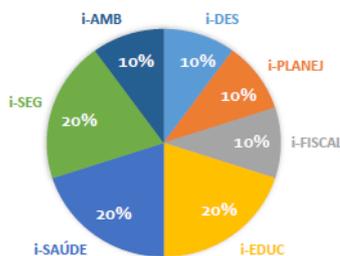
O IEGE é o índice final que reúne os índices apurados nas 7 dimensões apresentadas. Cada uma delas possui valor total de 100 pontos, distribuídos pelos diversos quesitos, pontuados escalonadamente, com variação entre 0 e 3 para cada um deles, com exceção do questionamento sobre o Índice de Avaliação do Planejamento – IAP, ao qual foram atribuídos 5 pontos. A atribuição da pontuação foi realizada pela equipe do TCEMG em parceria com o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, que participou por meio das Secretarias responsáveis pelas temáticas relativas a cada uma das dimensões, e sua distribuição levou em conta a relevância do questionamento no conjunto da dimensão, respeitando-se o total de 100 pontos. Também foram utilizados os parâmetros estabelecidos em documentos oficiais, a exemplo dos indicadores constantes no Processo de Pactuação Interfederativa para os anos de 2017-2021, relacionados a prioridades nacionais em Saúde.

Conforme previsto no Manual do IEGE, as respostas do Governo do Estado aos questionários serão validadas mediante auditorias, pesquisas em bancos de dados oficiais, prestações de contas e outras fontes. Em relação a 2018 e 2019, evoluindo em relação a 2017, procedeu-se à validação parcial das respostas prestadas no IEGE, como adiante demonstrado em item próprio deste relatório.

Para o cálculo geral do IEGE, foram atribuídos pesos de 20% às dimensões i-EDUC, i-SAÚDE e i-SEGP; e 10% às dimensões i-AMB, i-DES, i-PLANEJ e i-FISCAL, considerando-se sua relevância, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

Atribuição de Pesos às Dimensões

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL



Métrica de Cálculo do IEGE

$$IEGE = [(i - EDUC) * 20 + (i - SAÚDE) * 20 + (i - PLANEJ) * 10 + (i - FISCAL) * 10 + (i - AMB) * 10 + (i - SEGP) * 20 + (i - DES) * 10] / 100$$

$$\bar{x}_p = \frac{p_1 x_1 + p_2 x_2 + \dots + p_n x_n}{p_1 + p_2 + \dots + p_n} = \frac{\sum_{i=1}^n (p_i * x_i)}{\sum_{i=1}^n p_i}$$

Onde,

$$x_1 = i - EDUC \quad p_1 = 20$$

$$x_2 = i - SAÚDE \quad p_2 = 20$$

$$x_3 = i - PLANEJ \quad p_3 = 10$$

$$x_4 = i - FISCAL \quad p_4 = 10$$

$$x_5 = i - AMB \quad p_5 = 10$$

$$x_6 = i - SEGP \quad p_6 = 20$$

$$x_7 = i - DES \quad p_7 = 10$$

$$(p_1 + \dots + p_7) = 100$$

Faixas de resultado

As faixas de resultado são a representação por notas (A, B+, B, C+ e C) em função do resultado final do IEGE, notas essas que obedecerão aos seguintes critérios:

Notas	Critérios	Caracterização
A	IEGE ≥ 90 e ao menos 4 (quatro) dimensões com nota A, incluindo i-SAÚDE e i-EDUC	Altamente efetiva
B+	75 ≤ IEGE < 90	Muito efetiva
B	60 ≤ IEGE < 75	Efetiva
C+	50 ≤ IEGE < 60	Em fase de adequação
C	IEGE < 50	Baixo nível de adequação

Quando não ocorrer a aplicação de 12% da receita vinculável na Saúde e de 25% na Educação, o Estado perde 5 pontos (no caso de um só índice) ou 10 pontos (no caso dos 2 índices) no total do IEGE, por descumprimento dos índices constitucionais.

2. Quesitos, por Dimensão, do IEGE (Quantitativo e Representatividade)

As tabelas e gráficos a seguir consolidam os dados sobre os quesitos e suas características, por dimensão.

Quesitos do IEGE, por Dimensão

Dimensão	Quesitos Pontuados				Quesitos Informativos				Pontuados + Informativos		
	Meios (A)	AH %	Fim (B)	AH %	A + B	Meios (C)	AH %	Fim (D)		AH %	C + D
i-PLANEJ	37	100,00	0	0,00	37	3	100,00	0	0,00	3	40
I-FISCAL	37	100,00	0	0,00	37	3	100,00	0	0,00	3	40
i-EDUC	31	100,00	0	0,00	31	6	85,71	1	14,29	7	38
I-SAÚDE	21	61,76	13	38,24	34	5	31,25	11	68,75	16	50
I-SEG	35	94,59	2	5,41	37	0	0,00	0	0,00	0	37
i-AMB	36	92,31	3	7,69	39	0	0,00	4	100,00	4	43
I-DES	43	100,00	0	0,00	43	3	100,00	0	0,00	3	46
Total Geral	240	93,02	18	6,98	258	20	55,56	16	44,44	36	294

Fonte: Levantamento próprio a partir de dados do Manual do IEGE.

O IEGE compõe-se de 294 quesitos, desdobrados em 233 sub quesitos, classificados em Pontuados ou Informativos, de natureza Meio ou Fim, sendo que, por óbvio, apenas os Pontuados impactam o Índice. Parte considerável (12,24%) é apenas informativa.

No geral, os quesitos Pontuados caracterizados como Meios correspondem à grande maioria. Apenas três dimensões apresentam quesitos Pontuados de natureza Finalística, ainda assim, em uma porcentagem baixa – exceção para o i-Saúde, único em que o percentual chegou a 38,24%. Já os quesitos Informativos possuem naturezas mais equilibradas que os Pontuados, mas também com mais Meios que Finalísticos. Novamente, somente três dimensões apresentam quesitos Informativos de natureza Finalística, com destaque para o i-Saúde, que possui a maioria, e para o i-Amb, em que todos são finalísticos. O i-Seg não apresenta quesitos Informativos.

2.1. Quesitos Pontuados e Informativos

Ao desagregar os quesitos em **Pontuados** e **Informativos**, verifica-se a predominância dos **Pontuados** (88%), conforme tabela a seguir.

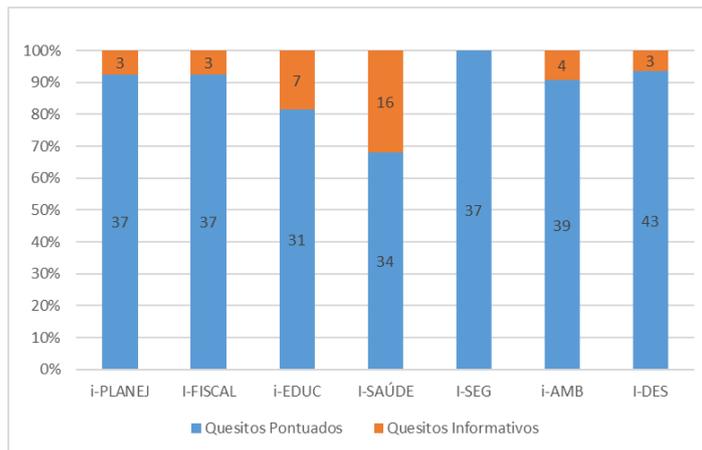
Classificação Quesitos

Quesitos	Quantitativo	Participação %
Pontuados	258	88
Informativos	36	12
Total	294	100

Fonte: Levantamento próprio com base no Manual do IEGE.

No gráfico abaixo, é apresentada a proporção de quesitos segundo essas características por dimensão.

Gráfico 01 - Quesitos Pontuados e Informativos, por Dimensão



Destaque para o i-Seg, com 100% dos quesitos **Pontuados**, e também para o i-Planej, i-Fiscal, i-Amb e i-Des, todos com mais de 90% desses quesitos. Já o i-Saúde é a dimensão com mais quesitos informativos, 16 (32%), seguido pelo i-Educ, 7 quesitos.

2.2. Quesitos Meios e Finalísticos

Classificando os quesitos de acordo com a característica de **Meios ou Finalísticos**, tem-se os números agregados na tabela a seguir, ressaltando que os **Meios** se equiparam a insumos para a definição e implementação de uma gestão efetiva, enquanto os **Finalísticos**, aos resultados, impactos ou efetividade no desempenho dessa gestão.

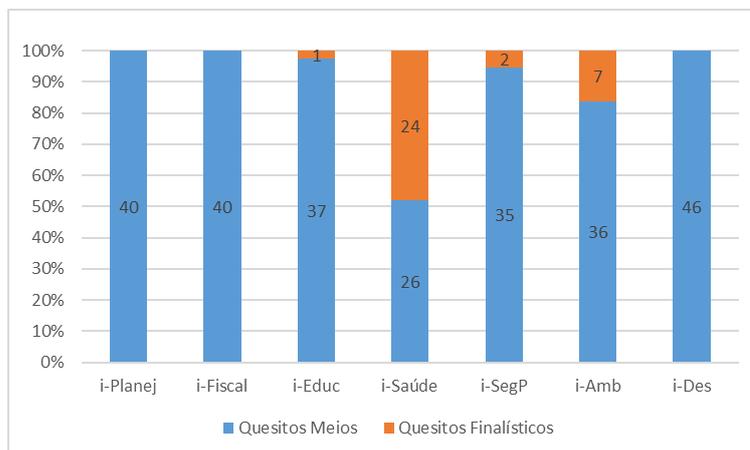
Quesitos por natureza

Área	Quantitativo	Participação %
Meios	260	88
Finalístico	34	12
Total	294	100

Fonte: Levantamento próprio com base no Manual do IEGE

Verifica-se uma acentuada predominância dos quesitos com natureza de **Meios**, com os quesitos **Finalísticos** perfazendo apenas 12% do questionário do IEGE.

Gráfico 02 - Quesitos por Natureza e Dimensão.



O i-Planej, i-Fiscal e i-Des são compostos por 100% de quesitos **Meios**, os dois primeiros por ser da própria essência dessas dimensões. O i-Saúde é o que apresenta mais quesitos de características **Finalísticas**, em número de 24, 48% dessa dimensão, traduzindo impactos, resultados.

No Anexo I, consta a lista dos **Quesitos e Sub Quesitos**, por **Dimensão do IEGE**, classificados em **Pontuados ou Informativos**, com as respostas dadas pelo Governo, relativas a 2019, e a pontuação alcançada em cada quesito e sub quesito, bem como a pontuação final, apurada por este Tribunal de Contas.

3. Incongruências/ausências apuradas no preenchimento do IEGE

Nesta terceira edição do índice, assim como na anterior, realizou-se a comparação das respostas prestadas ao questionário do IEGE-2019 com as dos anos precedentes e com o Relatório Técnico das Contas Governamentais do exercício de 2019, tendo sido apuradas ausências ou incongruências nessas comparações.

Visando ao esclarecimento de parte dessas ocorrências, o Memorando 25/CFAMGE/2020 de 13/05/20 foi direcionado ao Excelentíssimo Relator, Conselheiro Durval Ângelo Andrade, para o encaminhamento à Administração Pública Estadual, tendo o Exmo. Sr. Romeu Zema Neto, Governador do Estado de Minas Gerais, manifestando-se por meio da Advocacia-Geral do Estado. Posteriormente, a Cfamge avaliou as

justificativas apresentadas, alterando 17 quesitos a pedido do próprio estado e 9 quesitos de ofício por entender que as respostas ao questionário não sanaram os apontamentos.

Apresenta-se, a seguir, a lista dos apontamentos técnicos e a análise realizada por essa equipe técnica.

i-Desenvolvimento:

Apontamento Técnico 1

	2017	2018	2019
7. O Estado adota, na rede estadual de ensino, programa e/ou ação de educação sobre políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico?	Sim	Sim	Não
7.1 Especifique em quais níveis de educação a rede estadual de ensino inclui o programa na grade curricular: [ensino médio]	Sim	Sim	N/A
7.1 Especifique em quais níveis de educação a rede estadual de ensino inclui o programa na grade curricular: [ensino superior]	Sim	Sim	N/A

Solicita-se seja esclarecido se a ação ou programa foi descontinuada e, caso positivo, quais os motivos.

Esclarecimentos Prestados

Quanto a esse ponto o Estado apresentou a seguinte justificativa:

“Informamos que as ações da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico passaram por reavaliação conforme as diretrizes estratégicas definidas após a mudança de Governo em Minas Gerais. Nesse sentido, os programas que foram listados anteriormente estão em momento de readequação, com previsão de retomada para os anos seguintes em novo formato. Também ressaltamos que as ações eram de caráter complementar à rede de ensino estadual e, embora aplicáveis ao ensino médio e superior, não poderiam ser caracterizadas como inclusas na grade curricular, como requerido nos questionamentos 7.1 e 7.2, motivo pelo qual nesta avaliação entendemos que não era adequado assim avaliar como verdadeiro”.

Análise da Cfamge

Diante dos esclarecimentos prestados, manteve a resposta apresentada, sem impacto na nota.

Apontamento Técnico 2

24.1 Qual volume de emprego formal e de arrecadação tributária gerado por estes investimentos? [b) Arrecadação tributária:]	Potencial de incremento na arrecadação de ICMS dos projetos atendidos pelo INDI em plena operação no exercício de 2019: R\$ 565.300.673,13.
24.2 Qual a variação em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	+94,1%

Solicitam-se o valor da arrecadação tributária referente a 2018, que, em resposta ao questionário do referido ano, ainda encontrava-se em apuração, a fim de avaliar o expressivo crescimento apontado.

Esclarecimentos Prestados

Quanto a esse ponto o Estado apresentou a seguinte justificativa:

“Relatamos que a variação em relação ao exercício anterior ao ano avaliado é referente ao volume de empregos formais, em complementação à questão 24.1[a]. Para cálculo da variação, consideramos 22.431 mil empregos diretos comprometidos pelas empresas em protocolos de investimentos formalizados em 2019, conforme expresso no questionário do IEGE – exercício 2019, comparado ao volume de 11.557 empregos formalizados nos protocolos de intenções e termos aditivos em 2018, conforme informado pelo INDI neste ano. Ressalta-se ainda que o campo do formulário online somente permite a resposta em valor numérico e por não haver campo para observação/explicação houve a necessidade de responder apenas a variação de um dos itens, qual seja o informado “empregos”. Informamos que não foi possível mensurar a variação de incremento na arrecadação de ICMS, pois, de acordo com a Agência de Promoção de Investimentos e Comércio Exterior de Minas Gerais – INDI, a mensuração desse dado foi iniciada no ano de 2019, não existindo, portanto, informações referentes ao ano de 2018.”

Análise da Cfamge

Diante dos esclarecimentos prestados esta equipe técnica reconhece que o questionário deixa margem para interpretação se a questão 24.2 se refere à variação de a) emprego formal ou b) arrecadação tributária. Dessa forma, acata os esclarecimentos prestados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Com efeito, a nota final da dimensão Desenvolvimento Econômico não foi alterada.

i-Educação:

Apontamento Técnico 3

	2017	2018	2019
2.1 Informe: [b] Percentual de vagas em relação à demanda:][EF:]	100	100	27
2.1 Informe: [b] Percentual de vagas em relação à demanda:][EM:]	100	100	52
2.1 Informe: [d] Percentual de matrículas em relação à demanda:][EF:]	100	100	26
2.1 Informe: [d] Percentual de matrículas em relação à demanda:][EM:]	100	100	50

Solicitam-se esclarecimentos acerca da queda expressiva de atendimento à demanda escolar.

Esclarecimentos Prestados

Quanto a esse ponto o Estado apresentou a seguinte justificativa:

“Esclarecemos que para o preenchimento do ano de 2019 tratou-se de percentual referente a toda a população em idade escolar do estado, conforme o enunciado do questionário solicitava. Dessa forma, os percentuais de vagas e de matrículas se referem ao total de pessoas em idade escolar para os ensinos fundamental e médio - estes alunos não "contemplados" estão nas redes privada e ou municipal, naturalmente. Utilizando-se da mesma interpretação realizada em 2017 e 2018, os dados seriam diferentes, uma vez que

100% da demanda por vagas da rede estadual foi absorvida por esta Secretaria, não havendo queda de atendimento real.”

Análise da Cfange

Diante dos esclarecimentos prestados esta equipe técnica acata as justificativas apresentadas, em que faz referência à questão “2. O Estado promoveu levantamento sobre a existência de acesso (vagas disponíveis) para toda a população em idade escolar dos ensinos fundamental e médio da rede estadual?” Entretanto, o Estado não alterou as respostas dos anos anteriores, para os quais reconhece o equívoco. Mantem-se a resposta apresentada pelo Estado.

Apontamento Técnico 4

	2018	2019
18. Qual valor aplicado na capacitação do corpo docente estadual? [EF:]	1.683.634,68	2.469.236,58
18. Qual valor aplicado na capacitação do corpo docente estadual? [EM:]	790.109,72	-

Solicitam-se esclarecimentos sobre o valor apresentado em 2019, que aparentemente não foi desagregado em ensinos fundamental e médio.

Esclarecimentos Prestados

O Estado esclareceu que, utilizando o mesmo parâmetro de desagregação realizado no ano de 2018, os valores aplicados na capacitação do corpo docente estadual em 2019 seriam: Educação Fundamental = 1.679.080,87 Ensino Médio = 790.155,71, totalizando o valor de 2.469.236,58.

Análise da Cfange

Os valores foram desagregados conforme solicita o questionário. Por se tratar de questão informativa não houve impacto na nota.

Apontamento Técnico 5

	2018	2019
25.1 Quantas instituições ofertam educação profissional? [EM:]	662	135
25.2 Informe o percentual das instituições que ofertam educação profissional em relação ao total de escolas: [EM:]	28	51

Solicitam-se esclarecimentos a respeito da contradição das respostas apresentadas entre os dois anos. Em 2018 havia 662 instituições que ofertavam educação profissional no ensino médio, representando 28%, ao passo que, em 2019, foi informada queda no número de instituições para 135, mas representando 51% do total de escolas.

Esclarecimentos Prestados

Quanto a esse ponto o Estado apresentou a seguinte justificativa:

“Considerando as restrições orçamentárias, o plano de atendimento escolar para 2019 e 2020 priorizou o atendimento à educação básica, ficando a oferta de educação profissional condicionada a disponibilidade orçamentária. Para 2020 e 2021 pretende-se utilizar os recursos oriundos do Pronatec para ampliar a oferta da Educação Profissional e recuperar os números anteriores. Com relação ao percentual, trata-se de erro material, uma vez que o correto são 5,41% do total de escolas de Ensino Médio.”

Análise da Cfamge

O Estado reconheceu erro no preenchimento e alterou a resposta, eliminando a contradição apontada. Por se tratar de questão informativa não houve impacto na nota.

Apontamento Técnico 6

36. Qual percentual da receita vinculada aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino?	≥ 25%
--	-------

Valor divergente do apurado pela equipe técnica da Cfamge.

Esclarecimentos Prestados

A Advocacia-Geral do Estado – AGE afirmou que alguns dos tópicos já foram respondidos na manifestação anteriormente enviada pelo Poder Executivo, para exame, por essa Corte, a exemplo da metodologia que fora empregada no cômputo do índice da saúde e da educação, enquanto a Secretaria Estadual de Educação declarou que a responsabilidade por este item é da Secretaria de Estado de Fazenda, uma vez que o índice é apurado e publicado por essa Secretaria, enviando, ainda, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, referente ao ano de 2019.

Análise da Cfamge

O valor informado é divergente do apurado pela equipe técnica da Cfamge, visto que, do montante das despesas realizadas, pelo Estado, com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, foram realizados alguns ajustes (deduções) por esta equipe técnica, consoante os dispositivos legais e orientações contidas no Manual dos Demonstrativos Fiscais – MDF da STN – base para o Parecer Prévio deste Tribunal – Pleno, quais sejam: i) Gastos com assistência comunitária (que não se coadunam com a natureza das despesas permitidas pelo art. 70 da LDBEN; ao contrário, figuram entre as proibidas pelo art. 71 do mesmo normativo); ii) Gastos com inativos; iii) Restos a Pagar não processados, inscritos em 2019, sem disponibilidade financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino, e iv) Cancelamentos, no exercício, de Restos a Pagar inscritos, com disponibilidade financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino (O Estado deduziu apenas os valores relativos ao ano-origem 2018, sem contudo ter considerado os cancelamentos referentes à folha de pagamento deste ano –, em clara inobservância às orientações contidas no MDF da STN). Dessa forma, inferiu-se que o Estado não aplicou em ações de manutenção e desenvolvimento de ensino o percentual mínimo constitucional de 25% fixado no art. 212 da CR/88, tendo aplicado, após esses ajustes, pouco menos de 20% de sua Receita Líquida de Impostos e Transferências em MDE. Diante da divergência apurada pela equipe técnica, houve a perda de três pontos nessa questão.

Sendo esta última a única questão pontuada alterada, sua alteração acarretou também a redução de três pontos na dimensão Educação.

i-Planejamento:

Apontamento Técnico 7

	2019
1. O Estado possui Plano Estratégico de longo prazo (mínimo de 12 anos), no qual se vinculam os demais instrumentos de planejamento?	Sim
1.1 Existe participação da sociedade no processo de elaboração deste Plano Estratégico?	Não

Conforme resposta apresentada pelo Estado ao sub quesito 1.1, o Plano Estratégico de longo prazo foi delineado, em 2019, sem a participação popular. Todavia, a revisão do PMDI 2019-2030 foi transformada na Lei 23.577, publicada em 16/01/2020, gerando efeitos a partir dessa data. Dito isso, entende-se que o plano estratégico vigente no exercício de 2019 refere-se ao PMDI 2016-2017, o qual, segundo informações extraídas no texto do próprio plano, contou com a sociedade ao ser elaborado.

Esclarecimentos Prestados

A Secretaria de Planejamento e Gestão informou, por meio do memorando SEPLAG/SCGAE nº73/2020, de 22/9/20, que o documento contendo a revisão PMDI, para o período 2019-20130, foi encaminhado à

Assembleia Legislativa de Minas Gerais - ALMG em setembro/2019, sendo considerada essa versão ao responder, posteriormente, o questionário do IEGE. Feito esse esclarecimento, a Secretaria reconheceu que o PMDI vigente no exercício de 2019, regulamentado pela Lei 21967, de 12/01/2016, foi elaborado com a participação da sociedade, retificando, desse modo, a resposta dada ao quesito 1.1, de “não” para “sim”.

Análise da Cfamge

Diante do exposto pela Seplag, a Cfamge efetuou a alteração da resposta de “Não” para “Sim”, ocasionando o acréscimo de 1 ponto na nota da dimensão.

Apontamento Técnico 8

	2019
9. Há monitoramento e avaliação da execução do PPA com emissão de relatórios periódicos e final?	Sim
9.1 Qual o conteúdo desses relatórios? [Programas previstos e executados]	Não

Segundo consta no sub quesito 9.1, o Estado diz que os relatórios de monitoramento e avaliação da execução do PPAG não tratam dos programas previstos no plano. Porém, o Relatório Institucional de Monitoramento (RIM), divulgado bimestralmente pela SEPLAG, traz informação a respeito do desempenho físico e financeiro das ações inseridas nos **programas** do PPAG, comparando o valor inicialmente programado com o executado. Há, ainda, o Relatório Anual de Avaliação, que apresenta os resultados alcançados em cada programa de governo.

Esclarecimentos Prestados

Por meio da Nota Técnica nº 8/SEPLAG/DCPPN/2020, a Secretaria de Planejamento e Gestão comunicou que houve um equívoco no preenchimento do subitem pela unidade responsável. Bimestralmente, o Relatório Institucional de Monitoramento - RIM apresenta de forma consolidada os dados e as informações a respeito do desempenho físico e orçamentário das ações e programas contidos no PPAG 2016-2019.

Análise da Cfamge

A Cfamge retificou a resposta dada pelo Executivo ao item 9.1, de “Não” para “Sim”, sendo acrescidos 3 pontos à nota da dimensão.

Apontamento Técnico 9

	2019
10. Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento – IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA: [a] A razão entre o número de ações cujo EFISi esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*:]	0.557
10. Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento – IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA: [b] A razão entre o número de ações cujo EFINi esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*:]	0.37
10. Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento – IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA: [c] A razão entre o número de ações cujo Índice de Equilíbrio da Execução Orçamentária (IEEOi) esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*:]	0.317

A partir dos valores informados para o EFIS, EFIN e IEEO, chega-se a um IAP de 41,46, na faixa razoável de eficácia (> 40 e ≤ 60); enquanto que o calculado por esta unidade técnica, conforme relatório técnico de 2019, foi de 39,33, considerado de baixa eficácia (> 20 e ≤ 40). Vale esclarecer que a Cfamge desconsiderou, além das ações não-orçamentárias, como explicita o quesito acima, as que não continham programação inicial física ou financeira na LOA. Isso porque o EFIS e o EFIN são obtidos pela razão entre o executado e o planejado, como não há valor inicial programado, a divisão por zero resulta num índice de execução, física ou financeira, indefinido.

Esclarecimentos Prestados

A Seplag, mediante Nota Técnica nº 8/SEPLAG/DCPPN/2020, assim se manifestou:

“Inicialmente ressaltamos (Seplag) que a metodologia utilizada pela Diretoria de Planejamento, Programação e Normas - DCPN desconsiderou as ações não-orçamentárias e as ações que não continham previsão física ou financeira, mas também excluiu do cálculo as ações **transpostas**.

As ações transpostas vieram com a Reforma Administrativa contida na lei 23.304/19. Isso quer dizer que órgãos e entidades foram extintos e outros receberam as atribuições daqueles durante o exercício de 2019. Assim, as ações transpostas foram duplicadas no SIGPlan e nas bases, contudo, em uma unidade orçamentária elas possuem a previsão inicial e na outra unidade orçamentária ela possui apenas a execução. Portanto, não as consideramos válidas para o cálculo do IEGE, pois isso impossibilita uma análise real entre valores executados e previstos dentro de uma mesma ação e unidade orçamentária.

Ainda, identificamos que a base de dados utilizada pelo TCE para o cálculo do IAP continha duas incoerências. Estas, referem-se às ações 2001 e 2002 da unidade orçamentária 1491 (SEGOV) que estavam com previsão inicial física “zero”, mas deveriam ter como previsão meta igual a “um”, logo, também as consideramos em nossa análise como ações válidas.

Nesse sentido, o número de ações consideradas válidas pela Diretoria, para obtenção do EFIS, EFIN e IEEO, foi inferior àquela utilizada pelo TCE, o que explica a divergência do IAP aferido.”

Por fim, a secretaria comparou os valores de referência utilizados pelo TCE e pela DCPN. No cálculo do Tribunal, 1155 ações foram consideradas válidas e 110 inválidas para o cálculo do IAP, ao passo que a Diretoria de Planejamento validou 1068 e invalidou 197.

Análise da Cfamge

De acordo com o argumento da Seplag, a exclusão das ações transpostas e a inclusão das ações 2001 e 2002 da unidade orçamentária 1491 (Segov), por parte da DCPN, são a causa da divergência apurada entre os índices.

Referente às ações transpostas, esta unidade técnica manifesta-se favoravelmente por sua exclusão do cálculo do IAP, por entender que elas não permitem a real comparação entre programação e execução de uma ação, uma vez que, em razão da Reforma Administrativa – lei 23.304/19, seu planejamento inicial é atribuído a uma UO e a execução a uma outra unidade.

Quanto às ações 2001 – Direção Superior e 2002 – Planejamento, Gestão e Finanças, da unidade orçamentária 1491 (Segov), a Cfamge utilizou-se da base de dados enviada a este Tribunal de Contas pela Seplag (protocolo 6586610/2020), em que tais ações têm previsão inicial física de 0 (zero) unidade. Desse modo, apresentaram valor indefinido para o EFIS e foram desconsideradas no cômputo do IAP por esta coordenadoria. No entanto, em pesquisa à base de dados, de 23/4/20, disponibilizada no site da Seplag³, verificou-se que essas ações apresentam meta física de 1 (uma) unidade. Neste caso, o EFIS de ambas é definido e igual a 1 (um), e o EFIN e IEEO obtidos estão fora do intervalo satisfatório (entre 0,7 e 1,3). Portanto, supondo que essas metas tenham sido atualizadas após o envio da base ao TCEMG, esta unidade técnica não se opõe a inclusão das ações em questão.

Desse modo, para fins do IEGE, o IAP informado pelo Estado será mantido, evitando o rebaixamento de seu intervalo de eficácia e a consequente perda de ponto.

Apontamento Técnico 10

	2019
23. Qual percentual de emendas parlamentares incluídas no projeto de lei da LOA em relação ao total do orçamento?	0,05
25. Qual percentual de execução financeira das emendas parlamentares no orçamento do ano avaliado?	0,44

Solicitou-se maiores esclarecimentos do valor informado, discriminando-as por tipos de emendas (individuais, bancada, comissão de participação popular).

Esclarecimentos Prestados

A Seplag, via Nota Técnica nº 8/SEPLAG/DCPPN/2020, comunicou que houve um equívoco no preenchimento do item 23 pela unidade responsável e apresentou o percentual de emendas parlamentares incluídas no projeto de lei da LOA por tipos de emendas, conforme o próximo quadro. Destaca-se que se considerou apenas o valor previsto no orçamento fiscal, de R\$ 111.773.670.980,00 (cento e onze bilhões setecentos e setenta e três milhões seiscentos e setenta mil novecentos e oitenta reais).

³ <http://www.seplag.mg.gov.br/pagina/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-de-acao-governamental-ppag/plano-plurianual-de-acao>, acesso em 16/10/2020.

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

TIPOS DE EMENDAS	VALOR PLANEJADO (R\$)	PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO ORÇAMENTO FISCAL (%)
CPP	20.000.000,00	0,02%
DEMAIS	135.206.234,00	0,12%
Alencar da Silveira Jr., Gustavo Valadares, Gustav	10.000,00	0,00%
Bosco, Fábio Avelar Oliveira	10.000,00	0,00%
Bosco, Fábio Avelar Oliveira, Doutor Jean Freire	20.000,00	0,00%
Celinho do Sinttrocel, Nozinho	10.000,00	0,00%
Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentári	135.116.234,00	0,12%
Dilzon Melo, Luiz Humberto Carneiro, Tito Torres	10.000,00	0,00%
Gustavo Corrêa, Celinho do Sinttrocel	10.000,00	0,00%
Iran Barbosa, Agostinho Patrus Filho	10.000,00	0,00%
Ulysses Gomes, Doutor Jean Freire	10.000,00	0,00%
INDIVIDUAL	429.215.048,00	0,38%
TOTAL	584.421.282,00	0,52%

Fonte: SIAFI/MG

De igual modo, a secretaria acusou equívoco no preenchimento do item 25 pela unidade responsável, apresentando o percentual de execução financeira das emendas parlamentares por tipo de emenda.

TIPO DE EMENDAS	VALOR PLANEJADO (A)	VALOR EXECUTADO (B)	(A/B)%
CPP	20.000.000,00	4.359.098,70	21,80%
INDIVIDUAIS	429.215.048,00	351.362.459,92	81,86%
DEMAIS	135.206.234,00	86.385.129,18	63,89%
TOTAL	584.421.282,00	442.106.687,80	75,65%

Fonte: SIAFI/MG e Sigconsaida

Análise da Cfamge

Os valores informados nos quadros anteriores conferem com os apurados pela Cfamge. Portanto, procedeu-se a alteração das respostas apresentadas aos quesitos 23 e 25, respectivamente, para 0,52% e 75,65%. No entanto, tais alterações não impactaram a nota do índice, uma vez que esses quesitos têm caráter informativo, contudo, contribuíram para melhor transparência e o controle dos valores referentes às emendas parlamentares.

i-Saúde:

Apontamento Técnico 11

	2017	2018	2019
7. Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por dengue, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos prováveis:][Quantitativo:]	26586	29329	610249
7. Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por dengue, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos confirmados:][Quantitativo:]	19277	23345	387662
7. Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por dengue, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [óbitos confirmados:][Quantitativo:]	18	12	177
8. Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por chikungunya, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos prováveis:][Quantitativo:]	16334	11743	5071
8. Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por chikungunya, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos confirmados:][Quantitativo:]	13687	11137	1776
8. Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por chikungunya, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [óbitos confirmados:][Quantitativo:]	13	2	1
9. Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por zika, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos prováveis:][Quantitativo:]	724	169	3198
9. Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por zika, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos confirmados:][Quantitativo:]	559	85	250

Solicitam-se esclarecimentos sobre a variação expressiva das informações prestadas nos anos analisados.

Esclarecimentos Prestados

A Secretaria de Saúde apresentou dados atualizados, mantendo a grande variação entre os anos. Como justificativa argumentou que em relação à variação dos dados, os anos de 2017 e 2018 não foram epidêmicos para dengue, ao contrário da chikungunya, que assolou especialmente a região leste do Estado. Em relação ao Zika Vírus, desde 2016 que a doença tem ficado controlada, não havendo óbitos registrados nos últimos anos. As variações expressivas referem-se especialmente aos anos epidêmicos de cada agravo, que ocasionam aumento elevado do número de casos e óbitos.

Análise da Cfmge

Esta equipe técnica acata as justificativas apresentadas. De toda forma, mesmo com a atualização dos dados, a pontuação se manteve para as três questões conforme os critérios de pontuação do questionário: i) questão 7, sobre a dengue, 0 pontos, visto que o número de óbitos confirmados foi ≥ 1 e não houve redução nos números de óbitos e casos prováveis para o ano em análise; ii) questão 8, sobre a chikungunya, 3 pontos, dado que apesar de ter ocorrido 1 óbito, houve redução maior que 2,5% nos casos prováveis (de 11.789 em 2018 para 2.699 em 2019), além de redução maior que 5% em óbitos confirmados (de 2 para 1); e iii) questão 9, sobre zika, 3 pontos, já que não houve óbitos confirmados em 2019. Diante disto, não houve impacto na pontuação.

Apontamento Técnico 12

	2018	2019
15. Qual o número de casos novos de sífilis congênita em menores de 1 ano de idade?	1827	2055
15.1 Houve redução do número de casos novos em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?		Sim

Solicitam-se esclarecimentos acerca da divergência entre os casos apresentados e a afirmação de que houve redução.

Esclarecimentos Prestados

O Estado argumentou que o fluxo do SINAN ocorre através da transferência de dados do nível municipal ao nível estadual e do nível estadual para o nível federal, sendo esta transferência de dados com Memorando 241 (19748244) SEI 1630.01.0001306/2020-65 determinada conforme protocolo do SINAN. A diferença de dados pode ocorrer devido a essa questão dos prazos para a transferência de dados e outro ponto é as duplicidades que são rotineiramente avaliadas e excluídas do sistema afim de gerar maior confiabilidade. Assim, apresentou os seguintes números revisados: 2.443 em 2018 e 2.301 em 2019.

Análise da Cfange

A revisão das informações eliminou a contradição de que houve redução. Dessa forma, manteve-se a pontuação deste quesito.

Apontamento Técnico 13

	2018	2019
16. Qual o número de casos novos de AIDS em menores de 5 anos?	3	4
16.1 Houve redução do número de casos novos em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?		Sim

Solicitam-se esclarecimentos acerca da divergência entre os casos apresentados e a afirmação de que houve redução.

Esclarecimentos Prestados

O Estado argumentou que o fluxo do SINAN ocorre através da transferência de dados do nível municipal ao nível estadual e do nível estadual para o nível federal, sendo esta transferência de dados com Memorando 241 (19748244) SEI 1630.01.0001306/2020-65 / pg. data determinada conforme protocolo do SINAN. A diferença de dados pode ocorrer devido a essa questão dos prazos para a transferência de dados e outro ponto é as duplicidades que são rotineiramente avaliadas e excluídas do sistema afim de gerar maior confiabilidade. Assim, apresentou os seguintes números revisados: 4 em 2018 e 1 em 2019.

Análise da Cfamge

Esta equipe acata a revisão das informações pelo Estado, eliminando a contradição de que houve redução, em que pese ter sido verificado no Boletim Epidemiológico HIV/Aids, do Ministério da Saúde, de dezembro de 2019, a informação de 7 casos em 2018 e 6 casos até junho de 2019. Diante do exposto, como o dado do Ministério da Saúde não está fechado para o ano em análise, manteve-se a resposta do Estado e a pontuação deste quesito.

Apontamento Técnico 14

	2018	2019
22. Houve redução, no Estado, no número de óbitos maternos em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?		Sim
22.1 Informe o número de casos no ano avaliado:	88	92

Solicitam-se esclarecimentos acerca da divergência entre os casos apresentados e a afirmação de que houve redução.

Esclarecimentos Prestados

No que diz respeito ao número de óbitos maternos, os dados são dinâmicos ao longo do tempo devido ao fato de que os sistemas de informações epidemiológicas têm prazos que determinam e influenciam as diferenças nas informações. Assim, apresentou os seguintes números revisados: 126 em 2018 e 101 em 2019.

Análise da Cfamge

A revisão das informações eliminou a contradição de que houve redução. Dessa forma, manteve-se a pontuação deste quesito.

Apontamento Técnico 15

	2017	2018	2019
25. O Estado dispõe de política de saúde voltada para os povos e comunidades tradicionais?	Sim	Sim	Não

Nos outros anos, foi informado que havia a referida política, assim como verificada execução na Ação 4015 (Promoção da Equidade e Atenção à Saúde dos Grupos de Indivíduos Historicamente Vulnerabilizados).

Esclarecimentos Prestados

Quanto a esse ponto o Estado apresentou a seguinte justificativa:

“Informamos que a divergência se deve a interpretações diferentes em relação a política citada. Apesar de não haver uma política de saúde formalmente estabelecida, construída com a participação da sociedade civil, visando assegurar o direito dos povos e comunidades tradicionais, existe na SES uma ação orçamentária específica para repasse de recursos, a fim de consolidar estratégias para essas populações, no intuito de reduzir as iniquidades em saúde. Portanto, podemos considerar que, em 2019, havia uma política de financiamento para desenvolvimento de ações em saúde voltadas para essa população.”

Análise da Cfamge

De acordo com o apontamento desta equipe e os esclarecimentos prestados, a resposta foi alterada de “Não” para “Sim”, o que acarretou na alteração da nota para mais dois pontos.

Apontamento Técnico 16

	2018	2019
37.1 O estoque de sangue no banco é suficiente para suprir a demanda necessária?	Não	Sim
38.1 Houve aumento das doações em relação ao exercício anterior?	Não	Não

Em 2018 o estoque de sangue no banco não era suficiente e não houve aumento em 2019. Solicitam-se esclarecimentos acerca da suposta redução na demanda em 2019 que tornou o estoque suficiente.

Esclarecimentos Prestados

Quanto a esse ponto o Estado apresentou a seguinte justificativa:

“Informamos que no ano de 2018 a Fundação Hemominas coletou: 290.605 bolsas de sangue total, e em 2019 foram coletadas: 285.495 bolsas. Apesar desta redução de 1,8% no número de bolsas coletadas, também ocorreu uma redução de 6,6% no número de solicitações transfusionais entre os anos de 2018 e 2019, o que contribuiu para que não houvesse um impacto negativo na assistência transfusional dos hospitais atendidos pela Fundação Hemominas. Em 2019, conseguimos atingir uma taxa de eficácia transfusional de concentrado de hemácias de 91% (dentro da meta estabelecida que é 90%), e superior a alcançada em 2018 (88%). A principal justificativa para redução do número de solicitação de bolsas de hemocomponentes e maior efetividade no atendimento, está no maior rigor na liberação de bolsas de hemocomponentes por parte da Fundação Hemominas, através da análise criteriosa das solicitações transfusionais recebidas e do contato permanente com os hospitais contratantes, visando o uso racional do sangue e um adequado controle no aproveitamento dos hemocomponentes em toda Rede.”

Análise da Cfamge

Os esclarecimentos prestados elucidaram a questão. Quesito informativo e sem impacto na pontuação do índice.

Apontamento Técnico 17

46. Qual percentual da receita vinculada aplicado em ações e serviços públicos de saúde a que se refere a EC n. 29/00?	≥ 12%
--	-------

Solicitam-se esclarecimentos acerca da divergência em relação ao percentual apurado pela equipe técnica da Cfamge.

Esclarecimentos Prestados

A Advocacia-Geral do Estado – AGE afirmou que alguns dos tópicos já foram respondidos na manifestação anteriormente enviada pelo Poder Executivo, para exame, por essa Corte, a exemplo da metodologia que fora empregada no cômputo do índice da saúde e da educação.

Análise da Cfamge

Sem maior esclarecimentos, segue análise desta equipe técnica: o valor informado é divergente do apurado pela Cfamge, visto que do montante das despesas realizadas, pelo Estado, com Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS, foram realizados alguns ajustes (deduções) por esta equipe técnica, consoante os dispositivos constitucionais, legais e orientações contidas no Manual dos Demonstrativos Fiscais – MDE da STN – base para o Parecer Prévio deste Tribunal – Pleno, quais sejam: i) Restos a Pagar não processados, sem disponibilidade financeira e ii) Despesas amparadas no Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário – TDCO 0011/2018 (essas despesas não foram consideradas por esta equipe técnica no cálculo de ASPS pois tem como fontes (84 e 37) recursos não vinculados legalmente ao financiamento de ASPS, além de não ser mencionado no Plano Estadual de Saúde e, ainda, ter por finalidade políticas públicas que não permitem identificar o seu emprego exclusivo em ASPS, nos termos da legislação). Dessa forma, inferiu-se que o Estado não aplicou em ASPS o percentual mínimo constitucional de 12% fixado no art. 198 da CR/88, tendo aplicado, após esses ajustes, 8,93% da receita da base de cálculo em ASPS. Diante da divergência apurada pela equipe técnica, houve a perda de três pontos nessa questão.

Apontamento Técnico 18

47. Na apuração do percentual mínimo em ações e serviços públicos de saúde, determinado pela EC 29/00, estão sendo observadas as disposições contidas na LC 141/12?	Sim
---	-----

Esta equipe técnica avalia que as disposições contidas na LC 141/12 têm sido apenas parcialmente observadas, visto que tem sido computado restos a pagar não processados sem disponibilidade de caixa.

Esclarecimentos Prestados

Quanto a esse ponto o Estado apresentou a seguinte justificativa:

“Alguns dos tópicos já foram respondidos na manifestação anteriormente enviada pelo Poder Executivo, para exame, por essa Corte, a exemplo da metodologia que fora empregada no cômputo do índice da saúde e da educação. Ainda assim, a demonstrar todos os esforços do Estado de Minas Gerais, para conciliar texto e realidade, em um contexto de crise financeira, informa-se, acerca dos esforços atuais na área da saúde, em dados obtidos junto à SEF/MG: Observa-se que do total inscrito em restos a pagar não processados em 2019, qual seja R\$ 2,013 bilhões, foram cancelados R\$ 24 milhões (1,19%) e R\$ 1,272 bilhão foram liquidados a pagar, ou seja, as despesas foram efetivamente realizadas, os quais representaram 63,17%. Os restos a pagar quitados alcançaram R\$ 211 milhões (10,46%), restando o saldo de R\$ 507 milhões (25,18%) a pagar. Tal situação demonstra que, em um cenário de extremas dificuldades financeiras, o Estado de Minas Gerais vem envidando esforços para validar o índice apurado.”

Análise da Cfange

Apesar dos argumentos trazidos pela defesa, esta equipe técnica mantém o posicionamento de que as disposições contidas na LC 141/12 têm sido apenas parcialmente observadas, visto que tem sido computado restos a pagar não processados sem disponibilidade de caixa no índice de ASPS. Diante disso, esta equipe alterou a resposta de “Sim” para “Não”, o que acarretou na redução de três pontos.

Apontamento Técnico 19

50. Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento - IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA relativos às políticas públicas da saúde: [a] A razão entre o número de ações cujo EFISi esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*:]	71.74
50. Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento - IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA relativos às políticas públicas da saúde: [b] A razão entre o número de ações cujo EFINi esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*:]	28.26
50. Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento - IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA relativos às políticas públicas da saúde: [c] A razão entre o número de ações cujo Índice de Equilíbrio da Execução Orçamentária (IEEOi) esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*:]	26.09

As respostas não são válidas, pois a razão deve ser entre 0 e 1.

Esclarecimentos Prestados

O Estado apontou que foi verificado que apenas as ações do Fundo Estadual de Saúde (U.O 4291) foram consideradas para computar o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento (IAP). Assim, foi identificado que as ações específicas da Fundação Ezequiel Dias (FUNED), Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG), Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais (Hemominas) e Escola de Saúde Pública (ESP) não foram consideradas no cálculo do IAP. Considerando o exposto, retificou os itens (a), (b) e (c) do quesito 50, para 0,7, 0,37 e 0,32, respectivamente.

Análise da Cfamge

Diante da retificação das respostas, o IAP alcançou a nota de 3 pontos. Vale mencionar que pelo cálculo realizado pela Cfamge, a nota foi similar, se posicionando na faixa razoável de eficácia (> 40 e ≤ 60).

Diante das análises demonstradas, a nota da dimensão Saúde foi reduzida em 6 pontos.

i-Segurança Pública:

Apontamento Técnico 20

	2017	2018	2019
8. O Estado possui registro do número de unidades prisionais em seu território?	Sim	Sim	Sim
8.1 Informe o número de unidades:	244	198	227

Com o intuito de elucidar a expressiva variação acerca do número de unidades prisionais, informada no quesito 8.1, solicitou-se maiores esclarecimentos ao Estado.

Esclarecimentos Prestados

A Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - Sejusp, via o Memorando SEJUSP/DEPEN nº3454/2020, de 15/9/20, justificou a variação no quantitativo de Unidades Prisionais - UPs pelas assunções e desativações de Cadeias Públicas que não integravam o quadro de UPs do Estado. Além disso, a desativação de unidades prisionais nos últimos anos, por decorrência de interdições Judiciais, bem como, por conveniência da segurança pública, também justifica a variação no quantitativo total.

Segundo a Secretaria, no ano de 2017, haviam 209 UPs e 38 Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - APACs. Em 2018, haviam 199 UPs e 37 APACs. Já em 2019, o quantitativo era de 192 UPs e 38 APACs. Por fim, atualmente, existem 196 UPs e 38 APACs.

Análise da Cfamge

Diante das justificativas e informações apresentadas pela Sejusp, a quantidade informada no quesito 8.1, de unidade prisionais em território mineiro, foi alterada para 247, 236 e 230, respectivamente, sendo esses valores a soma entre UPs e APACs de cada ano.

Alteração não impacta a pontuação do IEGE, pois o quesito tem caráter informativo.

Apontamento Técnico 21

	2017	2018	2019
31. O Estado registra a taxa de letalidade dos agentes do Sistema de Segurança: [Sistema Prisional]	Sim	Sim	Não

Em 2019, conforme informação apresentada no quesito 31, deixou-se de registrar a taxa de letalidade dos agentes do Sistema de Segurança relacionada ao Sistema Prisional, sendo o Estado questionado acerca dos motivos que levaram à interrupção desse registro.

Esclarecimentos Prestados

A Sejusp, por meio do Memorando SEJUSP/SOSP nº 207/2020, de 15/9/20, assim se manifestou:

“...esclarecemos (Sejusp) que são feitos os registros de letalidade por Policiais Penais do Sistema Prisional Mineiro nos Registros de Eventos de Defesa Social, como acontece com todos os registros de crimes ocorridos em Minas Gerais.

Não é computada, atualmente, a taxa em separado de letalidade dos Policiais Penais do Sistema Prisional Mineiro, uma vez que, com o advento das novas legislações a respeito da referida carreira, é necessária a criação de uma nova metodologia para a aferição dos valores, bem como a definição de protocolo para que tais registros sejam analisados de forma coesa e transparente.

Salientamos, novamente, que tais fatos continuam a ser registrados no Registro de Eventos de Defesa Social (REDS) e, tão logo haja uma nova definição metodológica, voltarão a ser computados de forma separada.”

Análise da Cfamge

A Secretaria informou que a taxa de letalidade dos Policiais Penais do Sistema Prisional continua a ser contabilizada no Registro de Eventos de Defesa Social - REDS, contudo não esclareceu o porquê de a metodologia aplicada nesse registro não permiti o computo em separado, pois, se ela é suficiente para a contagem em conjunto, também deveria ser para contagem segregada. Além disso, a Sejusp nada informou a respeito do andamento de uma nova metodologia, limitando-se a dizer que “tão logo haja uma nova definição metodológica, voltarão a ser computados (letalidade por Policiais Penais do Sistema Prisional) de forma separada.”

Ainda assim, diante da falta de detalhamento da atual metodologia e das alterações necessárias para volta da contagem de forma separada, a Cfamge manteve a resposta negativa apresentada e, conseqüentemente, a pontuação do item 31.

Apontamento Técnico 22

	2017	2018	2019
33. O Estado mede e registra o tempo de resposta do 190: [Tempo de espera entre o início da chamada e a designação da força policial]	Sim	Sim	Não
33. O Estado mede e registra o tempo de resposta do 190: [Tempo entre o início da chamada e a chegada da força policial]	Sim	Sim	Não

De acordo com informação apresentada no quesito 33, deixou-se de registrar, em 2019, o tempo de resposta às chamadas do 190 (número telefônico da Polícia Militar destinado ao atendimento da população nas situações de urgências policiais), sendo solicitados maiores esclarecimentos a respeito dessa interrupção.

Esclarecimentos Prestados

A Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública manifestou-se por meio do Mem. SEJUSP/SIPO nº 352/2020, de 17/9/20, pelo qual informou que, em 2018, no Centro Integrado de Atendimento e Despacho – CIAD, foi implantado o novo sistema de controle de atendimento e despacho, denominado NOVO CAD. Com essa plataforma, diferentemente da substituída, não foi possível realizar a integração com o sistema Armazém de Dados do Centro Integrado de Informações de Defesa Social – CINDS, inviabilizando a extração das informações e dados estatísticos referentes a tempo de atendimentos de chamada de emergência por recurso e tempo de empenho de recurso.

A Sejusp afirma existir a gestão dos dados do atendimento, sendo esse os indicadores mensurados no momento: nível de serviço, tempo de espera e quantidade do atendimento. Por fim, a secretaria destaca que a plataforma de integração que informará sobre o deslocamento da viatura já possui demanda de desenvolvimento junto a Assessoria Técnica Do Sistema Integrado de Defesa Social - ATSIDS.

Análise da Cfange

Diante da justificativa exposta pela Sejusp, a Cfange não alterou a nota do quesito 33, mantendo as informações prestadas.

Apontamento Técnico 23

	2019
37. Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento - IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA relativos às políticas públicas da segurança pública: [a] A razão entre o número de ações cujo EFISi esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*:]	0.48
37. Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento - IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA relativos às políticas públicas da segurança pública: [b] A razão entre o número de ações cujo EFINI esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*:]	0.28
37. Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento - IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA relativos às políticas públicas da segurança pública: [c] A razão entre o número de ações cujo Índice de Equilíbrio da Execução Orçamentária (IEEOi) esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*:]	0.36

A partir dos valores informados no item 37 para o EFIS, EFIN e IEEO, chega-se a um IAP de 37,33, na faixa de eficácia baixa (> 20 e ≤ 40); enquanto que o calculado por esta unidade técnica foi de 58,01, de eficácia

razoável (> 40 e ≤ 60). Vale esclarecer que a Cfamge realizou o cálculo para a Função Segurança Pública e desconsiderou, além das ações não-orçamentárias, como explicita o quesito acima, as que não continham programação inicial física ou financeira na LOA. Isso porque o EFIS e o EFIN são obtidos pela razão entre o executado e o planejado, como não há valor inicial programado, a divisão por zero resulta num índice de execução, física ou financeira, indefinido.

Esclarecimentos Prestados

Por meio do Memorando SEJUSP/AEST nº 209/2020, de 18/9/20, a Secretaria de Justiça e Segurança Pública assim se manifestou:

“A Lei Estadual nº 23.304, de 31 de maio de 2019, estabelece a estrutura orgânica do Poder Executivo do Estado, e coloca a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp como o órgão responsável por implementar e acompanhar a política estadual de segurança pública.

Tendo em vista a publicação desta Lei, os orçamentos da Secretaria de Estado de Administração Prisional – Seap, na Unidade Orçamentária - U.O (1451) e a Secretaria de Estado de Segurança Pública – Sesp, na U.O (1691), passaram a compor o orçamento da Sejusp. Posteriormente, foi definido que a U.O 1451 seria mantida como a U.O da Sejusp, extinguindo a U.O (1691).

Em julho de 2019, parte do recurso orçamentário que constava nas ações da U.O (1691) foi transposto para a U.O (1451). Desta forma, a execução das ações no exercício de 2019, que pertenciam a Sesp, foram executadas parte na U.O (1691) e parte na U.O (1451), o que impactou nos resultados dos indicadores.

Portanto, diante dos cálculos realizados pela Coordenadoria de Fiscalização e Avaliação da Macrogestão Governamental do Estado de Minas Gerais – Cfamge, os quais não consideraram as ações que não continham valores financeiros e físicos em LOA e o contexto da reforma administrativa, solicitamos que seja considerado os valores encontrados pela Cfamge.”

Análise da Cfamge

Depreende-se dos esclarecimentos prestados que a Sejusp considerou, assim como a Cfamge, as ações transpostas na apuração do IAP. Sendo assim, essas ações não são, como foram no apontamento 9 deste tópico, a causa da divergência entre o índice obtido por esta unidade técnica e o obtido pelo Executivo.

Contudo, a justificativa apresentada não informa se o IAP calculado pela Sejusp foi para a Função Segurança Pública ou para o Eixo Segurança Pública, ou ainda, se foi calculado apenas para as ações que têm a referida secretaria como responsável, não importando a função ou o eixo.

Vale reforçar que o cálculo da Cfamge considerou as ações relacionadas à Função, em que consta ações de outros Eixos e de outras secretarias. A título de exemplo, a ação 4025 - Projetos, Construções, Reformas e Ampliações de Unidades do Sistema Prisional caracteriza-se pela Função Segurança Pública, mas pertence ao Eixo Infraestrutura e Logística e tem a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas como UO responsável.

Esta unidade técnica entende que, para fins de IEGE, o computo do IAP por Função é mais apropriado, pois permite a comparação com índices de anos anteriores e com índices de outros entes estaduais, uma vez que a classificação por Função é comum a todos os estados e independe de Governo. Desse modo, a Cfamge considerou, para o item 37, o IAP de 58,01, de eficácia razoável (> 40 e ≤ 60), que, por se

enquadrar em um intervalo de eficácia acima daquele informado pelo Estado, aumentou a pontuação em 1 ponto.

i-Fiscal:

Apontamento Técnico 24

1. As metas estabelecidas na LDO para receitas, despesas, resultados primário e nominal e montante da dívida pública foram alcançadas?	parcialmente
--	--------------

Informação divergente do apurado pela equipe técnica da Cfamge.

Esclarecimentos Prestados

Não foram apresentados esclarecimentos a respeito desse item.

Análise da Cfamge

O Estado afirmou que as metas foram alcançadas parcialmente, não tendo atingido as metas referentes a despesa e dívida pública. Esta equipe discorda da resposta apresentada, visto que a meta de resultado nominal também não foi alcançada. De toda forma, já que a resposta foi “parcialmente” para o quesito 1, e a descrição das metas não alcançadas se tratar de um sub-quesito informativo não houve alteração na nota.

Apontamento Técnico 25

5. Quanto ao Resultado Nominal, o Estado cumpriu a meta estabelecida na LDO para o ano avaliado?	2019 Sim
--	-------------

Informação divergente do apurado pela equipe técnica da Cfamge.

Esclarecimentos Prestados

Não foram apresentados esclarecimentos a respeito desse item.

Análise da Cfamge

Conforme explicitado no Relatório técnico de 2019, a Cfamge entende que a metodologia utilizada ao estipular a meta do Resultado Nominal, presente na LDO do exercício avaliado, difere da utilizada ao apurar tal resultado. Utilizando-se a mesma metodologia, a projeção da meta é superavitária em R\$ 3,862

bilhões, enquanto que o valor apurado, no 6^a bimestre de 2019, é um déficit de R\$ 2.808.695.171,83. Portanto, o confronto dessas cifras indica que a meta pactuada é superior, evidenciando seu não atingimento.

Diante do exposto, a Cfamge alterou a resposta da questão 5, de “Sim” para “Não”, ocasionando a perda de 3 pontos ao quesito.

Apontamento Técnico 26

6. Foram implementadas medidas para a melhoria da capacidade de arrecadação de impostos e outras receitas com vistas a: [combate à evasão e sonegação fiscal de receitas]	Sim
6. Foram implementadas medidas para a melhoria da capacidade de arrecadação de impostos e outras receitas com vistas a: [evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa]	Sim
6. Foram implementadas medidas para a melhoria da capacidade de arrecadação de impostos e outras receitas com vistas a: [aumento da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa]	<u>Não</u>

Esta equipe técnica apurou que foram implementadas medidas para melhoria na arrecadação de impostos e outras receitas, reduzindo a inscrição de débitos em dívida ativa e, conseqüentemente, o ajuizamento de ações de cobrança. Apesar disto, o manual prevê que a pontuação é máxima nesta questão quando implementadas medidas com vistas ao aumento de ações judiciais em detrimento da redução da prescrição de débitos. Solicitam-se então, a confirmação do apurado da equipe para correção da pontuação.

Esclarecimentos Prestados

O Estado apresentou a Resolução 17/2016, que estabelece prazos para o ajuizamento de execuções fiscais e que o Decreto 47620, de 27/02/2019, alterou o Decreto nº 45.989, de 13 de junho de 2012:

(...) Art. 3º – Exercida a autorização prevista no art. 2º, a AGE deverá utilizar meios alternativos de cobrança dos créditos, podendo, inclusive, proceder ao protesto extrajudicial da Certidão da Dívida Ativa – CDA – e inscrever o nome do devedor no Cadastro Informativo de Inadimplência em Relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais – Cadin/MG, ou em qualquer cadastro informativo, público ou privado, de proteção ao crédito.

Argumentou que, ampliou-se, portanto, a utilização do protesto extrajudicial de Certidão da Dívida ativa, razão pela qual, em complemento à justificativa acerca da prescrição intercorrente em razão do precedente vinculante do STJ, requer a juntada dos documentos anexos, para análise por esta Corte de Contas.

Análise da Cfange

O Estado apontou que houve o aumento de protesto extrajudicial de Certidão da Dívida Ativa em detrimento do ajuizamento de ações, enquanto esta equipe técnica apurou que, além disso, foram implementadas medidas para melhoria na arrecadação de impostos e outras receitas, reduzindo a inscrição de débitos em dívida ativa e, conseqüentemente, o ajuizamento de ações de cobrança. Diante do exposto, esta equipe entende como um ponto de melhoria no manual o fato de condicionar a pontuação máxima nesta questão necessariamente ao aumento de ações judiciais. Assim, esta equipe alterou a pontuação de forma a não prejudicar o Estado, por entender que o aumento da quantidade de ações ajuizadas não configura, necessariamente, melhoria na arrecadação. A pontuação foi modificada de 2 para 3 pontos nesse quesito.

Apontamento Técnico 27

7.1 O Estado monitora a execução orçamentária da receita prevista na LOA, visando a correção de possíveis desvios em relação ao planejado?	Sim
--	-----

Solicitam-se esclarecimentos sobre a avaliação e as medidas de correção adotadas.

Esclarecimentos Prestados

Não foram apresentados esclarecimentos a respeito desse item.

Análise da Cfange

Diante da ausência de justificativa e como não há o conhecimento, por esta equipe técnica, de qualquer ação de monitoramento pelo Estado e nem a adoção de medidas para correção dos desvios, a resposta foi alterada de “Sim” para “Não”, acarretando na redução da nota em um ponto.

Apontamento Técnico 28

12. Quanto à concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, responda:	
12.2 Há publicidade e transparência dos valores dos benefícios concedidos por segmento econômico e por modalidade de renúncia?	Sim

Solicita-se a indicação de qual meio se dá a publicidade dos benefícios.

Esclarecimentos Prestados

A defesa apresentou três pontos distintos como justificativa para a resposta apresentada. O primeiro menciona uma recomendação do TCEMG:

“Temos a esclarecer que, em atendimento à recomendação do próprio TCEMG, a SEF/MG, em que pesem as precauções relativas aos controles fiscais sobre as informações prestadas pelos contribuintes, entendeu possível dar publicidade ao procedimento das estimativas e apurações das renúncias fiscais. Nesse sentido, já disponibilizou no site da instituição o “passo a passo” dos cálculos das renúncias fiscais, além de todos os pressupostos e da contextualização jurídica que envolvem os citados procedimentos, no seguinte endereço: <http://www.fazenda.mg.gov.br/transparencia/renuncias/>. Aludida recomendação do TCEMG encontra-se no processo SEI 1190.01.0009723/2020-89, Relatório Preliminar de Auditoria Operacional “Renúncia de Receitas: Secretaria de Estado de Fazenda”, (Documento 2123246, do site do TCEMG). A resposta da SEF, cujo documento consta no mesmo SEI e recebe o número 18515963, data de 21 de agosto de 2020, portanto, posterior à data do apontamento em referência.

O segundo, recorrendo ao princípio do sigilo fiscal:

“A Subsecretaria da Receita Estadual – SRE, em obediência ao princípio do sigilo fiscal, expressamente disposto no art. 198 do CTN, entende inadequado dar visibilidade aos montantes das renúncias por segmento, por modalidade e também pela classificação regional, pois tais desagregações podem vincular indiretamente os contribuintes, ensejando uma desnecessária visibilidade de suas operações mercantis. É importante preservar os interesses do Estado e dos contribuintes aqui sediados.”

Por fim, que a informações se tornam públicas por outros órgãos:

“Forçoso, reconhecer, entretanto, que a SRE consolida as renúncias, por modalidade de benefício, ora por segmento e até por regional, para envio à ALMG e ao TCEMG e que depois tais informação são tornadas públicas pelos citados órgãos. Contudo essas são exigências formais legais e regulamentares, que a SEF/MG presta para o controle externo. Se há essa publicidade externa, sob risco de quebra de sigilo fiscal indireto, é decorrente da própria tramitação legal e pelas atividades desses órgãos de controle. A SRE entende, portanto, necessário - e seu dever legal - manter restrição na divulgação pela SEF/MG, preservando o sigilo fiscal indireto e os interesses da Administração Tributária e dos contribuintes.”

Quanto à AGE/MG, requer dilação de prazo, para apresentação dos dados, tão logo os mesmos sejam obtidos e cuja juntada, desde já, fica requerida.

Análise da Cfamge

As próprias justificativas apresentadas pelo Estado contrapõem a resposta de que há publicidade e transparência dos valores dos benefícios concedidos. Na passagem “em que pesem as precauções relativas aos controles fiscais sobre as informações prestadas pelos contribuintes, entendeu possível dar publicidade ao procedimento das estimativas e apurações das renúncias fiscais”, o Estado alega que há a publicidade da metodologia e das estimativas e não dos valores concedidos.

Em seguida argumenta que “a Subsecretaria da Receita Estadual – SRE, em obediência ao princípio do sigilo fiscal, expressamente disposto no art. 198 do CTN, entende inadequado dar visibilidade aos montantes das renúncias por segmento, por modalidade e também pela classificação regional, pois tais desagregações podem vincular indiretamente os contribuintes, ensejando uma desnecessária visibilidade de suas operações mercantis”.

Por fim, aduz que a “SRE consolida as renúncias, por modalidade de benefício, ora por segmento e até por regional, para envio à ALMG e ao TCEMG e que depois tais informação são tornadas públicas pelos citados órgãos”. Quanto a esse ponto, veja-se que o Estado reconhece que a publicidade não é conferida pelo próprio Executivo, mas por outros órgãos no exercício de sua função de controle.

Quanto ao sigilo fiscal, cumpre esclarecer que o Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Agravo Regimental na Suspensão de Segurança 5203, de 2020, decidiu que “não há que se falar em ilegalidade, tampouco em inconstitucionalidade, de decisões proferidas pelas cortes regionais de contas solicitando informações fiscais, visto que, quando assim procedem, atuam no estrito exercício de sua função constitucional”.

Dessa forma, considerando que não se pretende, com o referido quesito, fiscalizar a situação específica de determinado contribuinte, mas, sim, o segmento econômico como um todo, não há que se falar em sigilo fiscal.

Diante da refutação dos argumentos trazidos a resposta foi alterada de “Sim” para “Não”. De toda forma, pelos critérios de pontuação, a nota não foi alterada, já que dentre as cinco perguntas desse quesito, a resposta se manteve como afirmativa para três, mantendo-se na faixa “sim para três a quatro perguntas – 02 pontos”.

Apontamento Técnico 29

15. O Estado realiza limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela LDO, caso verifique, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecido no Anexo de Metas Fiscais?	Sim
--	-----

Informação divergente do apurado pela Cfamge.

Esclarecimentos Prestados

Não foram apresentados esclarecimentos a respeito desse item.

Análise da Cfamge

Esta afirmativa é divergente do apurado pela Cfamge. Conforme Relatório Técnico das Contas de 2019, do qual esse relatório é parte, o Estado alega que cumpriu as metas de resultado primário e nominal estabelecidas na LDO, não havendo, portanto, necessidade de limitação de empenho. Entretanto, esta equipe técnica apurou que as metodologias de cálculo para a meta e resultado utilizadas pelo o Estado foram diferentes, o que causou o equívoco de que a meta foi atingida quando os valores foram comparados. Além disso, não há publicação das metas bimestrais de arrecadação, o que inviabiliza o controle quanto à necessidade de limitação de empenho. Dessa forma, a resposta foi alterada de “Sim” para “Não”, acarretando na perda de três pontos.

Apontamento Técnico 30

23. Qual o percentual da despesa com pessoal consolidada do Estado em relação à receita corrente líquida?	≤ 56,9%
---	---------

Esclarecimentos Prestados

Não foram apresentados esclarecimentos a respeito desse item.

Análise da Cfamge

A informação divergente do apurado pela Cfamge. A despesa consolidada da Administração Pública Estadual, apurada com base na Portaria da STN 389/18 e IN 01/2018 TCEMG, em que aportes realizados para cobrir despesas com inativos não devem compor as deduções da Despesa Bruta com Pessoal, totalizou R\$ 43,702 bilhões, 68,21% da RCL, excedendo, portanto, o limite máximo (60% da RCL) em 8,21 pontos percentuais. Assim, a resposta foi alterada para ≥ 60% acarretando na perda de 3 pontos.

Apontamento Técnico 31

32. O Estado realizou as metas e os compromissos definidos no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – PAF?	Sim
32.1 A avaliação feita pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN sobre o cumprimento dessas metas tem sido positiva?	Sim

Informação divergente do apurado com o descumprimento das Meta 1 - Dívida Consolidada/RCL, Meta 3 - Despesas com Pessoal/RCL e Meta 6 - Disponibilidade de Caixa e pelo cumprimento das Meta 2 - Resultado Primário, Meta 4 - Arrecadação Própria e Meta 5 - Gestão Pública.

Esclarecimentos Prestados

Não foram apresentados esclarecimentos a respeito desse item.

Análise da Cfamge

A informação diverge do apurado pela equipe da Cfamge, com o descumprimento das Meta 1 - Dívida Consolidada/RCL, Meta 3 - Despesas com Pessoal/RCL e Meta 6 - Disponibilidade de Caixa e pelo cumprimento das Meta 2 - Resultado Primário, Meta 4 - Arrecadação Própria e Meta 5 - Gestão Pública. Além disso, a STN finalizou a Avaliação Definitiva e concluiu pela inadimplência com o PAF, uma vez que, de acordo com o art. 17 do Decreto 8.616/15, o descumprimento das Metas 1 e/ou 2 implica a inadimplência com o Programa e penalidade prevista no art. 26 da Medida Provisória 2.192-70, de 24 de agosto de 2001.

Por outro lado, a avaliação quanto ao cumprimento das metas pode ser revista, tendo suas penalidades afastadas, pelo Ministro da Economia, mediante justificativa fundamentada. Assim, foi solicitado pelo Secretário de Estado de Fazenda ao Ministro da Economia, por meio do OF.SEF.GAB.SEC Nº 508/2019, de 1º de outubro de 2019, revisão da avaliação das metas de 2018, visando a remissão da penalidade prevista no inciso I da Medida Provisória 2.192-70/01. Em 12/12/19, foi publicado, no Diário Oficial da União, Despacho de 10/12/19 do Gabinete do Ministro da Economia acolhendo a justificativa de inadimplência do Estado, com efeito de remissão de penalidade por meta não cumprida. Por todo o exposto, ambas as respostas foram alteradas de “Sim” para “Não”, resultando na redução de três pontos.

Diante das análises demonstradas, a nota da dimensão Fiscal foi reduzida em 12 pontos.

i-Meio Ambiente:

Apontamento Técnico 32

	2017	2018	2019
6. O Estado possui programa e/ou ação de preservação e incremento de fontes de água potável?	Sim	Sim	Sim
6.1 Existe avaliação da eficácia desses programas ou ações?	Sim	Sim	Não

De acordo com as informações apresentadas no sub quesito 6.1, em 2019, ao contrário dos exercícios anteriores, não se avaliou a eficácia dos programas ou das ações de preservação e incremento de fontes de água potável. Sendo assim, solicitaram-se esclarecimentos acerca da descontinuidade dessa avaliação.

Esclarecimentos Prestados

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad, por meio do Mem. SEMAD/SUSAB.nº 209/2020, de 18/9/20, informou que, em relação ao quesito 6, a ação desenvolvida pela SUSAB é a 4321- Promoção das Políticas Públicas de Saneamento, do Programa 120 - Gestão Ambiental e Saneamento, cujo indicador é expresso pelo número de municípios que possuem solução para tratamento de esgotos sanitários para, no mínimo, 50% da população urbana ou solução para destinação de resíduos sólidos urbanos para, no mínimo, 70% da população urbana.

Quanto ao sub quesito 6.1, a Superintendência afirma não haver indicador para preservação e incremento de fontes de água potável. Por fim, pondera trata-se de assunto multidisciplinar que, para que alcance resultados efetivos, deve ser tratado conjuntamente com ações de preservação de solo, de florestas, de nascentes, de mananciais, dentre outros.

Análise da Cfamge

A Semad não informou o indicador utilizado para aferir, nos anos de 2017 e 2018, a preservação e incremento de fontes de água potável, deixando de esclarecer a respeito de sua descontinuidade.

Em razão disso, a resposta negativa ao item 6.1 foi mantida, não alterando a nota final da dimensão Meio Ambiente. Com isso, esse quesito perdeu 1 (um) ponto em relação aos anos anteriores.

Apontamento Técnico 33

	2017	2018	2019
11. O Estado adota e publica indicador para a qualidade do solo?	Sim	Sim	Não
11.1 Informe o indicador:	VRQ - DN COPAM 166/2011	Valores orientadores para Solo (Deliberação Normativa Conjunta CERH/COPAM 02, de 08 de setembro de 2010)	

De acordo com as informações apresentadas no quesito 11, em 2019, ao contrário dos exercícios anteriores, o Estado não adotou indicador de qualidade do solo. Dessa maneira, solicitou-se esclarecimentos acerca do porquê se parou de registrar o referido índice.

Esclarecimentos Prestados

Mediante Memorando FEAM/GERAQ nº 87/2020, de 16/9/20, a Gerência da Qualidade do Solo e Áreas Contaminadas, da Fundação Estadual de Meio Ambiente, assim se manifestou:

“... o Estado de Minas Gerais, por meio da Deliberação Normativa Copam n.166/2011, estabeleceu os Valores de Referência da Qualidade do Solo e pela Deliberação Normativa Conjunta Copam/CERH n. 02/2010 estabeleceu os Valores de Prevenção e Valores de Investigação.

(...)

Uma vez que os valores de referência da qualidade do solo foram estabelecidos, por meio da publicação das Deliberações Normativas, e que o Estado de Minas Gerais utiliza esses valores para orientação no âmbito do Gerenciamento de Áreas Contaminadas, e também para a tomada de decisão sobre as ações emergenciais, com vistas à proteção da saúde humana e ao meio ambiente concluímos que o índice já foi cumprido. Desta forma não existe a necessidade da continuidade de registrar o referido item.”

Análise da Cfamge

Esta unidade técnica, tendo em vista que a Gerência da Qualidade do Solo e Áreas Contaminadas considera que indicador em questão exauriu-se, sendo desnecessário seu registro contínuo, mantém a resposta apresentada. Dessa forma, a nota do quesito 11 não foi alterada.

4. Apuração do IEGE do Estado de Minas Gerais – 2019

O IEGE foi apurado a partir das respostas da Administração Pública Estadual aos quesitos e sub quesitos de cada dimensão que o compõe e dos resultados das apurações desta Casa. Nesta terceira edição do Índice, compararam-se as respostas com as dos dois anos anteriores e com o Relatório Técnico das Contas Governamentais do exercício de 2019, tendo sido identificadas ausências ou incongruências, seja entre as próprias respostas, seja com relação às apurações da Cfamge, sobre as quais foram requeridos esclarecimentos ao Governo, mediante ofício do Relator. Após as respectivas análises, conforme abordadas no item Incongruências/ausências apuradas no preenchimento do IEGE, a exposição das notas a seguir já considera os ajustes apontados.

4.1. Nota Final do IEGE: 60,90

Constatou-se que, apesar de o Estado ter respondido, nos quesitos 36 do i-Educ e 46 do i-Saúde, que teria cumprido os índices constitucionais para aplicação da receita vinculável em Educação e Saúde, foi apurado pela equipe da Cfamge que tal alegação não merece prosperar, conforme demonstrado, no tópico de Incongruências e, em maior detalhe, no Relatório Técnico das Contas de 2019. Isso posto, e conforme preconiza o Manual do IEGE, justifica-se a perda de 10 pontos na nota geral do Índice, que passou de 70,9 para 60,9.

Faixa de Resultado: B (Efetiva)

Apesar da redução de 10 pontos, não houve alteração na faixa de resultado ($60 \leq \text{IEGE} < 75$). Em comparação com o ano anterior, houve mudança de faixa de resultado, apesar da melhora ínfima, já que a nota de 2018, na ordem de 59,20, o posicionou em C+: Em Fase de Adequação.

Vale mencionar que a comparação com o primeiro ano do IEGE (2017) exige certa cautela, visto que a nota baseou-se unicamente pelas respostas enviadas, sem qualquer validação e alteração de respostas.

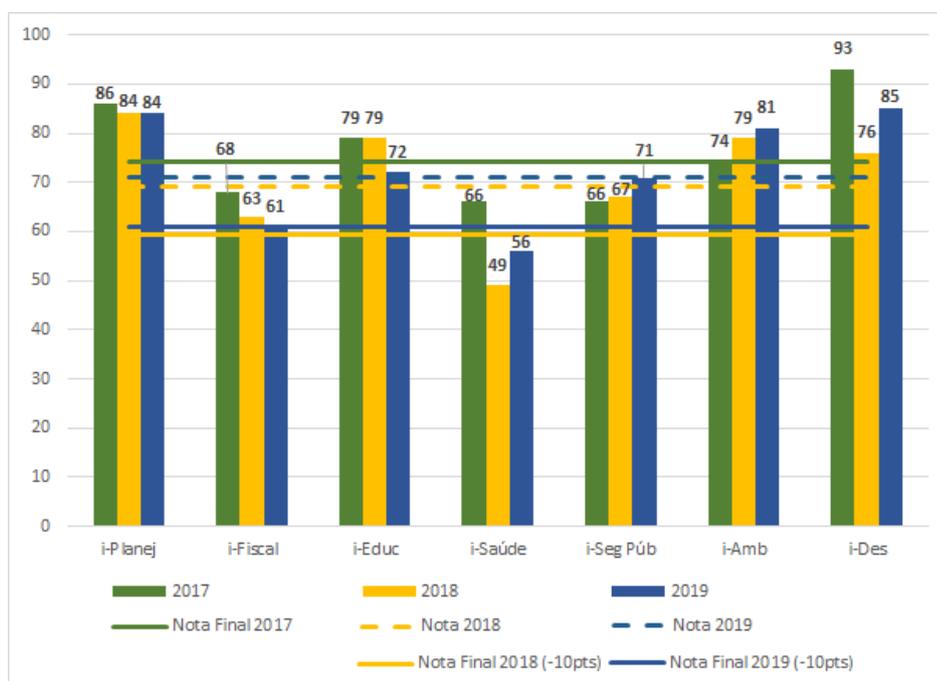
4.1.1. Nota por Dimensão:

Dimensão	Peso da Dimensão	Nota	Resultado para Cálculo IEGE	Faixas de Resultado
i-Planej -> 40 Quesitos	10%	84	8,4	B+: Muito efetiva
i-Fiscal -> 40 Quesitos	10%	61	6,1	B: Efetiva
i-Educ -> 38 Quesitos	20%	72	14,4	B: Efetiva
i-Saúde -> 50 Quesitos	20%	56	11,2	C+: Em fase de adequação
i-Segp -> 37 Quesitos	20%	71	14,2	B: Efetiva
i-Amb -> 43 quesitos	10%	81	8,1	B+: Muito efetiva
i-Des -> 46 quesitos	10%	85	8,5	B+: Muito efetiva
MÉTRICA DE CÁLCULO DO IEGE----->			0,709	

No gráfico a seguir são apresentadas as notas, por dimensão, dos anos de 2017, 2018 e 2019. Para os dois últimos exercícios, a título de comparação, inseriu-se também o resultado obtido antes da subtração de 10 pontos, ocorrido pelo não cumprimento dos mínimos constitucionais. Ressalta-se que as notas de 2019 e 2018 já eram inferiores à de 2017 mesmo antes do corte.

Apenas Segurança e Meio Ambiente apresentaram melhora nos dois anos seguidos, enquanto a dimensão Fiscal piorou pelo segundo ano, acompanhado por Educação, que manteve a mesma nota em 2017 e 2018, mas caiu em 2019, sendo, inclusive, a maior queda do último ano. Saúde e Desenvolvimento que tiveram quedas significativas em 2018, recuperaram alguns pontos, ainda que não tenham voltado ao patamar do primeiro ano analisado.

Gráfico 03 - Pontuação Final e por Dimensão – 2017, 2018 e 2019



Fonte: Elaboração própria a partir do IEGE 2017, IEGE 2018 e IEGE 2019.

5. Análise das Notas Alcançadas no IEGE

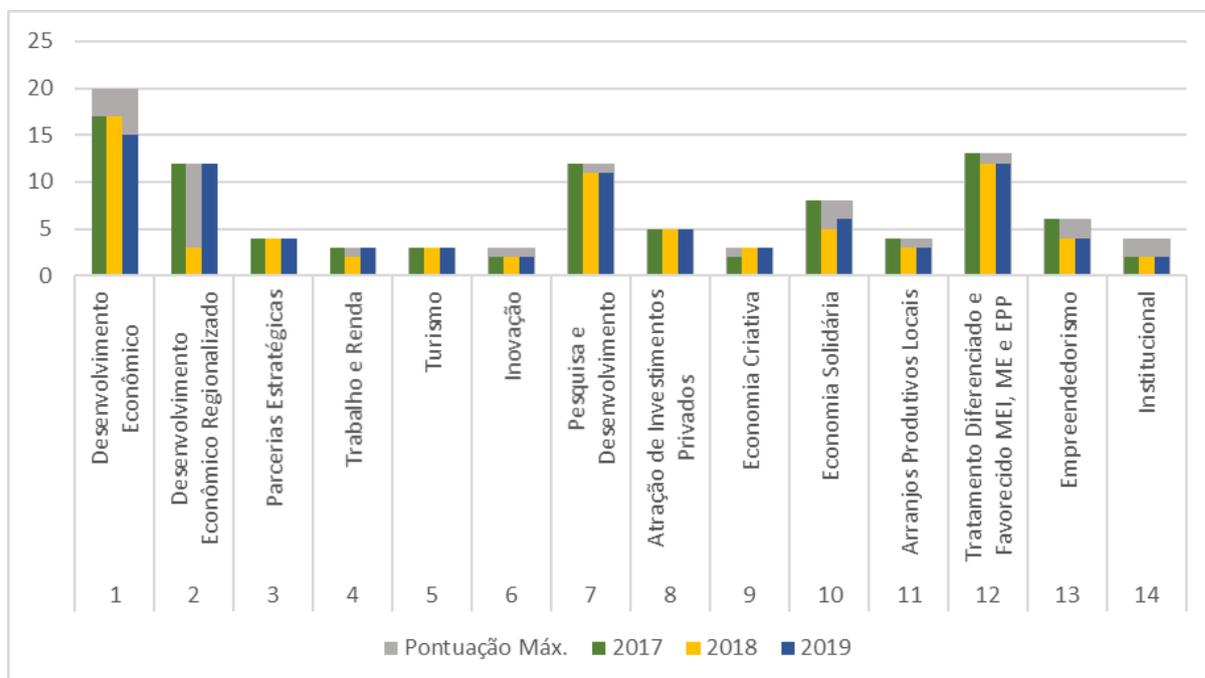
Na análise das notas alcançadas em cada uma das dimensões destacou-se a composição dos quesitos Pontuados, consideradas as suas naturezas de Meios ou Insumos empregados pela gestão Estadual ou de Fins, visando demonstrar a representatividade dos mesmos. Os quesitos Informativos e suas composições também foram referenciados. A partir das respostas aos quesitos e sub quesitos e das notas finais, foram procedidas as inferências sobre a situação do Estado no exercício, comparando-se esses resultados com as apurações do Relatório Técnico sobre as Contas de 2019 e das respostas do IEGE nos anos anteriores.

5.1. i-Desenvolvimento

O i-Des alcançou a nota 85, Muito Efetiva, sendo a dimensão que obteve a maior nota de 2019. Em comparação com os anos anteriores, recuperou parte da queda do ano anterior (76), mas ainda se manteve menor que a nota de 2017, quando obteve 93. No gráfico abaixo é desagregado o índice por Matéria, para os três anos do índice, 2017, 2018 e 2019.

Cabe ressaltar que nos dois anos em que houve a validação de alguns quesitos, com alterações nas notas, a dimensão de Desenvolvimento não foi impactada. Em 2018, porque foram levantados questionamentos apenas de quesitos informativos e, em 2019, não houve alteração das respostas na validação.

Gráfico 04 - Pontuação i-Des por Matéria – 2017, 2018 e 2019



Fonte: Elaboração própria a partir do IEGE 2017, IEGE 2018 e IEGE 2019.

Observa-se que seis das matérias atingiram a pontuação máxima para o ano de 2019 – duas a mais que no ano anterior: Desenvolvimento Econômico Regionalizado, Parcerias Estratégicas, Trabalho e Renda, Turismo, Atração de Investimentos Privados e Economia Criativa.

A matéria que apresentou maiores discrepâncias entre os anos foi Desenvolvimento Econômico Regionalizado, que havia atingido a pontuação máxima em 2017, perdeu 9 pontos em 2018 e retomou a pontuação máxima para a matéria. A variação se deveu à negativa do Estado, referente a 2018 para as questões: “10. O Estado dispõe de política estruturada e/ou programa para incentivar o desenvolvimento econômico regionalizado?”; “11. O Estado apoia as regiões/territórios quanto à identificação e exploração de seus principais ativos, bem como ao diagnóstico das vantagens competitivas locais?”; e “12. O Estado estimula a implantação ou expansão de empresas em áreas de mais baixo IDH?”

Trabalho e Renda apresenta a mesma lógica de variação que a matéria anterior, composta por apenas um quesito, a resposta de 2018, em que o Estado nega dispor de indicadores para avaliação de política e/ou programas relativos a trabalho e renda resultou na perda de um ponto para o referido ano. Entretanto, contraditoriamente, nos anos que afirmam dispor de indicador, em ambos os anos, informam os dados do SINE, sugerindo que a resposta do ano de 2018 pode não ter sido a mais adequada.

Já a queda em Desenvolvimento Econômico, em comparação aos dois anos anteriores, foi justamente o quesito que ensejou questionamento ao Estado para apresentar os esclarecimentos sobre a descontinuidade de programa ou ação de educação sobre políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico, na rede estadual de ensino, conforme abordado em tópico anterior.

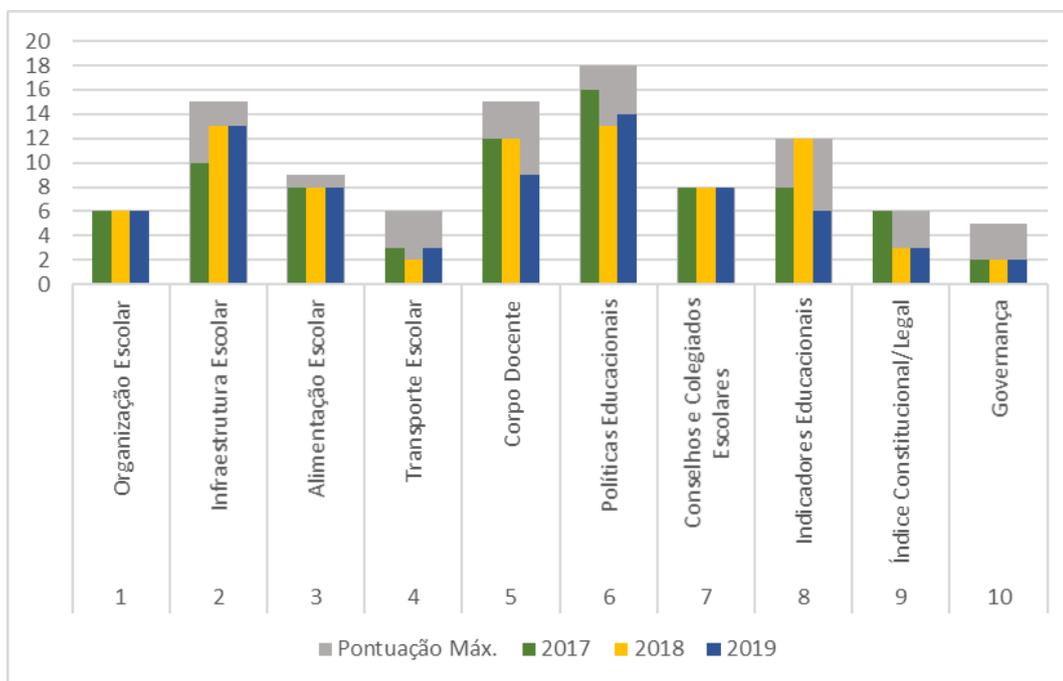
Nas respostas ao questionário do i-Des, o Governo afirma dispor de normas, regulamentos, políticas, agendas, instrumentos de gestão e ações, ou seja, dos meios necessários para promover e fomentar o desenvolvimento econômico sustentável no Estado, mediante a diversificação da economia e agregação de valor à produção, o empreendedorismo, a modernização e a inovação, abrindo caminho para a redução das desigualdades regionais, o crescimento da oferta de emprego e incremento da renda e da arrecadação tributária. Todavia, o Índice não especifica se esses mecanismos foram ou não implementados, o quanto eficiente foram e sua abrangência, mas tão somente se existem ou não. Analisando a situação do Estado, demonstrada no Relatório Técnico das Contas Governamentais de 2019, a realidade da economia mineira mostrou-se diferente da nota Muito Efetiva indicada pelo i-Des, já que tem apresentado baixo dinamismo nos últimos anos, encerrando o último exercício com retração de 0,3% do PIB frente a 2018.

5.2. i-Educação

O i-Educ obteve a nota 72, Efetiva, apresentando uma queda em relação aos anos anteriores, em que a nota atingida foi 79, Muito Efetiva, tanto em 2017 quanto 2018. O gráfico abaixo mostra a distribuição e evolução dos pontos entre as 10 matérias que integram a dimensão da Educação, nos anos 2017, 2018 e 2019.

Gráfico 05 - Pontuação i-Educ por Matéria – 2017, 2018 e 2019

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL



Fonte: Elaboração própria a partir do IEGE 2017, IEGE 2018 e IEGE 2019.

Ao desagregar o índice por Matéria, tem-se que apenas duas delas atingiram a pontuação máxima para o ano de 2019: Organização Escolar e Conselhos e Colegiados Escolares.

As principais quedas foram em Corpo Docente (- 3 pontos) e Indicadores Educacionais (- 6 pontos, em comparação com 2018). No primeiro caso, foi motivado pela resposta negativa à pergunta sobre se há Programa Estadual estruturado para reconhecimento e incentivo à capacitação dos profissionais da educação, enquanto nos anos anteriores a resposta foi no sentido de que havia. Ainda sobre essa matéria, mesmo que não tenha apresentado variação das notas entre os anos, já que em todos a resposta foi negativa, chama a atenção a questão “18.1. O valor aplicado (em capacitação do corpo docente estadual) no ano avaliado foi maior em relação ao ano anterior?”, indicando redução ano após ano de recursos fundamentais para que o Estado tenha profissionais qualificados e obtenha melhora na relação de ensino-aprendizado. Cabe salientar que, pelo questionário, pôde-se, ainda, observar, que para o ano de 2019 houve priorização da qualificação dos diretores, já que se afirmou, na questão 19.2, que 100% dos diretores foram capacitados.

No que se refere à matéria Indicadores Educacionais, essa foi a que apresentou maior variação entre os anos. Em 2018, obteve nota máxima na matéria, principalmente, pela afirmação de que as metas traçadas para a redução da taxa de abandono e para a redução da distorção idade-série nos ensinos fundamental e

médio foram atingidas em 80% ou mais, enquanto, em 2017, o percentual alcançado foi inferior a 50%. Contraditoriamente, a resposta do Estado para 2019, foi que sequer existem metas traçadas para a taxa de abandono, resultando na perda de 3 pontos. A outra questão que culminou na perda de mais três pontos foi referente a ausência de metas para redução da distorção idade-série para os ensinos fundamental e médio.

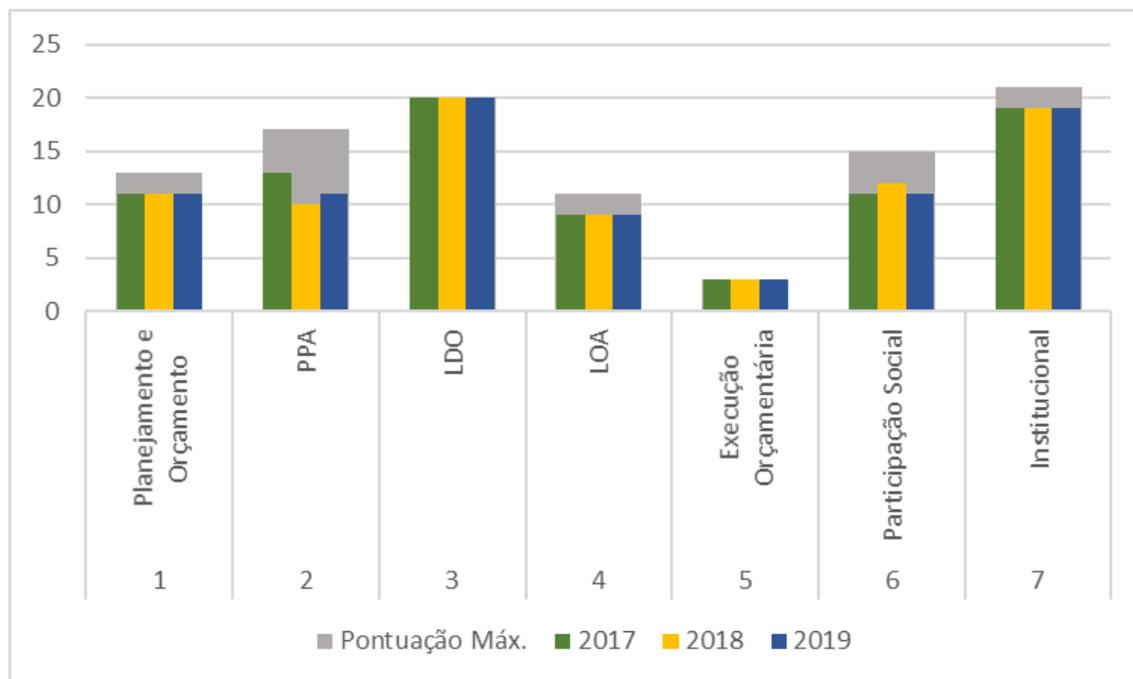
Cabe lembrar que, sobre o Índice Constitucional/Legal, as respostas apresentadas pelo Estado ensejariam nota máxima na matéria, entretanto, apesar do Estado ter afirmado o cumprimento o percentual da receita vinculada na manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme explicado no tópico de Incongruências e no próprio Relatório de Contas, esta equipe técnica diverge do apurado e, portanto, a nota obtida na matéria foi apenas pela outra questão, que se refere ao percentual de recursos do FUNDEB aplicado em remuneração de profissionais do magistério em efetivo exercício.

Por fim, ainda se destacaram como não plenamente efetivos os resultados da execução orçamentária dos programas vinculados à Educação, como o medido, de forma agregada, pelo Índice de Avaliação do Planejamento – IAP, para o qual apurou-se, numa escala de 0 a 100, a partir das informações apresentadas pelo Estado, uma baixa nota, de 30,67, enquanto foi apurado pela equipe da Cfamge uma nota um pouco maior, 34,27. De toda forma, apesar da divergência entre as notas, ambas se situam no intervalo de Baixo Grau de Eficiência ($20 < IAP \leq 40$).

5.3. i-Planejamento

O i-Planej somou 84 pontos, permanecendo na mesma faixa de resultado de 2017 (86) e de 2018 (84), Muito Efetiva (B+). O gráfico a seguir mostra a distribuição e evolução dos pontos entre as 7 matérias que integram a dimensão do planejamento.

Gráfico 06 - Pontuação i-Plan por matéria – 2017, 2018 e 2019



Fonte: Elaboração própria a partir do IEGE 2017, IEGE 2018 e IEGE 2019.

Do IEGE de 2018 para o de 2019, constata-se variação negativa na matéria Participação Social (- 1 ponto), cuja perda de ponto ocorreu em função do número de audiências públicas de planejamento que, ao contrário dos anos anteriores, passou ser inferior a 5, segundo informado no sub quesito 31a. Cabe mencionar que as audiências de monitoramento, não realizadas anteriormente, ocorreram em quantidade igual ou superior a 5 no ano avaliado, contudo, o sub quesito 31b, que trata do tema, é informativo, ou seja, tal avanço não se refletiu na nota da dimensão. Por outro lado, ainda que se encontre abaixo da nota obtida em 2017, a matéria PPA mostrou evolução, a qual se deve à emissão de relatórios de monitoramento e avaliação da execução dos programas previstos no Plano Plurianual, conforme informado no sub quesito 9.1. Quanto às demais matérias, mantiveram-se constantes, tendo duas delas obtido pontuação máxima: Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Execução Orçamentária.

A nota obtida no i-Planej leva a inferir que o Estado se encontra suficientemente aparelhado no que tange aos aspectos do planejamento governamental, uma vez informada a existência dos instrumentos legais respectivos, de estrutura institucional e de processos de controle, assim como foi asseverado o cumprimento de prazos estabelecidos quanto a processos e obrigações. Ou seja, indica a existência e a adequação de meios ou insumos para uma ação governamental planejada e transparente, como base necessária para a obtenção de bons resultados nas diversas áreas da atuação estatal. Contudo, a despeito do conceito Muito Efetivo alcançado, faz-se necessário destacar alguns resultados negativos, resultados

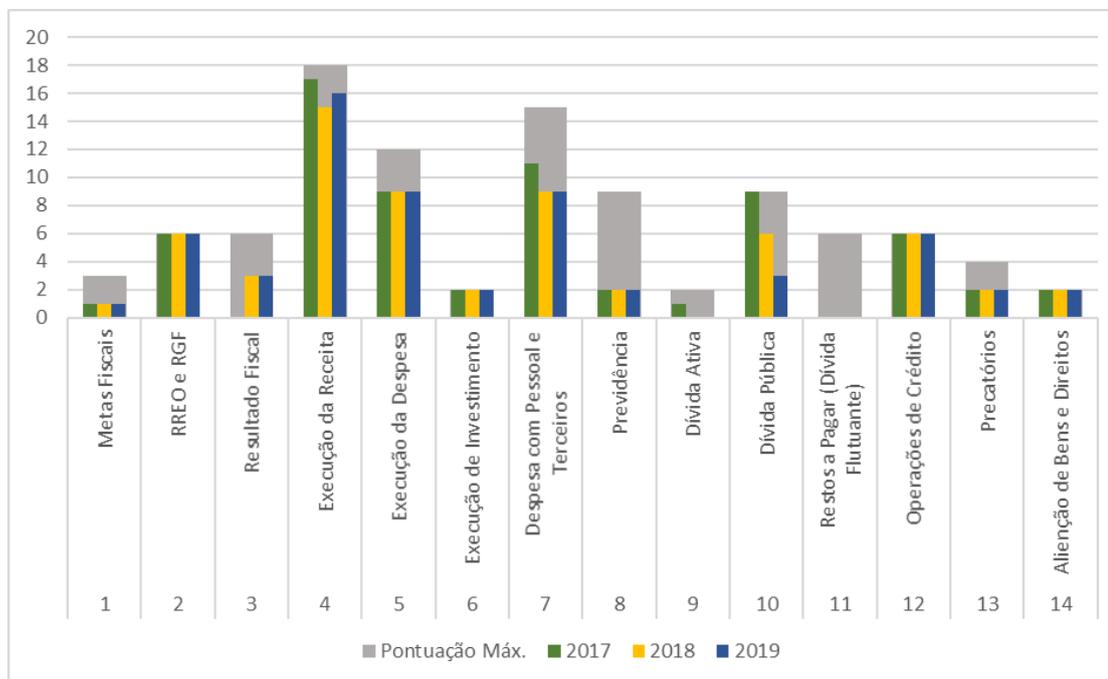
esses que não provocaram grandes impactos na nota final do indicador, seja pela baixa representatividade, pelo amplo conjunto dos quesitos, ou pela condição de informativos, ou mesmo por não integrarem o questionário do IEGE. É o caso:

- do resultado agregado da execução orçamentária físico-financeira do conjunto de ações governamentais contempladas nos programas do PPAG que, medido pelo IAP, obteve nota 41,46 (quesito 10), situando-se no intervalo em que o grau de eficácia do planejamento é considerado Razoável, sendo tal resultado inferior à 2018 (44,00 – grau de eficácia razoável);
- do baixo percentual – além de inferior ao de 2018 – de 21,8% de execução orçamentária das ações oriundas da Comissão de Participação Popular da Alemg – CPP (quesito 27 do questionário do IEGE e Tabela 14 do Relatório Técnico 2019);
- do baixo percentual, inferior a 20%, de indicadores de programas do PPAG que apresentaram melhoras em relação ao exercício anterior, sendo que essa medida encontrava-se entre 40% e 60% no IEGE-2018 (quesito 8 do questionário do IEGE);
- da reduzida carga horária para capacitação específica do profissional responsável pelo planejamento, inferior a 20 horas/ano (sub quesito 36.1 do questionário do IEGE);
- do alto percentual, de 40%, permitido na LOA para suplementação do Orçamento Fiscal (OF) pelo Poder Executivo. A título de informação, em 2018, a suplementação efetivada foi de 18,93% do OF (Tabela 38 do Relatório Técnico 2019); e
- da ausência de monitoramento efetivo quanto ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, que compõem a agenda universal “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para Desenvolvimento Sustentável”, a qual o planejamento estadual passou a integrar a partir da revisão do PPAG2016-2019 para o exercício 2017 (Pg. 34 do Relatório Técnico 2019).

5.4. i-Fiscal

Quanto ao i-Fiscal, alcançou 61 pontos e, apesar da segunda queda em relação aos anos anteriores, manteve a faixa de resultado B, Efetiva. O gráfico abaixo mostra a distribuição e evolução dos pontos entre as 14 matérias que integram a dimensão da Educação, nos anos 2017, 2018 e 2019.

Gráfico 07 - Pontuação i-Fiscal por matéria – 2017, 2018 e 2019



Fonte: Elaboração própria a partir do IEGE 2017, IEGE 2018 e IEGE 2019.

Ao desagregar o índice por Matéria, tem-se que quatro delas atingiram a pontuação máxima para o ano de 2019: RREO e RGF (pela publicação nos prazos), Execução de Investimento (pela execução regionalizada dos investimentos do orçamento fiscal), Operações de Crédito (devido ao cumprimento da Regra de Ouro e dos limites e condições para operações de crédito definidos pelo Senado Federal), e Alienação de Bens e Direitos (pela não aplicação de recursos oriundos da alienação de bens e direitos em despesas correntes).

Execução da Receita e Execução da Despesa também apresentaram uma boa pontuação, 88,9% e 75%, respectivamente. Sobre a receita, o bom resultado se deveu à implementação de medidas para melhoria da capacidade de arrecadação de impostos e outras receitas; metas previstas na LDO para arrecadação de ICMS, IPVA, ITCD, assim como percentual de execução dessas metas superior a 70%, enquanto deixou de pontuar devido à ausência de monitoramento da execução orçamentária da receita prevista na LOA para a correção de desvios em relação ao planejado e pela ausência de publicidade e transparência dos valores dos benefícios tributários concedidos, conforme abordado no tópico de Incongruências.

No que se refere à execução da despesa, o Estado deixou de pontuar apenas pela não limitação de empenho e movimentação financeira, conforme preconiza a LRF, já que a meta de resultado nominal

definida no Anexo de Metas Fiscais não foi atingida. Por outro lado, pontuou pelo monitoramento da execução orçamentária da despesa fixada na LOA, estabelecimento de programação financeira e cronograma de execução mensal de desembolso, e abertura de créditos adicionais nos limites fixados em lei e com a indicação de recursos e justificativas correspondentes.

Em comparação com o ano anterior, houve pouca variação na pontuação de cada matéria, apenas Execução da Receita obteve resultado melhor, ainda que tímido, +1 ponto, enquanto, Dívida Pública foi a única que teve resultado pior, -3 pontos, devido ao quesito referente ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – PAF, conforme analisado no tópico de Incongruências.

Em que pese a matéria com Despesa com Pessoal e Terceiros ter atingido uma nota satisfatória, 60% dos pontos, vale ressaltar que este resultado se deveu à observância do limite de gastos com pessoal pelos Poderes Legislativo, Poder Judiciário e Ministério Público. O percentual apurado para o Executivo e o consolidado para o Estado extrapolaram seus limites. Conforme discutido em maiores detalhes no Relatório Técnico das Contas 2019, de acordo com a metodologia de cálculo definida pela Portaria da STN 389/2018 e IN 01/2018 TCEMG os percentuais apurados foram de 58,42% da RCL para o Executivo (9,42 p.p. acima do limite máximo) e 68,21% da RCL no consolidado (8,21 p.p. acima do limite).

Resultado Fiscal e Precatórios, ambas com dois quesitos cada, obtiveram metade da pontuação. No que se refere ao Resultado Fiscal as receitas primárias suplantaram o total de despesas primárias, obtendo resultado primário superavitário, enquanto o resultado nominal foi deficitário (abordado no tópico de Incongruências). Sobre os precatórios, apesar da insuficiência financeira para quitação dos precatórios inscritos no exercício avaliado, o Estado tem observado o prazo de 5 anos para pagamento do estoque de precatórios (a Emenda Constitucional 99, promulgada em 2017, estendeu o prazo de quitação de 2020 para 2024).

Não pontuaram: Dívida Ativa, assim como no ano anterior; e Restos a Pagar, que não pontuou em nenhum dos anos analisados. No primeiro caso, foi devido ao percentual de prescrição de processos judiciais referentes à cobrança de dívida ativa, em relação ao valor total dos créditos de dívida ativa extintos ter superado os 10%, e no segundo, porque os restos a pagar do ano avaliado foram inscritos sem a correspondente disponibilidade de caixa e o percentual do valor inscrito em restos a pagar no exercício anterior pago no ano avaliado foi menor que 75% - do total inscrito nos anos anteriores, foram RPNP R\$6,969 bilhões, dos quais foram pagos R\$1,801 bilhões (25,84%) em 2019 e RPP na ordem de R\$21,276 bilhões, dos quais foram pagos R\$ 7,843 bilhões (36,86%).

Com o desempenho também muito baixo, tem-se a matéria referente à Previdência, de quatro quesitos, pontuou apenas pela criação e implementação da Previdência Complementar. A falta de equilíbrio financeiro entre despesas e receitas do RPPS, ausência de equilíbrio atuarial do RPPS, e a não observância à Portaria MPS 746/2011 que determina a aplicação financeira dos aportes para cobertura do déficit atuarial do RPPS por no mínimo 5 anos são os demais pontos abordados no questionário que o Estado não atende.

Os temas abordados nessa dimensão referem-se à existência e qualidade de iniciativas, procedimentos, atos e fatos de natureza contábil, orçamentária, financeira e patrimonial, permitindo avaliar, sob os aspectos técnico e legal, a adequação e conformidade da gestão fiscal do Estado.

A despeito das respostas afirmativas nos quesitos acima, que geraram pontuação no Índice, o que se verificou no Estado, de acordo com o Relatório Técnico das Contas Governamentais de 2019, foi a manutenção do histórico de resultados orçamentários deficitários iniciado em 2013 (R\$ 948 milhões) e agravado nos anos seguintes, que alcançou R\$ 11,233 bilhões em 2018, e em 2019 R\$ 8,632 bilhões, sem que houvesse revisão dos limites da programação orçamentária e financeira previstos no Anexo I do Decreto 47.615/19, e, tampouco, qualquer contingenciamento de despesa. Um dos impactos da situação fiscal do Estado tem sido o comprometimento das aplicações em investimentos públicos, tão carentes no Estado, os quais, em 2019, ainda que tenha aumentado em relação ao ano anterior, representaram apenas 2,20% de toda a despesa fiscal realizada. Reflete também o quadro fiscal do Estado o não cumprimento dos índices constitucionais mínimos de 25% em Educação e 12% em Saúde, abordados nas respectivas dimensões.

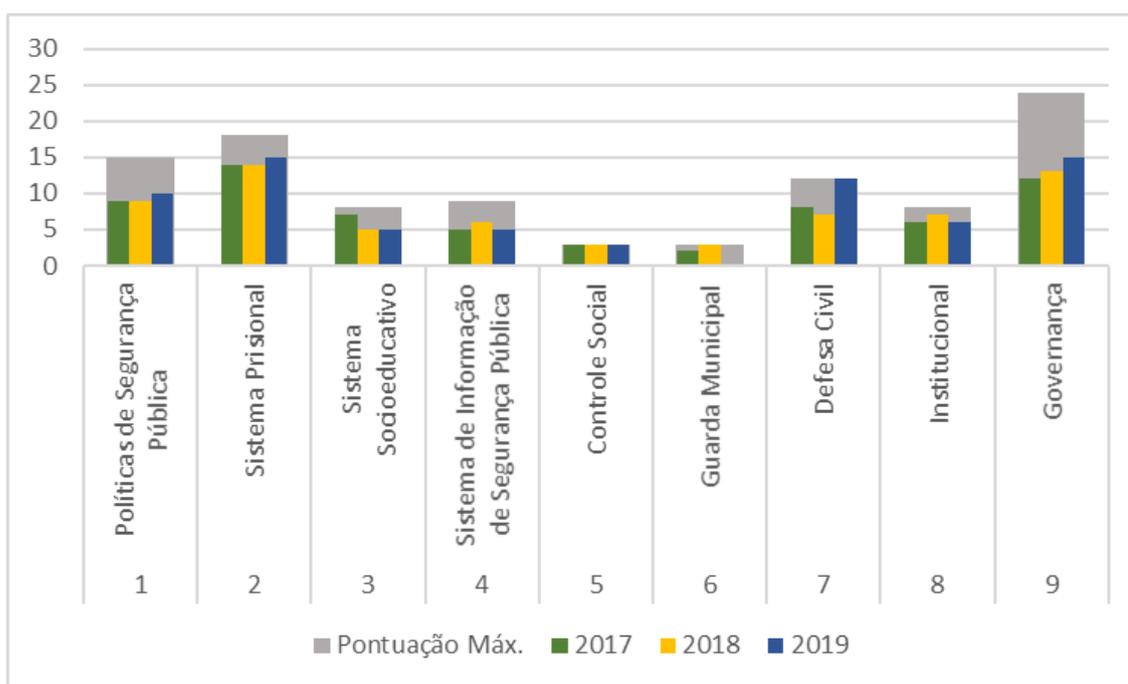
Em que pese a observância ao limite do montante da Dívida Pública Estadual estabelecido na Resolução do Senado Federal, e acordo com o Relatório Técnico, esse montante, ainda que abaixo do limite máximo de 200% da RCL, representou significativos R\$ 122,689 bilhões em 2019, perfazendo 191,50% da RCL, percentual esse que ultrapassou em 5,75 p.p. o limite de alerta, estabelecido no inciso III do § 1º do art. 59 da LRF. Além disso, caso considerado o montante dos depósitos judiciais, conforme exposto no Relatório Técnico, a dívida ultrapassa o limite máximo.

Por fim, vale ressaltar que do total realizado com o Serviço da Dívida em 2019, de R\$ 9,570 bilhões (contratual mais previdenciária) 84,96% (R\$ 8,131 bilhões) foram inscritos em Restos a Pagar Processados e 11,64% (R\$ 1,114 bilhão) foram inscritos em Restos a Pagar Não Processados. Assim, o saldo consolidado dos Restos a Pagar referente ao Serviço da Dívida aumentou para R\$ 13,641 bilhões (R\$ 12,527 bilhões de RPP e R\$ 1,114 bilhão de RPNP), uma elevação de 215,40% comparativamente ao exercício de 2018 (R\$ 4,325 bilhões).

5.5. i-Segurança Pública

A nota 71, embora pertença à mesma faixa de resultado dos anos anteriores, Efetiva (B), é maior do que as obtidas nos anos de 2017 e 2018, em 5 e 4 pontos, respectivamente. O gráfico a seguir mostra a distribuição da pontuação pelas 9 matérias que compõe esta dimensão.

Gráfico 08 - Pontuação i-SegP por matéria – 2017, 2018 e 2019



Fonte: Elaboração própria a partir do IEGE 2017, IEGE 2018 e IEGE 2019.

A variação negativa da matéria Sistema de Informação de Segurança Pública (-1 ponto) ocorreu porque o Estado deixou de utilizar de forma integrada e compartilhada as imagens feitas pelo sistema de vídeo monitoramento (quesito 17.1), retrocedendo com a pontuação ao mesmo patamar de 2017. No que tange à Guarda Municipal, a matéria é composta de um único quesito (nº 21), o qual verifica se o Estado dispõe de registro com o número de municípios que, tendo mais de 50 mil habitantes, possuem guarda Municipal. Desse modo, pela resposta negativa e por não haver outros quesitos para compensá-la, a matéria não pontuou em 2019, perdendo os 3 pontos obtidos no ano anterior. No que se refere ao teor Institucional, os cursos de capacitação ofertados aos agentes da Segurança Pública promoveram o compartilhamento de estruturas, base de dados e informações (sub quesito 27.3), sendo um avanço em relação aos anos anteriores e contribuindo para mitigar a queda observada nessa matéria (-1 ponto), que se deve à falta de periodicidade das reuniões dos Conselhos de Segurança Pública que o Estado possui nos municípios (sub

quesito 28.1) e ao fato de tais conselhos não possuíram atribuições consultivas ou deliberativas (sub quesito 28.3).

Por outro lado, Políticas de Segurança Pública (+1), Sistema Prisional (+1), Governança (+2) e Defesa Civil (+5) obtiveram acréscimos em suas notas. No que se refere as três primeiras matérias, as variações positivas ocorreram, respectivamente, porque o Estado passou/voltou a avaliar: a eficácia das políticas públicas voltadas para o combate às drogas (sub quesito 4.1); a adequação da oferta do sistema prisional ao perfil da população carcerária (sub quesito 8.5); a qualidade do atendimento policial e de custódia de apenados (quesito 34); e a sensação de segurança da população (quesito 35). Quanto à temática Defesa Civil, as mudanças que contribuíram para que a matéria atingisse pontuação máxima, em 2019, dizem respeito à utilização de registro eletrônico para cadastramento de ocorrências (quesito 23); à identificação de riscos de incêndios e pânico em edificações que demandam intervenção do Poder Público (sub quesito 24.1); e à avaliação dos Planos Municipais de Contingência quanto ao alinhamento à política de resiliência adotada pelo Brasil no Marco Sendai (sub quesito 25.2).

Já as matérias Sistema Socioeducativo e Controle Social mantiveram o mesmo nível de 2018.

Outro ponto a se ressaltar é a ausência de respostas para 2 quesitos e 3 sub quesitos que, apesar de pouco impactar a nota final do i-SegP, poderiam alimentar banco de dados com vista a subsidiar tanto as ações de controle externo quanto as ações do gestor para melhoria da administração estadual. As ausências referem-se:

- ao percentual de presos ou egressos do sistema prisional absorvido no mercado de trabalho (quesito 12);
- ao quantitativo de ocorrências registradas no ano acerca da violência doméstica, homofobia, intolerância religiosa e violência policial (quesito 30a, 30b, 30d e 30f);
- à quantidade de presos condenados por renda e tipicidade de crime (sub quesito 7.1);
- à quantidade de presos provisórios por faixa-etária, cor, grau de escolaridade, renda e tipicidade de crime (sub quesito 7.1);
- ao número de vagas masculinas e femininas para os regimes de prisão domiciliar e de liberdade condicional sem tornozeleira eletrônica (sub quesito 8.3a e 8.3b);
- ao número de vagas interditadas/ociosas para os diferentes tipos de regime penal (sub quesito 8.3c);

- ao número de presos, desagregado por condenados e provisórios, que estejam trabalhando, obtendo formação profissional, recebendo assistência jurídica e médico-odontológica periódicas (sub quesitos 10.1, 10.3, 10.4 e 10.5), sendo que em relação à assistência médico-odontológica não há nem mesmo o registro total de presos com esse amparo;

Da lista acima, os quesitos 12, 30a, 30f e 10.3 foram respondidos no ano anterior; os outros não o foram e, reincidentemente, continuaram sem resposta em 2019.

Constata-se, com base na ampla pontuação distribuída aos quesitos caracterizados como meios, que o Estado possui insumos que podem contribuir para o alcance de um resultado satisfatório em relação às políticas de Segurança Pública. Sobre a perspectiva da efetividade dessas políticas, as apurações do Relatório Técnico das Contas Governamentais de 2019 mostraram melhora em indicadores de resultados, como:

- redução da taxa anual de Crimes Violentos - de 422,32 por 100 mil habitantes, em 2018, para 232,42 até setembro de 2019 (Tabela 245 do Relatório Técnico de 2019);
- redução da taxa anual de Homicídios Consumados - de 14,1 por 100 mil habitantes, em 2018, para 8,96 até setembro de 2019 (Gráfico 57 do Relatório Técnico de 2019);
- redução da taxa de Homicídios de Jovens entre 15 e 29 anos - de 49,8 por 100 mil jovens, em 2016, para 44,2 em 2017 (Gráfico 58 do Relatório Técnico de 2019);
- redução da taxa anual de Crimes Violentos Contra o Patrimônio - de 392,39 por 100 mil habitantes, em 2018, para 274,78 em 2019 (Gráfico 59 do Relatório Técnico de 2019).

O referido Relatório aponta piora nos seguintes indicadores:

- redução de 69,65% dos gastos com Informação e Inteligência em 2019, comparados a 2018 (Tabela 246 do Relatório Técnico de 2019); e
- redução de 32,34% com Formação de Recursos Humanos entre 2019 e 2018 (Tabela 246 do Relatório Técnico de 2019).

No que se refere à execução orçamentária da função Segurança Pública, as despesas realizadas totalizaram R\$ 17,051 bilhões, correspondendo a 15,76% da despesa total realizada no Orçamento Fiscal (R\$ 108,181 bilhões), superando em 0,47% o montante do ano de 2018 (R\$ 16,971 bilhões). Os gastos concentraram-se em Despesas Correntes (99,13%), sendo despendidos R\$ 15,196 bilhões com Pessoal e Encargos

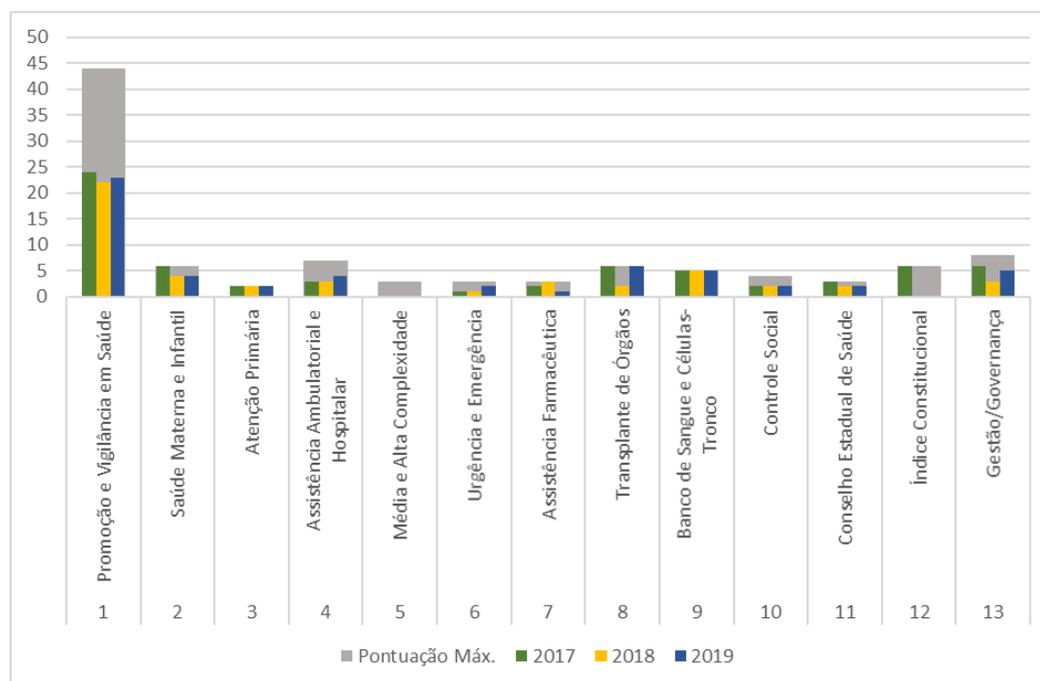
Sociais, enquanto o gasto em Despesas de Capital, como Investimentos em Equipamentos e Material Permanente, representou cerca de 0,87% (R\$ 148,314 milhões) das despesas (Tabela 247 do Relatório Técnico 2019).

Por fim, conforme destacado em tópico específico desse relatório, que trata das incongruências observadas pela Cfamge, o resultado agregado da execução orçamentária físico-financeira dos programas e ações governamentais que materializam as políticas públicas relacionadas à Segurança Pública, medido pelo IAP, foi de 58,01 em 2019. Esse resultado classifica-se no grau de eficácia Razoável, sendo a mesma classificação do IAP de 2018 (52,66).

5.6. i-Saúde

O i-Saúde, dentre as dimensões que compõem o IEGE, esta é a que evidencia, em maior grau, aspectos de efetividade. A nota alcançada foi 56, Em Fase de Adequação. Foi o indicador que obteve a menor nota nos três anos analisados, ainda que tenha melhorado em 2019, em comparação ao ano anterior. O gráfico a seguir mostra a distribuição e a evolução dos pontos entre as matérias que o integram.

Gráfico 09 - Pontuação i-Saúde por matéria – 2017, 2018 e 2019



Fonte: Elaboração própria a partir do IEGE 2017, IEGE 2018 e IEGE 2019.

Ao desagregar por matéria, obtiveram nota máxima em 2019: Atenção Primária; Transplante de Órgãos; e Banco de Sangue e Células Tronco. Por outro lado, Promoção e Vigilância em Saúde, matéria mais representativa no questionário, com 44 pontos, atingiu apenas cerca de metade da pontuação, 23 pontos, resultado semelhante ao dos anos anteriores. Média e Alta Complexidade não pontuou em nenhum ano analisado.

Sobre a matéria Índice Constitucional, que obteve nota zero, tanto em 2018 quanto 2019, em virtude do descumprimento da aplicação do percentual mínimo da receita vinculada em Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS, a que se refere a EC n. 29/00, e das disposições contidas na LC 141/12, art. 24, inciso II, ao computar, no cálculo das aplicações em ASPS, as despesas empenhadas e inscritas em RPNP, mesmo sem existência de disponibilidade financeira. Importante ressaltar que, mesmo tendo pontuado nesse quesito em 2017, a equipe técnica deste Tribunal já divergia do informado: o percentual da receita vinculada aplicado em ASPS, apurado pelo Relatório Técnico de 2017, foi de 7,71% e o informado pelo Questionário do IEGE ficou na faixa maior ou igual a 12%. Portanto, em que pese a perda de pontos em 2018 e 2019, na prática e nos termos da análise deste Tribunal, o mínimo constitucional não foi cumprido em nenhum dos anos analisados.

Na comparação com o ano anterior o Estado apresentou melhora em Transplante de Órgãos (+4), devido ao aumento de doações de múltiplos órgãos e aumento de transplantes de córneas, Gestão e Governança (+2), além de tímida melhora de 1 ponto em: Promoção e Vigilância em Saúde, Assistência Ambulatorial e Hospitalar, Urgência e Emergência. Enquanto a queda foi apenas em Assistência Farmacêutica (-2), visto que em 2018 o Estado afirmou que o tempo de médio entre o protocolo da solicitação e o primeiro fornecimento de medicamento especializado era ≤ 40 dias e, em 2019, passou a ser entre 80 e 120 dias.

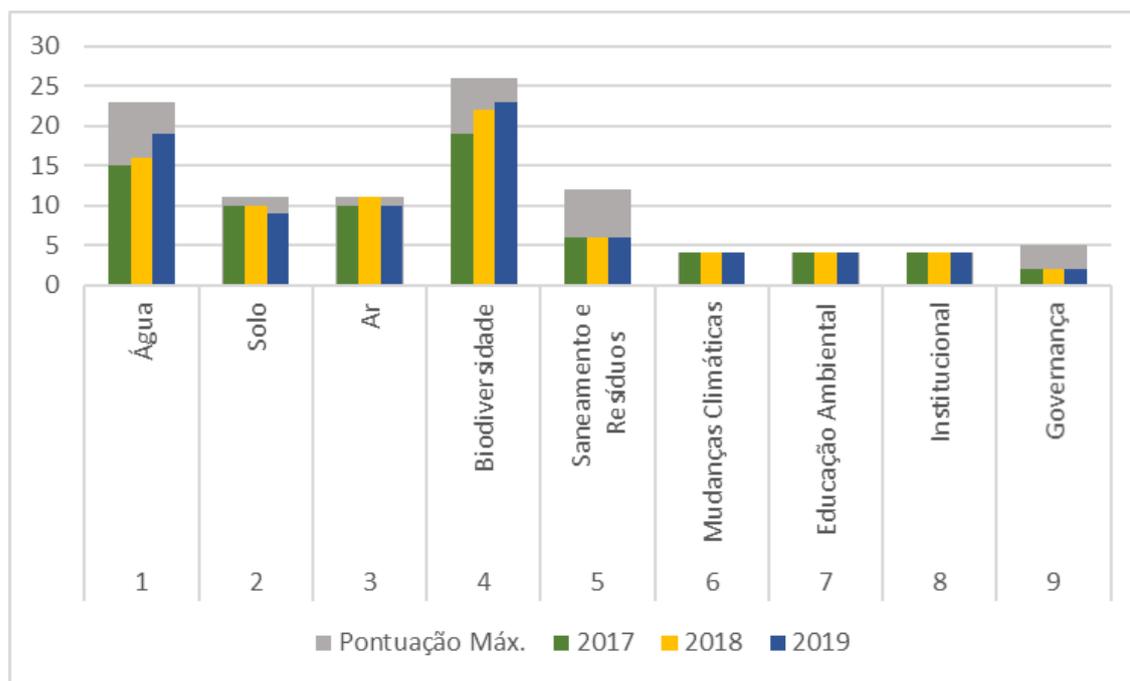
Por fim, ainda se destacaram como não plenamente efetivos os resultados da execução orçamentária dos programas vinculados à Saúde, como o medido, de forma agregada, pelo Índice de Avaliação do Planejamento – IAP, para o qual apurou-se, numa escala de 0 a 100, a partir das informações apresentadas pelo Estado, a nota de 46,33, enquanto foi apurado pela equipe da Cfange uma nota um pouco maior, 48,70. De toda forma, apesar da divergência entre as notas, ambas se situam no intervalo razoável de eficácia ($40 < IAP \leq 60$).

5.7. i-Meio Ambiente

A nota alcançada nesta dimensão manteve-se na classificação dos anos anteriores, Muito Efetiva (B+), contudo, em termos de pontuação, apresentou a segunda melhora, sendo somados 81 pontos em 2019. Em

2017, sua nota foi 74 e, em 2018, 79. O i-Amb é constituído por 9 matérias cujos resultados estão dispostos no próximo gráfico.

Gráfico 10 - Pontuação i-Amb por matéria - 2017, 2018 e 2019



Fonte: Elaboração própria a partir do IEGE 2017, IEGE 2018 e IEGE 2019.

As matérias Água (+3 pontos) e Biodiversidade (+1) foram as responsáveis pela melhora na pontuação do indicador, sendo parcialmente compensada pela piora em Solo (-1) e Ar (-1). Tais decréscimos ocorreram porque o Estado, ao contrário dos últimos anos, não averiguou, por meio de indicadores, a qualidade do Solo (quesito 11) e porque houve piora no Índice de Qualidade do Ar - IQAr (sub quesito 15.2). As matérias restantes mantiveram-se no mesmo patamar de anos anteriores, sendo que todos os pontos distribuídos em Mudanças Climáticas, Educação Ambiental e Institucional foram obtidos, enquanto em Saneamento e Resíduos, e Governança obteve-se os piores desempenhos, 50% e 40% da pontuação máxima, respectivamente.

Registra-se a ausência de respostas em 3 sub quesitos Informativos - aqueles que deveriam informar os percentuais da redução do consumo de energia, água, copo descartável e papel em prédios públicos (38.1); da reciclagem de resíduos gerados em prédios públicos (38.2); e da cobertura terrestre das áreas susceptíveis à desertificação (25.2).

Depreende-se da nota do i-Amb que o Estado possui meios ou insumos para o alcance de resultados efetivos quanto à gestão do Meio Ambiente Estadual, tendo sido demonstrada a existência de estrutura institucional, programas, ações, planos, indicadores. Contudo, merecem destaque alguns resultados negativos e relevantes, que pouco afetaram a nota final, seja porque sua pontuação compensou-se no conjunto dos quesitos, seja por sua condição de Informativos. São eles:

- o planejamento de programas e ações contemplados nessa função, avaliado numa escala de 0 a 100 pelo IAP, apresentou valor de 31,53⁴ em 2019, sendo classificado, reincidentemente, no grau de eficácia Baixo (quesito 43);
- a inexistência de: indicadores visando medir a quantidade das águas no Estado (quesito 4) e a qualidade do solo (quesito 11); avaliação acerca da eficácia dos programas e ações de preservação e incremento de fontes de água potável (sub quesito 6.1); controle das propriedades rurais sustentáveis (quesito 21); e plano estadual de saneamento básico (quesito 30);
- a piora da situação relativa à qualidade do Ar (sub quesito 15.2);
- o aumento da área atingida por incêndios florestais, de 9.773 para 31.437 hectares (quesito 23)
- o baixo percentual de abrangência do serviço de coleta e de tratamento licenciado de esgoto sanitário, ambos entre 20 e 50% da população do Estado (quesitos 31 e 32); e
- o percentual mediano da população abrangida pelo fornecimento de água tratada e pela adequada destinação de resíduos sólidos, ambos entre 50 e 80% (quesitos 5 e 34).

Por outro lado, outros quesitos mostraram evolução em 2019, como é o caso:

- da melhora no indicador da qualidade da água e no nível de desmatamento (sub quesitos 2.1 e 26.1);
- das elaborações de plano emergencial para fornecimento de água potável à população em caso de escassez (quesito 9) e de programa e/ou ação para controlar e combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado (quesito 25); e

⁴ Valor calculado pela Cfamge para função Meio Ambiente, sendo que o informado no questionário do IEGE-2019 foi de 30,53, ambos classificados no grau de eficácia Baixo. Portanto, a diferença não altera a nota do quesito 43, que trata do IAP.

- dos aumentos do percentual de áreas recuperadas em relação às áreas degradadas, de 29% para 32% (sub quesito 13.2), e do número de municípios com destinação adequada de resíduos sólidos, de 391 para 406 (quesito 33).

Salienta-se, com base em consulta ao Siafi, o fato de o orçamento executado com a função Meio Ambiente representar apenas 0,34% do Orçamento Fiscal, cuja maior parte, 69,61%, foi gasta com Administração Geral, ao passo que com Preservação e Conservação Ambiental foram gastos 12,67% e com Recursos Hídricos, 12,30%. Considerando a categoria das despesas, as correntes abarcaram a maioria absoluta (99,13%) nessa função, sendo aplicados, em despesas de capital, reais 0,87%. O baixo orçamento destinado à função Meio Ambiente mostra a ausência de prioridade do Poder Público com a fiscalização ambiental, que se fez sentir com o rompimento, em 2015, da barragem do Fundão, no município de Mariana, e da barragem do Feijão, em 2019, em Brumadinho, tragédias com perda de vidas e com consequências imensuráveis – que serão sentidas por gerações – para a fauna, a flora e a hidrografia, bem como para o desenvolvimento econômico e social, dada a relevância da atividade mineradora para o Estado. A fiscalização ambiental dos empreendimentos econômicos, destacando-se ações preventivas de controle e vigilância, especialmente na área de mineração, assume importância ímpar, tendo em vista os graves impactos negativos ocasionados pela atividade no Estado.

6. Validação das Respostas Prestadas pelo Governo

O processo de validação das informações prestadas pelo Executivo, iniciado no IEGE anterior, consiste em comparar as respostas apresentadas no questionário com bancos de dados e sites oficiais e com o relatório das Contas Governamentais 2019 da Cfamge. As análises que demandam a realização de auditorias in loco ou outros dados não prontamente disponíveis devem ser programadas para os exercícios seguintes, de forma a possibilitar a ampliação progressiva da comprovação das informações prestadas nos questionários do Índice. No universo de quesitos e sub quesitos avaliados, 151 (90,96%) tiveram sua resposta confirmada e 15 (9,04%), não confirmada, sendo que todas elas estão destacadas no Anexo I deste relatório (o número da questão em azul refere-se às respostas confirmadas; em vermelho, às não confirmadas). Quanto às não confirmadas, foram consideradas tal como encaminhadas, para a apuração do Índice. Exceção apenas para aquelas em que foi dada a oportunidade de manifestação por parte do Governo e, não tendo sido corroborados, pela Cfamge, os apontamentos trazidos, procedeu-se à alteração das respostas.

7. Considerações Finais

Tendo em vista o objetivo do IEGE, o resultado ora apresentado demonstra a existência e a qualidade dos meios necessários para se alcançar, de forma abrangente, a efetividade da gestão estadual, considerando, sobretudo, os aspectos do bem-estar social. Os quesitos que se identificam com a natureza finalística, representando aspectos de efetividade, são classificados, em grande parte, como Informativos, não impactando o resultado do Índice, devendo, unicamente, alimentar banco de dados, com vista a subsidiar tanto as ações de controle externo quanto as ações do gestor, na busca pela melhoria da Administração Estadual.

A validação das informações prestadas pelo jurisdicionado também faz parte do processo do IEGE, tendo sido realizada parcialmente, quanto ao exercício de referência 2019, devendo ser incrementada a partir dos próximos exercícios.

Por fim, em 2019, terceiro ano de aplicação do IEGE, a nota do Estado de Minas Gerais apresentou leve acréscimo, se comparada a 2018, passando de 59,20 para 60,90, indicando estabilidade na qualidade dos meios necessários para se alcançar a efetividade na gestão estadual. Contudo, esse acréscimo foi suficiente para alterar a faixa resultado, de C+: Em Fase de Adequação para B: Efetiva.

Finalmente, essa equipe técnica propõe que o Manual do IEGE passe a integrar o ato normativo que regulamenta o índice, uma vez que suas disposições influenciam diretamente a nota do jurisdicionado, sendo necessário conferir estabilidade e segurança jurídica às regras de apuração.

Belo Horizonte, 23 de outubro de 2020.

Pedro Henrique Magalhães Azevedo
Analista de Controle Externo
Coordenador da Cfamge
TC 2967-7

Marcela Vieira Rodrigues de Cunha
Analista de Controle Externo
TC - 3283-0

Rafael Auad Gama
Analista de Controle Externo
TC - 3236-8

ANEXO I⁵

i-PLANEJ

QUESITOS		PONTUAÇÃO	RESPOSTAS	PONTOS
Dados do responsável pelo preenchimento do questionário				
Nome completo: Sarah Cristina de Sales Mourão Cargo / Função: Diretora Central de Planejamento, Programação e Normas da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão Masp: m752467-1				
I. Planejamento e Orçamento				
1.	O estado possui Plano Estratégico, de longo prazo (mínimo de 12 anos), no qual se vinculam os demais instrumentos de planejamento?	Sim para as perguntas 1e 1.1 - 03 Sim para a 1 - 02 Não - 00	Sim	3
1.1	Existe participação da sociedade no processo de elaboração deste Plano Estratégico?		SIM*	
2.	O Estado elabora diagnóstico e levantamento de problemas, necessidades, deficiências, antecedentes ao planejamento?	Sim para as perguntas 2. e 2.2 - 03 Não - 00	Sim	3
2.1	As dimensões do IEGE (Planejamento, Fiscal, Saúde, Educação, Meio-ambiente, Desenvolvimento Econômico e Segurança Pública) são diagnosticadas?	2.1 informativa	Não	
2.2	Os problemas e/ou demandas diagnosticados são contemplados nos instrumentos de planejamento e orçamento?		Sim	
3.	O Estado disponibiliza ao Tribunal de Contas os instrumentos de planejamento e gestão (PPA, LDO e LOA) antes do envio ao Poder Legislativo?	Sim - 02 Não - 00	Não	0
4.	Os projetos de lei contendo os instrumentos de planejamento e orçamento (PPA, LDO, LOA) foram remetidos ao Poder Legislativo nos prazos legais estabelecidos?	Sim - 02 Não - 00	Sim	2
5.	O Poder Legislativo aprovou os instrumentos de planejamento e orçamento (PPA, LDO, LOA) nos prazos constitucionais?	Informativa	Sim	
6.	Existe divulgação dos instrumentos de planejamento?	Sim para as perguntas 6	Sim	3

⁵ Número da questão em azul refere-se às respostas confirmadas; em vermelho, às não confirmadas. As respostas com asterisco (*) foram alteradas, conforme o tópico 3 deste relatório.

6.1	Informe o meio de divulgação	e 6.2 - 03 Sim apenas para a pergunta 6 - 02 Não - 00 6.1 informativa	Site da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.	
6.2	O PPA é divulgado com os programas e seus indicadores; e os projetos e atividades com metas físicas e financeiras?		Sim	
Subtotal - I. Instrumentos de Planejamento e Orçamento		6 quesitos		
II. PPA				
7.	Qual percentual de programas do PPA com indicadores?	≥ 60% - 03 ≥ 40% e < 60 - 02 ≥ 20% e < 40 - 01 < 20% - 00 7.1 Informativa	≥ 40% e < 60%	2
7.1	Todos os indicadores foram apurados?		Não	
8.	Qual percentual dos indicadores de programas do PPA apurados que apresentou melhora em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	≥ 60% - 03 ≥ 40% e < 60 - 02 ≥ 20% e < 40 - 01 < 20% - 00	< 20%	0
9.	Há monitoramento e avaliação da execução do PPA com emissão de relatórios periódicos e final?	Sim para a pergunta 9 e "programas" e "projetos" em 9.1 - 03 Sim para a "pergunta" 9 e "programas" em 9.1 - 02 Não - 00	Sim	3
9.1	Qual o conteúdo desses relatórios? [Programas Previstos e Executados]		SIM*	
9.1	Qual o conteúdo desses relatórios? [Projetos, atividades e operações especiais previstos e executados]		Sim	
9.1	Qual o conteúdo desses relatórios? [Outros]			
10.	Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento - IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA: a) a razão entre o número de ações cujo EFISi esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*. Ex: 0,7; 0,8; 1,3. Obs: EFISi = Execução física/Previsão física inicial EFINi = Execução financeira/Previsão financeira inicial IEEOi = EFISi/EFINi onde i corresponde a cada uma das ações dos programas do PPA *total de ações que não têm execução financeira, ainda que tenham execução física.	Calcular IAP: Somar ((A + B + C) / 3)*100 IAP ≥ 80 - 05 IAP ≥ 60 - 04 IAP ≥ 40 - 03 IAP ≥ 20 - 02 IAP < 20 - 01	0.557	3

10	b) a razão entre o número de ações cujo EFINI esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*.		0.37	
10	c) a razão entre o número de ações cujo Índice de Equilíbrio da Execução Orçamentária (IEEOi) esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*.		0.317	
11.	Há revisão anual do PPA para atualização e inclusão de novas demandas?	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
Subtotal - II. PPA		5 quesitos		
III. LDO				
12.	A LDO estabelece as prioridades e metas do governo?	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
13.	A LDO prevê, ao final de cada bimestre, critérios para limitação de empenho e movimentação financeira quando a execução da receita não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal?	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
14.	A LDO prescreve condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas?	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
15.	A LDO define critérios de contingenciamento?	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
16.	A LDO dispõe normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos? Obs: Art. 4º, LRF.	Sim - 02 Não - 00	Sim	2
17.	O Anexo de Metas Fiscais integra a LDO, nos termos exigidos pela LRF? Obs: Art. 4º, § 1º e 2º, LRF.	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
18.	O Anexo de Riscos Fiscais integra a LDO nos termos exigidos pela LRF, com a avaliação dos passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas? Obs: Art.4º, § 3º, LRF.	Sim para as perguntas 18 e 18.1 - 03 Sim para a pergunta 18 - 02 Não - 00	Sim	3
18.1	O Anexo foi elaborado em conformidade com o Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN?Obs: Art. 50, §2º, LRF.		Sim	
Subtotal - III. LDO		7 quesitos		
IV. LOA				
19.	A LOA foi elaborada de forma compatível com o PPA e a LDO?	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
20.	O conteúdo da lei orçamentária é desdobrado até o nível de elemento econômico da despesa?	Sim - 03 Não - 00	Sim	3

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

21.	Na lei orçamentária, qual o percentual para abertura de créditos adicionais por decreto?	> 20% - 01 > 10% ≤ 20% - 02 ≤ 10% - 03 Não há previsão - 00	> 20%	1
22.	As alterações orçamentárias decorrentes de remanejamento, transposição e transferência são realizadas mediante prévia autorização legislativa?	Sim - 02 Não - 00	Sim	2
23.	Qual percentual de emendas parlamentares incluídas no projeto de lei da LOA em relação ao total do orçamento? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	Informativa	0,52%*	
Subtotal - IV. LOA		5 quesitos		
V. Execução Orçamentária				
24.	Qual o percentual, no ano avaliado, de alteração dos créditos orçamentários previstos na LOA? Obs: Alteração (%) = Créditos adicionais - Créditos anulados	> 40% - 0 > 20% ≤ 40% - 02 ≤ 20% - 03	≤ 20%	3
25.	Qual percentual de execução financeira das emendas parlamentares no orçamento do ano avaliado? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	Informativa	75,65%*	
Subtotal - V. Execução Orçamentária		2 quesitos		
VI. Participação Social				
26.	Para a elaboração das peças orçamentárias (PPA/LDO/LOA), é garantida a participação social por meio de audiências públicas?	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
27.	Há margem no orçamento destinada aos programas e/ou ações de projetos originários de participação popular?	Sim para pergunta 27 e 27.2 ≥ 70% - 02 Sim para pergunta 27 e 27.2 < 70% - 01 Não - 00 27.1 informativa	Sim	1
27.1	Informe o percentual da margem de participação popular no orçamento do ano avaliado: Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.		0,02	
27.2	Informe o percentual da execução financeira relativa aos programas e/ou projetos de participação popular no orçamento do ano avaliado:		< 70%	
28.	Qual a forma de realização das audiências públicas para a elaboração das peças orçamentárias? [Presencial]	Presenciais e pela internet - 02 Só uma das modalidades - 01 Outros - informativa	Sim	1
28.	Qual a forma de realização das audiências públicas para a elaboração das peças orçamentárias? [Internet]		Não	
28.	Qual a forma de realização das audiências públicas para a elaboração das peças orçamentárias? [Outros]			

29.	Quais canais de comunicação são utilizados pelo Estado para divulgação e anúncio dos resultados das audiências públicas e das coletas de sugestões? Internet Diário Oficial Jornal de grande circulação Outros (especificar) Mais de uma forma de divulgação - 02 Uma forma de divulgação - 01 Outros - informativa	Internet	Sim	1
29.	Quais canais de comunicação são utilizados pelo Estado para divulgação e anúncio dos resultados das audiências públicas e das coletas de sugestões?	Diário Oficial	Não	
29.	Quais canais de comunicação são utilizados pelo Estado para divulgação e anúncio dos resultados das audiências públicas e das coletas de sugestões?	Jornal de grande circulação	Não	
29.	Quais canais de comunicação são utilizados pelo Estado para divulgação e anúncio dos resultados das audiências públicas e das coletas de sugestões? [Outros]		E-mail	
30.	As audiências públicas são realizadas de forma regionalizada?	Sim - 02 Não - 00	Sim	2
31.	Informe o número de audiências públicas realizadas no ano avaliado: Audiências de planejamento ≥ 5 - 02 Audiências de planejamento ≥ 1 e < 5 - 01 Audiências de planejamento < 1 - 00 b) informativa	a) audiências públicas de planejamento	≥ 1 e < 5 audiências de planejamento	1
31.	Informe o número de audiências públicas realizadas no ano avaliado:	b) audiências públicas de monitoramento	≥ 5 audiência de monitoramento	
32.	Existem mecanismos que permitem o monitoramento da inclusão e da implementação das demandas levantadas nas audiências públicas pelos órgãos de controle e pela sociedade?	32 Sim - 02 Não - 00 32.1 informativa	Sim	2

32.1	Especificar	Na Lei Orçamentária Anual consta o Identificador de Procedência e Uso (IPU) nº 4, denominado Recursos Recebidos para Atendimento de Demandas de Participação Cidadã. A partir do IPU identificar as despesas planejadas e executadas. Além disso, a ALMG disponibiliza em seu site os Boletins de Monitoramento das Propostas de Ação Legislativa (PLES) oriundas das audiências públicas de participação popular.		
Subtotal - VI. Participação Social		7 quesitos		
VII. Institucional				
33.	No Estado, existe órgão responsável pelo controle interno criado por lei?	Sim para todas as perguntas - 03 Sim para pergunta 33 e sim de 2 a 3 perguntas de 33.1 a 33.4 - 02 Sim para pergunta 33 e sim para apenas 1 pergunta de 33.1 a 33.4 - 01 Não - 00	Sim	3
33.1	O controle interno é independente e tem acesso a todas as informações da administração?		Sim	
33.2	As atribuições do controle interno são formalmente definidas?		Sim	
33.3	O controle interno monitora os indicadores (metas) e avalia os resultados quanto à eficácia e eficiência e à efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial?		Sim	
33.4	O controle interno apoia o controle externo na sua missão institucional e dá ciência ao TCE quando toma conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade?		Sim	
34.	Em cada órgão e entidade de governo existe setor estruturado para efetuar e monitorar a execução do seu planejamento?	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
35.	Existe carreira específica para servidores com habilidade técnica de planejamento gestão e orçamento?	Sim para a pergunta 35 - 02 Não para a pergunta 35 e sim para 35.1 - 01 Não para as duas perguntas - 00	Sim	2
35.1.	Não havendo carreira específica, os servidores responsáveis ou que cuidam dessas atividades têm dedicação exclusiva à matéria?		N/A	
36.	Há capacitação específica para os servidores responsáveis pelo planejamento?	Sim e ≥ 40 horas - 03 Sim e ≥ 20 e < 40 horas - 02 Sim e < 20 horas - 01 Não - 00	Sim	1
36.1	Qual a carga horária anual da capacitação?	36.1 informativa	< 20 horas	

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

37.	O Estado adota manual/tutorial para o planejamento e sua execução, objetivando a gestão do conhecimento? Obs: Manual/tutorial físico e/ou virtual.	Sim - 02 Não - 00	Sim	2
38.	Há sistema informatizado para auxiliar na elaboração, monitoramento e avaliação do planejamento?	Sim para as perguntas 38 e 38.1 - 02	Sim	2
38.1	O sistema informatizado é multiusuário? Obs: Sistema que permite acesso simultâneo por múltiplos usuários.	Sim para a pergunta 38 - 01 Não - 00	Sim	
39.	Na estrutura administrativa central do Estado, há órgão voltado para consolidação, monitoramento e avaliação do planejamento e sua execução (PPA, LDO e LOA)?	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
40.	Na estrutura administrativa do Estado, há unidade de Centro de Governo, responsável pela governança?	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
Subtotal - VII. Institucional		8 quesitos	TOTAL	84

TOTALIZAÇÃO

Quesitos: 40

Pontos máximos: 100

Pontos mínimos: 000

FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL

i-PLANEJ = (Somatório da pontuação de cada quesito)/100

Peso da Dimensão Planejamento

i-PLANEJ: $10/100 = 0,10$ (10%)

i-FISCAL

QUESITOS		PONTUAÇÃO	RESPOSTAS	PONTOS
Dados do responsável pelo preenchimento do questionário				
Nome completo: Sérgio Cunha Cargo / Função: ASSESSOR TÉCNICO -DAD 4 CI: 753242-7				
I. Metas Fiscais				
1.	As metas estabelecidas na LDO para receitas, despesas, resultados primário e nominal e montante da dívida pública foram alcançadas? sim parcialmente não	1. Sim - 03 Parcial - 01 Não - 00 1.1 informativa	Parcialmente	1
1.1	Descrever as metas que não foram alcançadas.		DESPESAS E DÍVIDA PÚBLICA	
Subtotal - I. Metas Fiscais		1 quesito		
II. Relatório Resumido da Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal				
2.	O Poder Executivo publicou, em até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, Relatório Resumido da Execução Orçamentária dos Poderes do Estado incluídos os órgãos e entidades da administração direta e indireta? Obs: Art. 165, § 3º, CR/88 e art. 52, LRF.	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
3.	Os titulares dos Poderes e órgãos publicaram, em até trinta dias após o encerramento do quadrimestre, Relatório de Gestão Fiscal? Obs: Art. 54, LRF.	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
Subtotal - II. Relatório Resumido da Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal		2 quesitos		
III. Resultado Fiscal				
4.	O total das receitas primárias suplantou o total das despesas primárias no ano avaliado? Obs: Resultado Primário.	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
5.	Quanto ao Resultado Nominal, o Estado cumpriu a meta estabelecida na LDO para o ano avaliado?	Sim - 03 Não - 00	NÃO*	0

Subtotal - III. Resultado Fiscal		2 quesitos		
IV. Execução da Receita				
6.	Foram implementadas medidas para a melhoria da capacidade de arrecadação de impostos e outras receitas com vistas a: combate à evasão e sonegação fiscal de receitas. Obs: Art. 13, LRF.	Combate - 01 Evolução - 01 Aumento - 01 Não implementadas - 00	Sim	3 (nota alterada conforme tópico 3 deste relatório)
6.	Foram implementadas medidas para a melhoria da capacidade de arrecadação de impostos e outras receitas com vistas a: evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.		Sim	
6.	Foram implementadas medidas para a melhoria da capacidade de arrecadação de impostos e outras receitas com vistas a: aumento da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa.		Não	
6.	Foram implementadas medidas para a melhoria da capacidade de arrecadação de impostos e outras receitas com vistas a: Não foram implementadas medidas para a melhoria da capacidade de arrecadação		Não	
7.	As receitas previstas foram desdobradas em metas bimestrais de arrecadação? Obs: Art. 13, LRF.	Sim para perguntas 7 e 7.1 - 03 Sim apenas para pergunta 7 - Não - 00	Sim	2
7.1	O Estado monitora a execução orçamentária da receita prevista na LOA, visando a correção de possíveis desvios em relação ao planejado?		NÃO*	
8.	Consta na LDO meta para arrecadação do ICMS?	Sim e ≥ 70% - 03 Sim e ≥ 50% <70% - 02 Sim e < 50% - 01 Não - 00	Sim	3
8.1	Qual o percentual de execução no ano avaliado da meta prevista na LDO para a arrecadação do ICMS?		≥ 70%	
9.	Consta na LDO meta para arrecadação do IPVA?	Sim e ≥ 70% - 03 Sim e ≥ 50% <70% - 02 Sim e < 50% - 01 Não - 00	Sim	3
9.1	Qual o percentual de execução no ano avaliado da meta prevista na LDO para a arrecadação do IPVA?		≥ 70%	
10.	Consta na LDO meta para arrecadação do ITCD?	Sim e ≥ 70% - 03 Sim e ≥ 50% <70% - 02 Sim e < 50% - 01 Não - 00	Sim	3
10.1	Qual o percentual de execução no ano avaliado da meta prevista na LDO para a arrecadação do ITCD?		≥ 70%	

11.	Em relação à receita corrente líquida do ano avaliado, informe o percentual de: a) renúncias consolidadas e novas Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%. b) benefícios heterônomos Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	Informativa		2
11.	Em relação à receita corrente líquida do ano avaliado, informe o percentual de: a) renúncias consolidadas e novas Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.		12,30%	
11.	Em relação à receita corrente líquida do ano avaliado, informe o percentual de: b) benefícios heterônomos		12,90%	
12.	Quanto à concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, responda:	Sim para todas as perguntas - 03Sim para três perguntas - 02Sim para apenas uma pergunta - 01não - 00		
12.1	O Demonstrativo do Anexo de Metas Fiscais da LDO que objetiva apontar a estimativa e compensação da renúncia de receitas, evidencia a indicação das medidas de compensação para cada renúncia de receita, critérios transparentes e consistentes estabelecidos para apuração da estimativa das renúncias de receitas e para apuração das respectivas medidas de compensação?		Sim	
12.2	Há publicidade e transparência dos valores dos benefícios concedidos, por segmento econômico e por modalidade de renúncia?		NÃO*	
12.3	A Administração tributária avalia, formalmente, o custo-benefício da abertura de programas de recuperação de créditos, adota indicadores para avaliação e avalia tais indicadores de resultado periodicamente?		Sim	
12.4	Os registros contábeis da renúncia de receita decorrentes da concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária estão em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e as orientações e manuais da Secretaria do Tesouro Nacional?		Não	

12.5	Existem relatórios ou outro documento formal de avaliação quanto à eficiência e ao alcance do retorno e resultados esperados da política de renúncia fiscal que objetiva atrair investimentos e proporcionar o desenvolvimento econômico?		Sim	
Subtotal - IV. Execução da Receita		7 quesitos		
V. Execução da Despesa				
13.	O Estado monitora a execução orçamentária da despesa fixada na LOA, visando a correção de possíveis desvios em relação ao planejado?	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
14.	O Estado estabeleceu a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso? Obs: Art. 8º, LRF e arts. 47 a 50, Lei Federal 4.320/64.	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
15.	O Estado realiza limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela LDO, caso verifique, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecido no Anexo de Metas Fiscais? Obs: Art.9º, LRF.	Sim - 03 Não - 00	NÃO*	0
16.	A abertura de créditos adicionais se deu nos limites fixados em lei e com indicação dos recursos e justificativas correspondentes? Obs: Art. 42 e 43, Lei 4.320/64.	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
Subtotal - V. Execução da Despesa		4 quesitos		
VI. Execução de Investimentos				
17.	A execução orçamentária dos investimentos do orçamento fiscal ocorreu de forma regionalizada? Obs: CE/ 89 e LDO.	Sim - 02 Não - 00	Sim	2
18.	Qual foi a taxa de investimento observada na execução do orçamento em relação à receita corrente líquida no ano avaliado? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	Informativa	4%	
Subtotal - VI. Execução de Investimentos		2 quesitos		
VII. Despesa com Pessoal e Terceiros				
19.	Qual o percentual da despesa com pessoal do Poder Executivo em relação à receita corrente líquida?	≥ 49% - 00 > 46,4% e < 49% - 02 ≤ 46,4% - 03	≥ 49%	0

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

20.	Qual o percentual da despesa com pessoal do Poder Legislativo (Assembleia e TCE) em relação à receita corrente líquida?	≥ 3% - 00 > 2,84% e < 3% - 02 ≤ 2,84% - 03	≤ 2,84%	3
21.	Qual o percentual da despesa com pessoal do Poder Judiciário em relação à receita corrente líquida?	≥ 6% - 00 > 5,60% e < 6% - 02 ≤ 5,60% - 03	≤ 5,60%	3
22.	Qual o percentual da despesa com pessoal do Ministério Público em relação à receita corrente líquida?	≥ 2% - 00 > 1,89% e < 2% - 02 ≤ 1,89% - 03	≤ 1,89%	3
23.	Qual o percentual da despesa com pessoal consolidada do Estado em relação à receita corrente líquida?	≥ 60% - 00 > 56,9% e < 60% - 02 ≤ 56,9% - 03	≥ 60%*	0
24.	Em relação à receita corrente líquida, qual o percentual de despesas com contratação de: a) serviços de consultoria Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	Informativa	0,02%	
24.	Em relação à receita corrente líquida, qual o percentual de despesas com contratação de: a) serviços de consultoria	Informativa	0,03%	
24.	Em relação à receita corrente líquida, qual o percentual de despesas com contratação de: c) mão de obra terceirizada	Informativa	0,37%	
Subtotal - VII Despesa com Pessoal e Terceiros		6 quesitos		
VIII. Previdência				
25.	Existe equilíbrio financeiro entre despesas e receitas do RPPS?	Sim - 03 Não - 00	Não	0
26.	Existe equilíbrio atuarial do RPPS?	Sim - 02 Não - 00	Não	0
27.	O Estado criou e implementou Previdência Complementar?	Sim - 02 Não - 00	Sim	2
28.	Nos aportes para cobertura do déficit atuarial do RPPS, o Estado observa a Portaria MPS 746/2011 que determina a aplicação financeira desses recursos por no mínimo 5 anos?	Sim - 02 Não - 00	Não	0
Subtotal - VIII. Previdência		4 quesitos		
IX. Dívida Ativa				
29.	Com relação ao total da dívida ativa, no ano avaliado, informe o percentual de: a) recebimento Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	Informativa	1,10%	

29.	Com relação ao total da dívida ativa, no ano avaliado, informe o percentual de: b) demais modalidades de extinção e exclusão Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	Informativa	6,99%	
30.	Qual o percentual de prescrição de processos judiciais referentes à cobrança de dívida ativa no ano avaliado, em relação ao valor total dos créditos de dívida ativa extintos?	≥ 10% - 00 > 0 < 10% - 01 0% - 02	≥ 10%	0
Subtotal - IX. Dívida Ativa		2 quesitos		
X. Dívida Pública				
31.	O montante do Serviço da Dívida Estadual (amortização, juros e encargos) respeitou os 11,5% da receita corrente líquida, conforme Resolução do Senado Federal? Obs: Art. 7º, inciso II, Resolução 43/01, observando as exclusões fixadas no § 8º do mesmo artigo.	Sim - 03 Não - 00	Não	0
32.	O Estado realizou as metas e os compromissos definidos no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal - PAF?	Sim para pergunta 32 e 32.1 - 03 Sim apenas para pergunta 32 -02 Não - 00	NÃO*	0
32.1	A avaliação feita pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN sobre o cumprimento dessas metas tem sido positiva? Obs: Art. 26, Medida Provisória 2.192-70 de 24/08/01.		NÃO*	
33.	O montante da Dívida Pública Estadual respeitou os limites estabelecidos na Resolução do Senado Federal? Obs: Arts. 3º e 4º, Resolução 40/01.	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
Subtotal - X. Dívida Pública		3 quesitos		
XI. Restos a Pagar (Dívida Flutuante)				
34.	Informe o percentual do valor inscrito em restos a pagar no exercício anterior pago no ano avaliado:	Sim, 100% - 03 Sim, ≥ 75% e ≤ 99% - 02 Sim, < 75% - 00	< 75%	0
35.	Os restos a pagar do ano avaliado foram inscritos com a correspondente disponibilidade de caixa?	35 Sim - 03 Não - 00	Não	0
35.1	Informe o montante dos restos a pagar inscritos: Ex: R\$ 500.000,00.	35.1 Informativa	R\$ 23.140.833.182,01	
Subtotal - XI. Restos a Pagar (Dívida Flutuante)		2 quesitos		
XII. Operações de Crédito				

36.	As operações de crédito realizadas no ano avaliado foram inferiores ao montante das despesas de capital realizadas pelo Estado? Obs: Art. 12, § 2º, LRF; art. 167, inciso III, CF - Regra de Ouro.	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
37.	Os limites e as condições para a realização de operações de crédito, bem como o saldo global das B97 garantias concedidas, ficaram de acordo com o estabelecido na Resolução do Senado Federal? Obs: Art. 7º, inciso I, e art. 9º, caput, Resolução 43/01; art. 59, § 1º, inciso III, LRF.	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
Subtotal - XII. Operações de Crédito		2 quesitos		
XIII. Precatórios				
38.	Existe suficiência financeira para quitação dos precatórios inscritos no exercício avaliado?	Sim - 02 Não - 00	Não	0
39.	Foi observado o prazo de 5 anos para pagamento do estoque de precatórios, a contar de 1/1/16? Obs: Art. 97, ADCT da CR/88	Sim - 02 Não - 00	Sim	2
Subtotal - XIII. Precatórios		2 quesitos		
XIV. Alienação de Bens e Direitos				
40.	Houve aplicação de recursos oriundos da alienação de bens e direitos em despesas correntes, ressalvadas as destinadas por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos?	Sim - 02 Não - 00	Não	2
Subtotal - XIV. Alienação de Bens e Direitos		1 quesito	TOTAL	61

TOTALIZAÇÃO

Quesitos: 40

Pontos máximos: 100

Pontos mínimos: 000

Peso da Dimensão FISCAL

i-FISCAL: 10/100 = 0,10 (10%)

FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL

i-FISCAL= (Somatório da pontuação de cada quesito)/100

I-SAÚDE

QUESITOS		PONTUAÇÃO	RESPOSTAS	PONTOS
Dados do responsável pelo preenchimento do questionário				
Nome completo: Matheus Marques Fernandes Aguiar Cargo / Função: Assessor Estratégico Masp: 7529860				
I. Promoção e Vigilância em Saúde				
1.	O Estado dispõe de política de promoção da saúde para nortear as ações a serem executadas pelos municípios?	Sim – 02 Não – 00	Sim	2
2.	O Estado realizou campanha anual de prevenção ou incentivo no ano avaliado? Ex.: Aleitamento materno, combate ao tabagismo, hipertensão, diabetes, combate ao uso de drogas e álcool e outros. A orientação passada durante as consultas não configura campanha anual ou incentivo.	≥ 5 campanhas - 02 < 5 campanhas - 01	< 5 campanhas	
3.	3. Informe a proporção de cobertura vacinal alcançada no ano avaliado, para crianças menores de 2 anos de idade: [Pentavalente (3ª dose):] Obs: Vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação.	≥ 95% e ≤ 100% - 03 ≥ 70% e < 95% - 02 ≥ 50% e < 70% - 01 < 50% - 00 Média dos pontos percentuais nas alternativas a), b), c), e d).	76,18	1
3.	Informe a proporção de cobertura vacinal alcançada no ano avaliado, para crianças menores de 2 anos de idade: Pneumocócica 10-Valente (2ª dose): Obs: Vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação.		93,80	2
3.	Informe a proporção de cobertura vacinal alcançada no ano avaliado, para crianças menores de 2 anos de idade: Poliomielite (3ª dose): Obs: Vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação.		90,40	
3.	Informe a proporção de cobertura vacinal alcançada no ano avaliado, para crianças menores de 2 anos de idade: Tríplice Viral (1ª dose): Obs: Vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação.		97,58	

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

4.	4. Informe a proporção de cobertura vacinal alcançada no ano avaliado, para adolescentes: [HPV (meninas: 9 a 14 anos):] Obs: Vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação.	≥ 80% e ≤ 100% - 03 ≥ 60% e < 80% - 02 ≥ 40% e < 60% - 01 < 40% - 00 Média dos percentuais nos itens a) e b)	56,23	1
4.	4. Informe a proporção de cobertura vacinal alcançada no ano avaliado, para adolescentes: [HPV (meninos: 11 a 14 anos):]		56,23	
4.	4. Informe a proporção de cobertura vacinal alcançada no ano avaliado, para adolescentes: [Meningo C (12 a 13 anos reforço):]		45,49	
5.	5. Informe a proporção de cobertura vacinal alcançada no ano avaliado, para adultos: [Hepatite B (3ª dose):] Obs: Vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação.	≥ 95% e ≤ 100% ≥ 70% e < 95% ≥ 50% e < 70% < 50% Informativa	46,36	
5.	5. Informe a proporção de cobertura vacinal alcançada no ano avaliado, para adultos: [Tríplice Viral (2ª dose):]Obs: Vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação.		23	
5.	5. Informe a proporção de cobertura vacinal alcançada no ano avaliado, para adultos: [Dupla Adulto:] Obs: Vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação.		33,59	
6.	Informe a proporção de cobertura vacinal alcançada do imunobiológico Influenza no ano avaliado para a população acima de 60 anos: Obs: Proporção recomendada no Calendário Nacional de Vacinação.	≥ 90% e ≤ 100% - 03 ≥ 70% e < 90% - 02 ≥ 50% e < 70% - 01 < 50% - 00	≥ 90% e ≤ 100%	3
7.	Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por dengue, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos prováveis:][Quantitativo:]	redução de pelo menos 5% nos casos de óbitos confirmados e redução de casos notificados de pelo menos 2,5% - 03 redução de pelo menos 5% nos casos de óbitos confirmados ou redução de casos notificados de pelo menos 2,5% - 01- sem redução - 00 7. b) informativa	474628*	
				0

7.	Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por dengue, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos prováveis:][Redução (%):]		9999
7.	Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por dengue, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos prováveis:][Evolução (%):]		939,64
7.	Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por dengue, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos confirmados:][Quantitativo:]		409029*
7.	Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por dengue, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos confirmados:][Redução (%):]		9999
7.	Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por dengue, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos confirmados:][Evolução (%):]		1537,15
7.	Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por dengue, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [óbitos confirmados:][Quantitativo:]		188*
7.	Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por dengue, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [óbitos confirmados:][Redução (%):]		9999
7.	Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por dengue, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [óbitos confirmados:][Evolução (%):]		1164,28

8.	Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por chikungunya, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos prováveis:][Quantitativo:] Obs: Preencher Redução (%) ou evolução (%). Nos campos sem preenchimento, colocar 9999.	redução de pelo menos 5% nos casos de óbitos confirmados e redução de casos notificados de pelo menos 2,5% - 03 redução de pelo menos 5% nos casos de óbitos confirmados ou redução de casos notificados de pelo menos 2,5% - 01 sem redução - 00 8. b) informativa	2699*	3
8.	Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por chikungunya, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos prováveis:][Redução (%):]		61,82	
8.	Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por chikungunya, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos prováveis:][Evolução (%):]		9999	
8.	Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por chikungunya, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos confirmados:][Quantitativo:]		1789*	
8.	Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por chikungunya, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos confirmados:][Redução (%):]		84,05	
8.	Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por chikungunya, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos confirmados:][Evolução (%):]		9999	
8.	Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por chikungunya, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [óbitos confirmados:][Quantitativo:]		1	

8.	Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por chikungunya, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [óbitos confirmados:][Redução (%):]		50	3
8.	Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por chikungunya, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [óbitos confirmados:][Evolução (%):]		9999	
9.	Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por zika, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos prováveis:][Quantitativo:] Obs: Preencher Redução (%) ou evolução (%). Nos campos sem preenchimento, colocar 9999.		660*	
9.	Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por zika, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos prováveis:][Redução (%):] Obs: Preencher Redução (%) ou evolução (%). Nos campos sem preenchimento, colocar 9999.	redução de pelo menos 5% nos casos de óbitos confirmados e redução de casos notificados de pelo menos 2,5% - 03 redução de pelo menos 5% nos casos de óbitos confirmados ou redução de casos notificados de pelo menos 2,5% - 01 sem redução - 00 9. b) informativa	9999	
9.	Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por zika, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos prováveis:][Evolução (%):]		216,32	
9.	Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por zika, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos confirmados:][Quantitativo:]		254*	
9.	Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por zika, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos confirmados:][Redução (%):]		9999	
9.	Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por zika, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos confirmados:][Evolução (%):]		201,2	

9.	Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por zika, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [óbitos confirmados:][Quantitativo:]		0	
9.	Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por zika, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [óbitos confirmados:][Redução (%):]		9999	
9.	Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por zika, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [óbitos confirmados:][Evolução (%):]		9999	
10.	Qual o coeficiente de incidência de tuberculose no Estado? Obs.: Incluir todas as formas de tuberculose.	$\leq 0,1 - 2$ $> 0,1 - 0$	$>0,1$	0
11.	Qual o coeficiente de mortalidade de tuberculose no Estado? Obs.: Incluir todas as formas de tuberculose.	$\leq 0,1 - 2$ $> 0,1 - 0$	$>0,1$	0
12.	Qual o percentual de cura dos casos novos de tuberculose no Estado? Obs.: Incluir todas as formas de tuberculose.	$\geq 85\% - 2$ $< 85\% - 0$	$<85\%$	0
13.	Qual a proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos de coorte? Obs: Coortes: 2014 para Multibacilar e 2015 para Paucibacilar.	$\geq 88\% - 2 < 88\% - 0$	$\geq 88\%$	2
14.	Qual o número de casos autóctones de malária?	14 informativa	0	
14.1	Houve redução do número de casos em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	14.1 Sim - 02 Não - 00	não	0
15.	Qual o número de casos novos de sífilis congênita em menores de 1 ano de idade?	15 informativa	2301*	
15.1	Houve redução do número de casos novos em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	15.1 Sim - 02 Não - 00	sim	2
16.	Qual o número de casos novos de AIDS em menores de 5 anos?	16 informativa	1*	
16.1	Houve redução do número de casos novos em relação ao ano anterior?	16.1 Sim - 02 Não - 00	Sim	2
17.	Qual a taxa de mortalidade prematura na faixa etária de 30 a 69 anos no ano avaliado? Ex.: Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	Sim para pergunta 17.1 e 17.2 $\geq 2\% - 02$ Sim para pergunta 17.1 e 17.2 $< 2\% - 01$	145,8	
17.1	Houve redução da taxa em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	Não - 00 17 informativa	Sim	2
17.2	Informe o percentual de redução Ex.: Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.		$\geq 2\%$	
18.	Qual a proporção de registro de óbitos por causa básica definida no ano avaliado em relação ao total de óbitos não fetais?	$\geq 95\% - 02$ $< 95 - 00$	$< 95\%$	0

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

19.	Qual a proporção de exames citopatológicos do colo do útero realizados em mulheres de 25 a 64 anos em relação à população de mulheres com a mesma faixa etária? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	19 informativa 19.1 Sim - 02 Não - 00	45,1	0
19.1	Houve ampliação do número de exames realizados em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?		Não	
20.	Qual a proporção de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos em relação à população de mulheres com a mesma faixa etária? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	20 informativa 20.1 Sim - 02 Não - 00	29	0
20.1	Houve ampliação do número de exames realizados em relação ao ano anterior ao ano avaliado?		Não	
Subtotal - I. Promoção e Vigilância em Saúde		20 quesitos		
II. Saúde Materna e Infantil				
21.	Qual a taxa de mortalidade infantil da faixa etária de 0 a menor de 1 ano? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	21 informativa 21.1 Sim - 02 Não - 00	11,3	0
21.1	Houve redução da taxa de mortalidade em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?		não	
22.	Houve redução, no Estado, no número de óbitos maternos em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	22 Sim - 02 Não - 00 22.1 informativa 22.2 informativa	Sim	2
22.1	Informe o número de casos no ano avaliado:		101*	
22.2	Qual a proporção no Estado de mortalidade materna entre o último exercício e o ano avaliado? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.		74,42	
23.	Qual a proporção de parto normal nas unidades da rede estadual de saúde?	≤ 70% - 02 > 70% - 00	> 70%	2
24.	Qual a proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias de 10 a 19 anos? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	Informativa	12,22	
Subtotal - II. Saúde Materna e Infantil		4 quesitos		
III. Atenção Primária				
25.	O Estado dispõe de política de saúde voltada para os povos e comunidades tradicionais?	Sim - 2 Não - 0	SIM*	2
Subtotal - III. Atenção Primária		1 quesito		
IV. Assistência Ambulatorial e Hospitalar				

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

26.	Qual o número de leitos credenciados pelo SUS no ano avaliado?	26 informativa 26.1 Sim - 03 Não - 00	30400	0
26.1	Houve ampliação no número de leitos credenciados pelo SUS no ano avaliado?	26.2 informativa	Não	
26.2	Qual a proporção da ampliação em relação ao exercício anterior? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.			
27.	O Estado dispõe de gestão de estoque dos insumos para operacionalização de unidades da rede própria estadual de assistência em saúde? Obs: Controle de estoque mínimo, variação de estoque dos produtos, tais como luvas, capotes, gorros, máscaras e seringas.	Sim - 1 Não - 0	Sim	1
28.	O atendimento das unidades da rede própria estadual de assistência em saúde já foi interrompido? Obs: No mínimo 1 dia de fechamento da unidade.	28 Sim - 00 Não - 01 28.1 informativa	Não	1
28.1	O atendimento foi interrompido por falta de: [pessoal]		N/A	
28.1	O atendimento foi interrompido por falta de: [insumos]		N/A	
28.1	O atendimento foi interrompido por falta de: [recursos financeiros]		N/A	
29.	O Estado dispõe de gestão de descarte dos resíduos hospitalares?	Sim - 2 Não - 0	Sim	2
Subtotal - IV. Assistência Ambulatorial e Hospitalar		4 quesitos		
V. Média e Alta Complexidade				
30.	Qual percentual de CAPS com pelo menos 12 registros de matriciamentos para a atenção básica? Obs1: CAPS – Centro de Atenção Psicossocial. Obs2: Matriciamento: suporte realizado por profissionais de diversas áreas especializadas dado a uma equipe interdisciplinar com o intuito de ampliar o campo de atuação e qualificar suas ações.	100% - 03 ≥ 70% e < 100% - 02 ≥ 40% e < 70% - 01 < 40% - 0	< 40%	0
Subtotal - V. Média e Alta Complexidade		1 quesito		
VI. Urgência e Emergência				
31.	Qual percentual da cobertura do SAMU ou outro serviço similar de atendimento de urgência sob a responsabilidade do Estado?	100% - 03 ≥ 80% e < 100% - 02 ≥ 40% e < 80% - 01 < 40% - 00	≥ 80% e < 100%	2
Subtotal - VI. Urgência e Emergência		1 quesito		
VII. Assistência Farmacêutica				

32.	Qual o tempo médio entre o protocolo da solicitação e o primeiro fornecimento de medicamentos especializados?	≤ 40 dias - 03 > 40 e ≤ 80 dias - 02 > 80 e ≤ 120 dias - 01 > 120 dias - 0	> 80 e ≤ 120 dias	1
Subtotal - VII. Assistência Farmacêutica		1 quesito		
VIII. Transplante de Órgãos				
33.	O Estado dispõe de política estruturada de transplante de órgãos?	Sim - 02 Não - 00	Sim	2
34.	Qual o número de doações de múltiplos órgãos no ano avaliado?	34.1 Sim - 02 Não - 00	294	2
34.1	Houve aumento das doações em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	34, 34.2 e 34.3 informativas	Sim	
34.2	Informe o percentual correspondente ao aumento: Ex: 10%, 20%, 50%, 100%.		42	
34.3	Qual percentual de concretização de doação de múltiplos órgãos pós-notificação? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.		31,16	
35.	Qual o número de transplantes de córneas realizadas no ano avaliado?	35.1 Sim - 02 Não - 00	1224	2
35.1	Houve aumento de transplantes de córneas em relação ao exercício anterior?	35 e 35.2 informativa	Sim	
35.2	Informe o percentual correspondente ao aumento: Ex: 10%, 20%, 50%, 100%.		1,6	
36.	Qual o índice de aproveitamento dos múltiplos órgãos doados para transplante? Ex: 10%, 20%, 50%, 100%.	Informativa	89	
Subtotal - VIII. Transplante de Órgãos		4 quesitos		
IX. Banco de Sangue e Células-tronco				
37.	O Estado possui banco de sangue público?	Sim - 02 Não - 00	Sim	2
37.1	O estoque de sangue no banco é suficiente para suprir a demanda necessária?	37.1 informativa	Sim	
38.	O Estado promove campanhas para incentivar a doação de sangue?	38.1 Sim - 03 Não - 00	Sim	3
38.1	Houve aumento das doações em relação ao ano anterior?	38. informativa	Não	
39.	Qual o percentual de transfusões SUS, realizadas por hemocentro estadual, em relação ao total de transfusões SUS realizadas no Estado? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	Informativa	92,49	
40.	O Estado dispõe de banco público de células-tronco de sangue de cordão umbilical?	Informativa	Sim	
Subtotal - IX. Banco de Sangue e Células-tronco		4 quesitos		

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

X. Controle Social				
41.	O Estado possui Ouvidoria de Saúde em funcionamento?	Sim - 2 Não - 0	Sim	2
42.	Qual o tempo médio de resposta da Ouvidoria de Saúde do Estado?	≥ 10 dias - 0 < 10 dias - 2	≥ 10 dias	0
Subtotal - X. Controle Social		2 quesitos		
XI. Conselho Estadual de Saúde				
43.	Quantas reuniões foram realizadas pelo Conselho Estadual de Saúde no ano avaliado? Obs: Não considerar reuniões de nomeações/exclusão de membros ou outro assunto não relacionado à natureza do Conselho.	≥ 6 reuniões - 02 < 6 reuniões - 00	≥ 6 reuniões	2
44.	Os instrumentos do Sistema de Planejamento do SUS foram enviados no prazo legal ao Conselho Estadual de Saúde? Obs: Planos de Saúde e Relatório de Gestão.	Sim - 01 Não - 00	Não	0
45.	Os instrumentos do Sistema de Planejamento do SUS do exercício anterior foram analisados pelo Conselho Estadual de Saúde? Obs.: Plano de Saúde, Programação Anual de Saúde e Relatório de Gestão.	Informativa	Não	0
Subtotal - XI. Conselho Estadual de Saúde		3 quesitos		
XII. Índice Constitucional				
46.	Qual percentual da receita vinculada aplicado em ações e serviços públicos de saúde a que se refere a EC n. 29/00?	≥ 12% - 3 pontos < 12% - 0 ponto	< 12%*	0
47.	Na apuração do percentual mínimo em ações e serviços públicos de saúde, determinado pela EC 29/00, estão sendo observadas as disposições contidas na LC 141/12?	Sim - 3 Não - 0	NÃO*	0
Subtotal - XII. Índice Constitucional		2 quesitos		
XIII. Gestão/Governança				
48.	O Estado disponibiliza, em local acessível ao público nas unidades da rede própria estadual de assistência em saúde, escala atualizada de serviço incluindo nome e horário de entrada e saída dos profissionais de saúde?	Sim - 02 Não - 00	Sim	2
49.	Existe controle de tempo de atendimento aos pacientes, horário de entrada x horário de início do atendimento médico, nas unidades da rede própria estadual de assistência em saúde?	Sim - 01 Não - 00	Não	0

50.	Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento - IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA relativos às políticas públicas da saúde: [a) A razão entre o número de ações cujo EFISi esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*:] a) a razão entre o número de ações cujo EFISi esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*. Ex: 0,7; 0,8; 1,3. Obs: EFISi = Execução físicai/Previsão física iniciali EFINi = Execução financeirai/Previsão financeira iniciali IEEOi = EFISi/EFINi onde i corresponde a cada uma das ações dos programas do PPA *total de ações que não têm execução financeira, ainda que tenham execução física.	Calcular IAP: Somar ((A + B + C) / 3)*100 IAP ≥ 80 - 05 IAP ≥ 60 - 04 IAP ≥ 40 - 03 IAP ≥ 20 - 02 IAP < 20 - 01	0,7*	3	
50.	Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento - IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA relativos às políticas públicas da saúde: [b) A razão entre o número de ações cujo EFINi esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*:]		0,37*		
50.	Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento - IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA relativos às políticas públicas da saúde: [c) A razão entre o número de ações cujo Índice de Equilíbrio da Execução Orçamentária (IEEOi) esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*:]		0,32*		
Subtotal - XIII. Governança			3 quesitos	TOTAL	56
TOTALIZAÇÃO		Peso da Dimensão Saúde			
Quesitos: 50		i-SAÚDE: 20/100 = 0,20 (20%)			
Pontos máximos: 100					
Pontos mínimos: 000					
FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL					
i-SAÚDE = (Somatório da pontuação de cada quesito)/100					

I-SEGP

QUESITOS		PONTUAÇÃO	RESPOSTAS	PONTOS
Dados do responsável pelo preenchimento do questionário				
Nome completo: Roberto Simão Cargo / Função: Assessor Estratégico Masp: 3678828				
I. Políticas de Segurança Pública				
1.	O Estado possui uma política pública específica para a prevenção social à criminalidade?	Sim para as perguntas 1, 1.1 e 1.3 - 03 Sim, para a pergunta 1 e para 1.1 ou 1.3 - 02	Sim	1
1.1	Existe avaliação da eficácia da política?	Sim, somente para a a pergunta 1 - 01 Não - 00	Não	
1.2	Quem é a população-alvo?	1.2 Informativa	Adolescentes, jovens e moradores de territórios com maior concentração de crimes de homicídios e outras violências; Pessoas em cumprimento de Alternativas Penais; Pessoas egressas do sistema prisional e seus familiares.	
1.3	A política é abrangente o bastante para cobrir toda a população-alvo?		Não	
2.	O Estado possui política pública específica voltada ao acompanhamento de medidas socioeducativas a adolescentes infratores?	Sim, para as perguntas 2, 2.1 e 2.3 - 03 Sim, para a pergunta 2 e para 2.1 ou 2.3 - 02	Sim	1
2.1	Existe avaliação da eficácia desta política?	Sim, somente para a a pergunta 2 - 01 Não - 00	Não	
2.2	Quem é a população-alvo?	2.2 Informativa	Adolescentes e jovens, entre 12 a 21 anos de idade, que cometem atos infracionais no âmbito do Estado de Minas Gerais.	
2.3	A política é abrangente o bastante para cobrir toda a população-alvo?		Não	
3.	O Estado possui uma política pública voltada para o combate ao tráfico de drogas?	Sim para perguntas 3 e 3.1 - 03 Sim apenas para pergunta 3 - 2 Não - 00	Sim	3
3.1	Existe avaliação da eficácia desta política?		Sim	

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

4.	O Estado possui política pública voltada para o combate ao uso de drogas que contemple ações de:	Sim para perguntas 4 a) e b) e 4.1 - 03 Sim para 4 a) ou b) - 02 Não - 00		3
4.	O Estado possui política pública voltada para o combate ao uso de drogas que contemple ações de: a) conscientização, informação e prevenção:		Sim	
4.	O Estado possui política pública voltada para o combate ao uso de drogas que contemple ações de:b) acolhimento, tratamento, redução de riscos de usuários de drogas:		Sim	
4.1	Existe avaliação da eficácia desta política?		Sim	
5.	O Estado possui política pública voltada à inclusão social de egressos do Sistema Prisional?	Sim para perguntas 5, 5.1 e 5.2 - 03 Sim apenas para a pergunta 5 - 02 Não - 00 5.3 informativa	Sim	2
5.1	Existe avaliação da eficácia desta política?		Não	
5.2	Existem ações de sensibilização dirigidas à sociedade visando a redução do preconceito e inclusão social?		Sim	
5.3	Cite as ações:		Sensibilização das instituições parceiras para o atendimento das demandas apresentadas pelos egressos, articulação com a Rede do Município, grupos reflexivos, discussões de casos com a rede de proteção social, atendimentos e orientações aos familiares.	
Subtotal - I. Políticas de Segurança Pública		5 quesitos		
II. Sistema Prisional				
6.	O Estado possui registro do número da população prisional – presos condenados e provisórios – em seu território?	6 Sim - 02 Não - 00 6.1 Informativa	Sim	2

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

6.1	Qual o número total registrado em 31 de dezembro do ano avaliado: a) Presos Condenados:		42325	2
6.1	Qual o número total registrado em 31 de dezembro do ano avaliado: b) Presos Provisórios:		31167	
7.	O Estado possui registro do perfil da população prisional de condenados e provisórios?	7 Sim - 02 Não - 00 7.1 informativa	Sim	
7.1	Informar a quantidade de presos por: [a] sexo masculino:][Condenados:]		40604	
7.1	Informar a quantidade de presos por: [a] sexo (masculino):][Provisórios:]		29854	
7.1	Informar a quantidade de presos por: [b] sexo (feminino):][Condenados:]		1721	
7.1	Informar a quantidade de presos por: [b] sexo (feminino):][Provisórios:]		1313	
7.1	Informar a quantidade de presos por: [c] faixa etária (18-24):][Condenados:]		18535	
7.1	Informar a quantidade de presos por: [c] faixa etária (18-24):][Provisórios:]		9999	
7.1	Informar a quantidade de presos por: [d] faixa etária (25-65):][Condenados:]		54511	
7.1	Informar a quantidade de presos por: [d] faixa etária (25-65):][Provisórios:]		9999	
7.1	Informar a quantidade de presos por: [e] faixa etária (acima 65):][Condenados:]		136	

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

7.1	Informar a quantidade de presos por: [e] faixa etária (acima 65):][Provisórios:]		9999
7.1	Informar a quantidade de presos por: [f] cor (branca):][Condenados:]		17825
7.1	Informar a quantidade de presos por: [f] cor (branca):][Provisórios:]		9999
7.1	Informar a quantidade de presos por: [g] cor (preta):][Condenados:]		16933
7.1	Informar a quantidade de presos por: [g] cor (preta):][Provisórios:]		9999
7.1	Informar a quantidade de presos por: [h] cor (parda):][Condenados:]		34755
7.1	Informar a quantidade de presos por: [h] cor (parda):][Provisórios:]		9999
7.1	Informar a quantidade de presos por: [i] grau de escolaridade (ensino fundamental):][Condenados:]		18466
7.1	Informar a quantidade de presos por: [i] grau de escolaridade (ensino fundamental):][Provisórios:]		9999
7.1	Informar a quantidade de presos por: [j] grau de escolaridade (ensino médio):][Condenados:]		6487
7.1	Informar a quantidade de presos por: [j] grau de escolaridade (ensino médio):][Provisórios:]		9999
7.1	Informar a quantidade de presos por: [k] grau de escolaridade (superior):][Condenados:]		399
7.1	Informar a quantidade de presos por: [k] grau de escolaridade (superior):][Provisórios:]		9999
7.1	Informar a quantidade de presos por: [l] renda (até 2 salários mínimos):][Condenados:]		9999
7.1	Informar a quantidade de presos por: [l] renda (até 2 salários mínimos):][Provisórios:]		9999

7.1	Informar a quantidade de presos por: [m] renda (2 a 4 salários mínimos):][Condenados:]		9999
7.1	Informar a quantidade de presos por: [m] renda (2 a 4 salários mínimos):][Provisórios:]		9999
7.1	Informar a quantidade de presos por: [n] renda (4 a 10 salários mínimos):][Condenados:]		9999
7.1	Informar a quantidade de presos por: [n] renda (4 a 10 salários mínimos):][Provisórios:]		9999
7.1	Informar a quantidade de presos por: [o] renda (10 a 20 salários mínimos):][Condenados:]		9999
7.1	Informar a quantidade de presos por: [o] renda (10 a 20 salários mínimos):][Provisórios:]		9999
7.1	Informar a quantidade de presos por: [p] renda (acima de 20 salários mínimos):][Condenados:]		9999
7.1	Informar a quantidade de presos por: [p] renda (acima de 20 salários mínimos):][Provisórios:]		9999
7.1	Informar a quantidade de presos por: [q] tipicidade de crime (Contra a Pessoa):][Condenados:]		9999
7.1	Informar a quantidade de presos por: [q] tipicidade de crime (Contra a Pessoa):][Provisórios:]		9999
7.1	Informar a quantidade de presos por: [r] tipicidade de crime (Contra o Patrimônio):][Condenados:]		9999
7.1	Informar a quantidade de presos por: [r] tipicidade de crime (Contra o Patrimônio):][Provisórios:]		9999
7.1	Informar a quantidade de presos por: [s] tipicidade de crime (Contra a Dignidade Sexual):][Condenados:]		9999
7.1	Informar a quantidade de presos por: [s] tipicidade de crime (Contra a Dignidade Sexual):][Provisórios:]		9999

7.1	Informar a quantidade de presos por: [t] tipicidade de crime (Contra a Administração Pública):][Condenados:]		9999	3
7.1	Informar a quantidade de presos por: [t] tipicidade de crime (Contra a Administração Pública):][Provisórios:]		9999	
7.1	Informar a quantidade de presos por: [u] Outros tipos de crime:][Condenados:]		9999	
7.1	Informar a quantidade de presos por: [u] Outros tipos de crime:][Provisórios:]		9999	
8.	O Estado possui registro do número de unidades prisionais em seu território?	Sim, para as perguntas 8, 8.2 e 8.5 - 03 Sim, para uma das perguntas 8 ou 8.2 - 02 Não - 00 8.1, 8.3, 8.4 informativas	Sim	
8.1	Informe o número de unidades:		230*	
8.2	O Estado possui registro do perfil de vagas ofertadas no sistema prisional?		Sim	
8.3	Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [a] vagas masculinas:][Segurança máxima:] Obs: Caso não haja registro para um campo específico preencher com 9999.		7060	
8.3	Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [a] vagas masculinas:][Fechado:] Obs: Caso não haja registro para um campo específico preencher com 9999.		12234	
8.3	Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [a] vagas masculinas:][Semiaberto:] Obs: Caso não haja registro para um campo específico preencher com 9999.		8706	

8.3	Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [a] vagas masculinas:][Casa de albergado:] Obs: Caso não haja registro para um campo específico preencher com 9999.		172
8.3	Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [a] vagas masculinas:][Prisão domiciliar sem tornozeleira eletrônica:]		9999
8.3	Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [a] vagas masculinas:][Liberdade condicional sem tornozeleira eletrônica:]		9999
8.3	Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [a] vagas masculinas:][Tornozeleira eletrônica:]		5000
8.3	Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [a] vagas masculinas:][Total:]		42010
8.3	Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [b] vagas femininas:][Segurança máxima:]		30
8.3	Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [b] vagas femininas:][Fechado:]		758
8.3	Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [b] vagas femininas:][Semiaberto:]		453

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

8.3	Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [b] vagas femininas:][Casa de albergado:]		0
8.3	Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [b] vagas femininas:][Prisão domiciliar sem tornozeleira eletrônica:]		9999
8.3	Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [b] vagas femininas:][Liberdade condicional sem tornozeleira eletrônica:]		9999
8.3	Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [b] vagas femininas:][Tornozeleira eletrônica:]		5000
8.3	Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [b] vagas femininas:][Total:]		2469
8.3	Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [c] vagas interditadas e/ou ociosas:][Segurança máxima:]		9999
8.3	Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [c] vagas interditadas e/ou ociosas:][Fechado:]		9999
8.3	Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [c] vagas interditadas e/ou ociosas:][Semiaberto:]		9999

8.3	Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [c] vagas interditadas e/ou ociosas:][Casa de albergado:]		9999
8.3	Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [c] vagas interditadas e/ou ociosas:][Prisão domiciliar sem tornozeleira eletrônica:]		9999
8.3	Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [c] vagas interditadas e/ou ociosas:][Liberdade condicional sem tornozeleira eletrônica:]		9999
8.3	Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [c] vagas interditadas e/ou ociosas:][Tornozeleira eletrônica:]		9999
8.3	Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [c] vagas interditadas e/ou ociosas:][Total:]		9999

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

8.4	Informe a dispersão/distribuição de vagas no Estado. Obs: Número de vagas por território de desenvolvimento.		NORTE Total – 2.559 ALTO JEQUITINHONHA Total – 414 CENTRAL Total – 406 CAPARAÓ Total – 1.451 MATA Total – 3.201 MÉDIO E BAIXO JEQUITINHONHA Total – 564 METROPOLITANO Total – 13.395 MUCURI Total – 1.039 NOROESTE Total – 1.895 OESTE Total – 2.689 SUDOESTE Total – 936 SUL Total – 3.559 TRIÂNGULO NORTE Total – 3.150 TRIÂNGULO SUL Total – 1.653 VALE DO AÇO Total – 1.560 VALE DO RIO DOCE Total – 1.851 VERTENTES Total – 1.688	
8.5	O Estado avalia formal e periodicamente* a adequação da oferta do sistema prisional ao perfil da população carcerária? Obs: *mínimo anualmente			Sim
9.	O Estado utiliza mecanismo de monitoramento de condenados em regime externo, por exemplo, tornozeleiras eletrônicas?	Sim - 2 Não - 0		Sim
10.	O Estado possui registro de presos condenados e provisórios:	Sim para 10.1, 10.2, 10.3, 10.4 e 10.5 - 03 Sim para três a quatro opções - 02 Sim para uma a duas opções - 01 Não - 00 a) informativas		
10.1	trabalhando?		Sim	
	a) Informar o número de presos trabalhando: [Total:]			21056
	a) Informar o número de presos trabalhando: [Condenados:]			9999
	a) Informar o número de presos trabalhando: [Provisórios:]			9999

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

10.2	frequentando o ensino formal?		Sim
	a) Informar o número de presos frequentando o ensino formal: [Total:]		7628
	a) Informar o número de presos frequentando o ensino formal: [Condenados:]		6459
	a) Informar o número de presos frequentando o ensino formal: [Provisórios:]		1169
10.3	recebendo formação e/ ou treinamento profissional?		Sim
	a) Informar o número de presos recebendo formação e/ou treinamento profissional: [Total:]		2641
	a) Informar o número de presos recebendo formação e/ou treinamento profissional: [Condenados:]		9999
	a) Informar o número de presos recebendo formação e/ou treinamento profissional: [Provisórios:]		9999
10.4	recebendo assistência jurídica*? Obs: *mínimo anualmente		Sim
	a) Informar o número de presos recebendo assistência jurídica periódica: [Total:]		64272
	a) Informar o número de presos recebendo assistência jurídica periódica: [Condenados:]		9999
	a) Informar o número de presos recebendo assistência jurídica periódica: [Provisórios:]		9999
10.5	recebendo assistência médica e/ ou odontológica periódica*? Obs: * considerar apenas consultas de atenção básica à saúde.		Sim
	a) Informar o número de presos recebendo assistência médica e/ou odontológica periódica: [Total:] Obs: mínimo anualmente.		9999

	a) Informar o número de presos recebendo assistência médica e/ou odontológica periódica: [Condenados:] Obs: mínimo anualmente.		9999	
	a) Informar o número de presos recebendo assistência médica e/ou odontológica periódica: [Provisórios:]		9999	
11.	O Estado dispõe de regulamentação simplificada que facilite e incentive parcerias com a iniciativa privada e os órgãos públicos para absorção da força de trabalho dos presos e egressos do sistema prisional ao mercado de trabalho?	Sim para as duas perguntas 11 e 11.1 - 03 Sim para pergunta 11 - 02 Não - 00	Sim	3
11.1	Há divulgação dessa oportunidade à iniciativa privada e aos órgãos públicos?		Sim	
12.	Qual o percentual de presos ou egressos do sistema prisional absorvido no mercado de trabalho? [a] na iniciativa privada:]	≥ 30% - 03 < 30% - 02 Não - 00 Média dos pontos percentuais dos itens a) e b)	9999	
12.	Qual o percentual de presos ou egressos do sistema prisional absorvido no mercado de trabalho? [b] nos órgãos públicos:]		9999	
Subtotal - II. Sistema Prisional		7 quesitos		
III. Sistema Socioeducativo				
13.	O Estado possui registro do perfil da população adolescente que cumpre medida socioeducativa: [sexo]	Pelo menos três itens (exceto "não possui registro") - 02 Entre um e dois itens (exceto "não possui registro") - 01 Nenhuma - 00	Sim	2
13.	O Estado possui registro do perfil da população adolescente que cumpre medida socioeducativa: [idade]	Pelo menos três itens (exceto "não possui registro") - 02 Entre um e dois itens (exceto "não possui registro") - 01 Nenhuma - 00	Sim	

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

13.	O Estado possui registro do perfil da população adolescente que cumpre medida socioeducativa: [cor]			Sim	1
13.	O Estado possui registro do perfil da população adolescente que cumpre medida socioeducativa: [grau de escolaridade]			Sim	
13.	O Estado possui registro do perfil da população adolescente que cumpre medida socioeducativa: [renda]			Sim	
13.	O Estado possui registro do perfil da população adolescente que cumpre medida socioeducativa: [tipicidade do crime motivador da determinação de medida socioeducativa]			Sim	
13.	O Estado possui registro do perfil da população adolescente que cumpre medida socioeducativa: [não possui registro]			Não	
14.	O Estado tem registro do número de adolescentes condenados ao cumprimento de medidas socioeducativas privativas de liberdade que estão: [cumprindo a medida em estabelecimento apropriado]	Sim para as três alternativas- 02 Sim para uma a duas alternativas - 01 Não possui registro - 00		Sim	
14.	O Estado tem registro do número de adolescentes condenados ao cumprimento de medidas socioeducativas privativas de liberdade que estão: [cumprindo a medida fora das condições impostas, por falta de estruturação do serviço/oferta estatal]			Não	
14.	Estado tem registro do número de adolescentes condenados ao cumprimento de medidas socioeducativas privativas de liberdade que estão: [não cumprindo a medida por falta de estruturação do serviço/oferta estatal]			Sim	

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

14.	O Estado tem registro do número de adolescentes condenados ao cumprimento de medidas socioeducativas privativas de liberdade que estão: [não possui registro]		Não	0
15.	O Estado tem registro do número de adolescentes condenados ao cumprimento de medidas socioeducativas de meio aberto que estão: [cumprindo a medida adequadamente]	Sim para as três alternativas- 02 Sim para uma a duas alternativas - 01 Não possui registro - 00	Não	
15.	O Estado tem registro do número de adolescentes condenados ao cumprimento de medidas socioeducativas de meio aberto que estão: [cumprindo a medida fora das condições impostas, por falta de estruturação do serviço/oferta estatal]		Não	
15.	O Estado tem registro do número de adolescentes condenados ao cumprimento de medidas socioeducativas de meio aberto que estão: [não cumprindo a medida por falta de estruturação do serviço/oferta estatal]		Não	2
15.	O Estado tem registro do número de adolescentes condenados ao cumprimento de medidas socioeducativas de meio aberto que estão: [não possui registro]		Sim	
16.	O Estado calcula a superlotação e/ou ociosidade de vagas para cumprimento de medidas socioeducativas privativas de liberdade: [masculinas]	Sim para as três alternativas- 02 Sim para uma a duas alternativas - 01 Não possui registro - 00	Sim	
16.	O Estado calcula a superlotação e/ou ociosidade de vagas para cumprimento de medidas socioeducativas privativas de liberdade: [femininas]		Sim	

16.	O Estado calcula a superlotação e/ou ociosidade de vagas para cumprimento de medidas socioeducativas privativas de liberdade: [adequação do local de oferta com o local da demanda]			Sim	
16.	O Estado calcula a superlotação e/ou ociosidade de vagas para cumprimento de medidas socioeducativas privativas de liberdade: [não possui registro]			Não	
Subtotal - III. Sistema Socioeducativo		4 quesitos			
IV. Sistema de Informação de Segurança Pública					
17.	O Estado possui sistema de videomonitoramento e/ou acessa o sistema dos municípios do seu território?	Sim para perguntas 17 e 17.1 - 03 Sim apenas para pergunta 17 - 02 Não - 00		Sim	2
17.1	O uso das imagens é integrado/compartilhado entre as forças policiais para prevenção, repressão, investigação, e também com o Poder Judiciário?	17.2 informativa		Não	
17.2	Qual percentual do território estadual está coberto pelo sistema de videomonitoramento? Ex: 10%, 20%, 50%, 100%.			23,5%	
18.	O Estado possui sistema automatizado de Identificação Civil (AFIS - Automated fingerprint identification system)?	18 Sim - 03 Não - 00 18.1 e 18.2 informativas		Não	0
18.1	Qual o percentual de cobertura da população cadastrada? Ex: 10%, 20%, 50%, 100%.				
18.2	Qual o percentual de registros físicos digitalizados? Ex: 10%, 20%, 50%, 100%.				
19.	O Estado sistematiza suas informações de segurança?	Sim para perguntas 19, 19.1 e pelo menos 3 itens da pergunta 19.2 (exceto letra g)- 03 Sim apenas para a pergunta 19 - 02 Não - 00		Sim	3
19.1	O Estado possui sistema integrado (informatizado ou não) de informações de segurança?			Sim	

19.2	As informações de segurança são automatizadas / integradas com os sistemas de registro de: [policimento ostensivo e prevenção da ordem]			Sim
19.2	As informações de segurança são automatizadas / integradas com os sistemas de registro de: [policimento jurídico e investigação]			Sim
19.2	As informações de segurança são automatizadas / integradas com os sistemas de registro de: [prevenção social]			Não
19.2	As informações de segurança são automatizadas / integradas com os sistemas de registro de: [informações prisionais]			Sim
19.2	As informações de segurança são automatizadas / integradas com os sistemas de registro de: [informações do Judiciário]			Não
19.2	As informações de segurança são automatizadas / integradas com os sistemas de registro de: [informações do Sistema Socioeducativo]			Não
Subtotal - IV. Sistema de Informação de Segurança Pública				
V. Controle Social				
20.	O Estado possui sistema de Disque-Denúncia que garanta o anonimato?	Sim para perguntas 20 e 20.2 - 03 Sim apenas para pergunta 20 - 02 Não - 00		Sim
20.1	Informe o número de denúncias recebidas no ano avaliado:	20.1 informativa		75.547
20.2	O Estado tem registro do processo de classificação e sistematização das informações, de forma a promover maior aproveitamento da denúncia para esclarecimento de crimes e fenômenos de interesse da Segurança Pública?			Sim
Subtotal - V. Controle Social		1 quesito		
VI. Guarda Municipal				

21.	O Estado possui registro do número de municípios com mais de 50.000 habitantes que possuem Guarda Municipal?	Sim para perguntas 21 e 21.2 - 03 Sim para pergunta 21 ou 21.2 - 02 Não - 00 21.1 informativa	Não	0
21.1	Quantos municípios do Estado possuem a Guarda?			
21.2	O governo do Estado possui ações de apoio, articulação, capacitações e avaliações das Guardas Municipais?		N/A	
Subtotal - VI. Guarda Municipal		1 quesito		
VII. Defesa Civil				
22.	O Estado possui Coordenadoria Estadual de Defesa Civil - Cedec?	Sim para perguntas 22 e 22.1 - 03	Sim	3
22.1	Esta Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – Cedec é devidamente estruturada?	Sim apenas para pergunta 22 - 02 Não - 00	Sim	
23.	O Estado utiliza registro eletrônico para cadastramento de ocorrências de Defesa Civil?	Sim para todas as perguntas - 03 Sim para pergunta 23 e pergunta 23.1 ou 23.2 - 02 Sim apenas para pergunta 23 - 01	Sim	3
23.1	Esse registro eletrônico está integrado ao S2ID (Sistema Integrado de Informações sobre Desastres da União)?	Não - 0	Sim	
23.2	Esse registro eletrônico está integrado aos outros sistemas de registro de ocorrências das demais unidades de segurança (REDS/BO, etc)?		Sim	
24.	O Estado possui levantamento para identificação de riscos em municípios os quais demandam intervenções do Poder Público?	Sim para perguntas 24 e todos os itens da 24.1 - 03 Sim para perguntas 24 e um a dois itens da 24.1 - 02 Sim apenas para pergunta 24 - 01 Não - 0	Sim	3
24.1	O levantamento identifica riscos de: [Incêndio e Pânico em edificações]		Sim	
24.1	O levantamento identifica riscos de: [Riscos Geológicos (nos termos Lei 13.425/17)]		Sim	

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

24.1	O levantamento identifica riscos de: [Riscos Hidrológicos (nos termos Lei 13.425/17)]		Sim	3
24.1	O levantamento identifica riscos de: [Outros]		Conforme Lei 12.608/2012	
25.	O Estado possui registro do número de municípios que possuem Coordenadoria Municipal de Defesa Civil capacitada periodicamente para ações de resiliência?	Sim para perguntas 25, 25.1, 25.2 e 25.3 - 03 Sim para pergunta 25 ou 25.1 e 25.2 e 25.3 - 02 Sim para pergunta 25 ou 25.1 apenas - 01 Não - 0025.4 e 25.5 informativa	Sim	
25.1	O Estado possui registro do número de municípios que formalizaram o Plano de Contingência de Defesa Civil?		Sim	
25.2	O Estado avalia periodicamente os Planos Municipais de Contingência de Defesa Civil quanto ao alinhamento à política de resiliência adotada pelo Brasil no Marco Sendai?		Sim	
25.3	O Estado realiza simulações dos Planos de Contingência?		Sim	
25.4	Informe a periodicidade das simulações:		De acordo com os riscos e demandas identificadas. Em 2019 foram realizados 14 simulados.	
25.5	Quantos municípios do território estadual possuem: [a] Plano de Contingência:]		69	
25.5	Quantos municípios do território estadual possuem: [b] Coordenadoria Municipal de Defesa Civil capacitada periodicamente para ações de resiliência:]		603	
Subtotal - VII. Defesa Civil		4 quesitos		
VIII. Institucional				
26.	Informe o número de efetivos: [a] Polícia Militar:]	Pelo menos 3 alternativas respondidas - 02 Nenhuma - 00	39.041	2

26.	Informe o número de efetivos: [b] Corpo de Bombeiros:]	Pelo menos 3 alternativas respondidas - 02 Nenhuma - 00	5.739
26.	Informe o número de efetivos: [c] Defesa Civil:]	Pelo menos 3 alternativas respondidas - 02 Nenhuma - 00	47
26.	Informe o número de efetivos: [d] Polícia Civil:]		11.535
26.	Informe o número de efetivos: [e] Agentes penitenciários:]	Pelo menos 3 alternativas respondidas - 02 Nenhuma - 00	14.282
26.	Informe o número de efetivos: [f] Agentes socioeducativos:]	Pelo menos 3 alternativas respondidas - 02 Nenhuma - 00	1.180
27.	O Estado oferece cursos de capacitação periódicos aos agentes da Segurança Pública?	Sim parapergunta 27 e sim para perguntas 27.2 e 27.3 - 03Sim para pergunta 27 e 27.2 ou 27.3 - 02Sim para pergunta 27 ou 27.2 ou 27.3 - 01 Não - 00	Sim
27.1	São alvo de capacitações: [Polícia Militar]		Sim
27.1	São alvo de capacitações: [Corpo de Bombeiros]		Sim
27.1	São alvo de capacitações: [Defesa Civil]		Sim
27.1	São alvo de capacitações: [Polícia Civil]		Sim
27.1	São alvo de capacitações: [Agentes penitenciários]		Sim
27.1	São alvo de capacitações: [Agentes socioeducativos]		Sim
27.2	O Estado faz avaliações periódicas das capacitações ofertadas?		Sim
27.3	Os cursos de capacitação promovem compartilhamento de estruturas, bases de dados e informações entre os diversos agentes, de forma que todos tenham visão completa do ciclo da Segurança Pública*? Obs: *prevenção, repressão, investigação, denúncia, condenação, cumprimento de pena, reintegração social.		Sim

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

28.	O Estado possui Conselhos de Segurança Pública nos municípios?	Sim para perguntas 28, 28.1 e 28.3 - 03 Sim para pergunta 28 e 28.1 ou 28.3 - 02 Sim apenas para pergunta 28 - 01 Não - 00 28.2 informativa	Sim	1
28.1	Conselhos instalados com reuniões periódicas?		Não	
28.2	Informe a periodicidade			
28.3	Conselhos instalados com atribuições consultivas ou deliberativas?		Não	
Subtotal - VIII. Institucional		3 quesitos		
IX. Governança				
29.	O Estado registra o número de crimes violentos ocorridos em seu território?	29 Sim - 03 Não - 00 29.1 e 29.2 informativas	Sim	3
29.1	Informe o quantitativo apurado no ano avaliado CONTRA A PESSOA: [a] Homicídios:]		2.626	
29.1	Informe o quantitativo apurado no ano avaliado CONTRA A PESSOA: [b] Estupros:]		4.810	
29.1	Informe o quantitativo apurado no ano avaliado CONTRA A PESSOA: [c] Lesão Corporal Grave:]		63.897	
29.1	Informe o quantitativo apurado no ano avaliado CONTRA A PESSOA: [d] Tortura:]		96	
29.1	Informe o quantitativo apurado no ano avaliado CONTRA A PESSOA: [e] Extorsão:]		779	
29.2	Informe o quantitativo apurado no ano avaliado CONTRA O PATRIMÔNIO: [a] Roubo:]		54.043	

29.2	Informe o quantitativo apurado no ano avaliado CONTRA O PATRIMÔNIO: [b] Roubo à mão armada com arma de fogo:]		28.408	2
29.2	Informe o quantitativo apurado no ano avaliado CONTRA O PATRIMÔNIO: [c] Roubo à mão armada com arma branca:]		5.807	
29.2	Informe o quantitativo apurado no ano avaliado CONTRA O PATRIMÔNIO: [d] Sequestro:]		78	
29.2	Informe o quantitativo apurado no ano avaliado CONTRA O PATRIMÔNIO: [e] Extorsão:]		779	
30.	Qual o quantitativo de ocorrências registradas no ano avaliado relativas a: [a] Violência doméstica:]	Pelo menos cinco alternativas informadas - 03 Entre três e quatro alternativas informadas - 02 Entre uma e duas alternativas informadas - 01 Não - 00 30.1 informativa	9.999	
30.	Qual o quantitativo de ocorrências registradas no ano avaliado relativas a: [b] Homofobia:]		9.999	
30.	Qual o quantitativo de ocorrências registradas no ano avaliado relativas a: [c] Racismo:]		104	
30.	Qual o quantitativo de ocorrências registradas no ano avaliado relativas a: [d] Intolerância religiosa:]		9.999	
30.	Qual o quantitativo de ocorrências registradas no ano avaliado relativas a: [e] Violência contra a população de rua:]		1.488	
30.	Qual o quantitativo de ocorrências registradas no ano avaliado relativas a: [f] Violência policial:]		9.999	
30.	Qual o quantitativo de ocorrências registradas no ano avaliado relativas a: [g] Violência contra crianças e adolescentes:]		52.204	
30.1	O Estado utiliza alguma forma de registro eletrônico para cadastramento dessas ocorrências?		Sim	

31.	O Estado registra a taxa de letalidade dos agentes do Sistema de Segurança: [Polícia Militar e Corpo de Bombeiros]	Sim para todos os itens (exceto "Não possui registro")- 02 Sim para um a dois itens (exceto "Não possui registro") - 01 Não - 00	Sim	1
31.	O Estado registra a taxa de letalidade dos agentes do Sistema de Segurança: [Polícia Civil]		Sim	
31.	O Estado registra a taxa de letalidade dos agentes do Sistema de Segurança: [Sistema Prisional]		Não	
31.	O Estado registra a taxa de letalidade dos agentes do Sistema de Segurança: [Sistema de medidas socioeducativas privativas de liberdade]		Sim	
31.	O Estado registra a taxa de letalidade dos agentes do Sistema de Segurança: [Não possui registro]		Não	
32.	O Estado registra e calcula periodicamente a relação entre crimes violentos contra a pessoa e número de inquéritos concluídos de: [Homicídios]	Sim para todos os itens (exceto "Não possui registro")- 02 Sim para um a dois itens (exceto "Não possui registro") - 01 Não - 00	Não	0
32.	O Estado registra e calcula periodicamente a relação entre crimes violentos contra a pessoa e número de inquéritos concluídos de: [Estupros]		Não	
32.	O Estado registra e calcula periodicamente a relação entre crimes violentos contra a pessoa e número de inquéritos concluídos de: [Lesão Corporal Grave]		Não	
32.	O Estado registra e calcula periodicamente a relação entre crimes violentos contra a pessoa e número de inquéritos concluídos de: [Tortura]		Não	
32.	O Estado registra e calcula periodicamente a relação entre crimes violentos contra a pessoa e número de inquéritos concluídos de: [Não possui registro]		Sim	
32.	O Estado registra e calcula periodicamente a relação entre crimes violentos contra a pessoa e número de inquéritos concluídos de: [Não possui registro]		Sim	

33.	O Estado mede e registra o tempo de resposta do 190: [Tempo de espera da chamada]	Sim para todos os itens (exceto "Não possui registro")- 03 Sim para um a dois itens (exceto "Não possui registro")- 02 Não - 00	Sim	2
33.	O Estado mede e registra o tempo de resposta do 190: [Tempo de espera entre o início da chamada e a designação da força policial]		Não	
33.	O Estado mede e registra o tempo de resposta do 190: [Tempo entre o início da chamada e a chegada da força policial]		Não	
33.	O Estado mede e registra o tempo de resposta do 190: [Não possui registro]		Não	
34.	O Estado realiza avaliação periódica da qualidade do atendimento policial e de custódia de apenados?	Sim para pergunta 34 e sim para pergunta 34.2 - 03 Sim apenas para pergunta 34 - 02 Não realiza avaliação periódica - 00 34.1, 34.3 e 34.4 informativas	Sim	3
34.1	São alvo de avaliações periódicas: [Polícia Militar]		Sim	
34.1	São alvo de avaliações periódicas: [Polícia Civil]		Sim	
34.1	São alvo de avaliações periódicas: [Sistema Prisional]		Não	
34.1	São alvo de avaliações periódicas: [Sistema de medidas socioeducativas]		Sim	
34.1	São alvo de avaliações periódicas: [Corpo de Bombeiros]		Não	
34.1	São alvo de avaliações periódicas: [Defesa Civil]		Não	
34.2	As avaliações consideram a opinião do público estratégico interessado*? Obs: *População atendida, especialistas, outras instituições públicas.		Sim	
34.3	As avaliações são feitas por institutos de pesquisa externos independentes?		Não	

34.4	Qual a periodicidade das avaliações: [a] Polícia Militar:]			12	
34.4	Qual a periodicidade das avaliações: [b] Polícia Civil:]			356	
34.4	Qual a periodicidade das avaliações: [c] Sistema Prisional:]			9999	
34.4	Qual a periodicidade das avaliações: [d] Sistema de medidas socioeducativas:]			12	
34.4	Qual a periodicidade das avaliações: [e] Corpo de Bombeiros:]			9999	
34.4	Qual a periodicidade das avaliações: [f] Defesa Civil:]			9999	
35.	O Estado pesquisa e/ou avalia periodicamente a sensação de segurança da população?	35 Sim - 1 informativas	Não - 035.1 e 35.2	Sim	1
35.1	Qual a periodicidade?			Mensal	
35.2	Qual o resultado da pesquisa nas últimas edições? Obs: abrangência máxima de um período de 15 anos.			Entre Jul e Out de 2019 em média 55% dos participantes da pesquisa informarem estar no nível 5 ou 6 em uma escala de 1 a 6, quanto maior melhor.	
36.	O Estado realiza acompanhamento periódico de todo o ciclo de atividades de Segurança Pública para crimes violentos contra a pessoa?	Sim para pergunta 36 e pelo menos uma alternativa - 02 Não - 00		Não	0
36.1	Indique os registros do acompanhamento: a) Registro de ocorrências versus atuação policial preventiva/ostensiva (registros de ocorrências motivaram ações de flagrante/recuperação do bem/ resgate de pessoa/impedimento do crime tentado):				
36.1	Indique os registros do acompanhamento: [b] Registro de flagrantes com número de prisões provisórias versus denunciadas:]				

36.1	Indique os registros do acompanhamento: [c] Registro de ocorrências versus abertura de inquéritos:}]			
36.1	Indique os registros do acompanhamento: [d] Registro de ocorrências versus conclusão de inquéritos:}]			
36.1	Indique os registros do acompanhamento: [e] Registro de ocorrências versus encaminhamento de inquéritos para o Ministério Público:}]			
36.1	Indique os registros do acompanhamento: [f] Registro de ocorrências versus oferecimento de denúncia:}]			
36.1	Indique os registros do acompanhamento: [g] Registro de ocorrências versus condenações:}]			
36.1	Indique os registros do acompanhamento: [h] Registro de ocorrências versus cumprimento de sentença:}]			
36.1	Indique os registros do acompanhamento: [i] Registro de ocorrência versus reincidência:}]			
36.1	Indique os registros do acompanhamento: [j] Outros (especifique):}]			

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

37.	<p>Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento - IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA relativos às políticas públicas da segurança pública: [a] A razão entre o número de ações cujo EFISi esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*.] Ex: 0,7; 0,8; 1,3. Obs: EFISi = Execução físicai/Previsão física iniciali EFINi = Execução financeirai/Previsão financeira iniciali IEEOi = EFISi/EFINi onde i corresponde a cada uma das ações dos programas do PPA *total de ações que não têm execução financeira, ainda que tenham execução física.</p>	<p>Calcular IAP: Somar ((A + B + C) / 3)*100</p> <p>IAP ≥ 80 - 05 IAP ≥ 60 - 04 IAP ≥ 40 - 03 IAP ≥ 20 - 02 IAP < 20 - 01</p>	0,68*	3
37.	<p>Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento - IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA relativos às políticas públicas da segurança pública: [b] A razão entre o número de ações cujo EFINi esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*.]</p>		0,52*	

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

37.	Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento - IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA relativos às políticas públicas da segurança pública: [c) A razão entre o número de ações cujo Índice de Equilíbrio da Execução Orçamentária (IEEOi) esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*:]		0,55*
Subtotal - IX. Governança		9 quesitos	TOTAL
			71

TOTALIZAÇÃO

Quesitos: 37

Pontos máximos: 100

Pontos mínimos: 000

FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL

$$i\text{-SEGP} = (\text{Somatório da pontuação de cada quesito})/100$$

Peso da Dimensão Segurança Pública

$$i\text{-SEGP}: 20/100 = 0,20 \text{ (20\%)}$$

i-AMB

QUESITOS		PONTUAÇÃO	RESPOSTAS	PONTOS
<p>Nome completo: Nathália Milagre Hazan Cargo / Função: Assessora Chefe de Planejamento Masp: 7524705</p>				
I. Água				
1.	O Estado possui programa e/ou ação de melhoria, controle e monitoramento da qualidade das águas?	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
2.	O Estado adota e publica o Índice de Qualidade das Águas - IQA?	Sim para perguntas 2 e 2.1 - 02 Sim apenas para pergunta 2 - 01	Sim	2
2.1	Houve evolução no IQA em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	Não - 00	Sim	
3.	O Estado possui programa e/ou ação de melhoria, controle e monitoramento da quantidade das águas?	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
4.	O Estado adota e publica indicador de quantidade das águas?	Sim para perguntas 4 e 4.2 - 02 Sim apenas para pergunta 4 - 01	Não	0
4.1	Informe o indicador:	4.1 informativa		
4.2	Houve melhoria deste indicador em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	Não - 00	N/A	
5.	O serviço de fornecimento de água tratada abrange qual percentual da população do Estado, com exceção da população atendida pelo serviço de distribuição de água tratada prestado pelos municípios (SAAE)?	≥80 e ≤100% - 3 ≥50% e <80% - 2 ≥20% e <50% - 1 <20 - 0	≥ 50% e < 80%	2
6.	O Estado possui programa e/ou ação de preservação e incremento de fontes de água potável?	Sim para perguntas 6 e 6.1 - 03 Sim apenas para pergunta 6 - 02	Sim	2
6.1	Existe avaliação da eficácia desses programas ou ações?	Não - 01	Não	
7.	O Estado promove monitoramento da disponibilidade de recursos hídricos para consumo humano, apontando potenciais riscos de interrupção de fornecimento de água em casos de estiagem?	Sim para perguntas 7 e 7.1 - 02 Sim apenas para pergunta 7 - 01 7.2 informativa	Sim	2
7.1	Nestes casos, ações de contingenciamento e racionalização são implantadas para reduzir estes riscos?	Não - 00	Sim	

7.2	Informe as ações:		Operação de poços reservas; Perfuração de poços profundos e Rodízio. O programa Pró Mananciais também é um importante instrumento que contribui para a disponibilidade hídrica nos mananciais, dado que promove a construção coletiva de pertencimento à microbacia hidrográfica e a responsabilidade compartilhada dos cuidados com a água. Em 2019, o programa desenvolveu ações em 187 municípios do Estado de Minas Gerais, como plantio de mudas, construção de barraginhas, cercamento de nascentes entre outras.	2
8.	Existe ação e/ou medida de contingenciamento e racionalização para provisão de água potável e de uso comum no Estado?	Sim para as perguntas 8 e 8.2 - 02 Sim, apenas para a pergunta 8 - 01	Sim	
8.1	Informe as ações e medidas:	Não - 00 8.1 e 8.3 informativa	DN CERH 49/2015, que estabelece a redução de 20% do volume diário outorgado, para as captações de água para a finalidade de consumo humano ou dessedentação animal ou abastecimento público. Redução de 25% do volume diário outorgado para a finalidade de irrigação, podendo ser excepcionalizada por meio de Deliberação Normativa deste Conselho. Redução de 30% do volume diário outorgado, para as captações de água para a finalidade de consumo industrial e agroindustrial; e Redução de 50% do volume outorgado para as demais finalidades, exceto usos não consuntivos	
8.2	Existe avaliação da eficácia dessas ações e medidas?		Sim	

8.3	Essas ações e medidas são direcionadas a todos os usuários (pessoa física e pessoa jurídica)?		Sim	
9.	Existe plano emergencial de ações para fornecimento à população de água potável, em caso de escassez?	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
Subtotal - I. Água		9 quesitos		
II. Solo				
10.	O Estado possui programa e/ou ação de melhoria, controle e monitoramento da qualidade do solo?	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
11.	O Estado adota e publica indicador para a qualidade do solo?	Sim para 11 e 11.2 - 02 Sim para apenas a 11 - 01	Não	0
11.1	Informe o indicador	Não - 00 11.1 informativa		
11.2	Houve melhoria deste indicador em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?		N/A	
12.	O Estado possui programa e/ou ação para redução do uso de agrotóxicos e de fertilizantes químicos?	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
13.	O Estado possui programa e/ou ação para reabilitação de áreas degradadas e contaminadas?	Sim para a 13 e 13.1 - 03 Sim para apenas 13 - 02	Sim	3
13.1	Houve evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	Não - 00 13.2 informativa	Sim	
13.2	Qual o percentual de áreas recuperadas em relação às áreas degradadas? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.		32%	
Subtotal - II. Solo		4 quesitos		
III. Ar				
14.	O Estado possui programa e/ou ação de melhoria, controle e monitoramento da qualidade do ar e emissões atmosféricas?	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
15.	O Estado avalia a qualidade do ar por meio de indicador?	Sim para perguntas 15 e 15.2 - 02 Sim apenas para pergunta 15 - 01	Sim	1
15.1	Informe o indicador:		Índice Diário da Qualidade do Ar - IQAr	
15.2	Houve melhoria deste indicador em relação ao exercício anterior ao ano avaliado??	Não - 00 15.1 informativa	Não	
16.	O Estado possui programa e/ou ação de inspeção veicular e plano de controle de poluição veicular?	16 Sim - 03 Não - 00	Sim	3
16.1	Informe o programa:	16.1 informativa	Plano de Controle da Poluição Veicular	
17.	O Estado possui programa e/ou ação de inspeção sobre as emissões poluentes das indústrias?	17 Sim - 03 Não - 00	Sim	3

17.1	Informe o programa:	17.1 informativa	Programa de Automonitoramento, no âmbito do licenciamento ambiental. Na oportunidade de concessão de licenças ambientais, o órgão ambiental define a necessidade do automonitoramento das chaminés de empreendimentos com impacto relevante para a qualidade do ar. Além disso, podem ser realizadas ainda inspeções pontuais, motivadas por demandas específicas, como a ocorrência de acidentes ambientais em que é verificada a liberação descontrolada de gases, recebimento de denúncias e de reclamações.	
Subtotal - III. Ar		4 quesitos		
IV. Biodiversidade				
18.	O Estado possui programa e/ou ação para proteção das áreas ambientalmente conservadas, a fauna e a biodiversidade florestal?	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
19.	O Estado controla suas áreas ambientalmente conservadas por meio de indicador?	Sim para perguntas 19 e 19.2 - 02 Sim apenas para pergunta 19 - 01 Não - 00	Sim	2
19.1	Informe o indicador:	19.1 informativa	"Percentual de área desmatadas em relação à área de remanescentes" e "Percentual de áreas desmatadas em relação à área total do Estado"	
19.2	Houve melhoria deste indicador em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?		Sim	
20.	O Estado tem programa ou ação direcionados à sustentabilidade de propriedades rurais?	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
21.	O Estado controla as propriedades rurais sustentáveis por meio de indicador?	Sim para perguntas 21 e 21.2 - 02 Sim apenas para pergunta 21 - 01 Não - 00 21.1 e 21.3 informativas	Não	0
21.1	Informe o indicador:			
21.2	Houve melhoria deste indicador em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?		N/A	

21.3	Qual percentual das propriedades rurais sustentáveis em relação ao total de propriedades rurais? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.			
22.	O Estado possui programa e/ou ação para prevenir, de forma mais incisiva, incêndios florestais?	22 Sim - 03 Não - 00	Sim	3
22.1	Informe os programas:	22.1 informativa	Programa de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais/ Força Tarefa Previncêndio	
23.	No ano avaliado, quantos hectares foram atingidos por incêndios florestais?	Informativa	31437,67	
24.	Informe o percentual de brigadas de incêndios florestais capacitadas no ano avaliado:	≥80 e ≤100% - 03 ≥50% e <80% - 02 ≥20% e <50% - 01 <20 - 00	≥ 80% e ≤ 100%	3
25.	O Estado possui programa e/ou ação para combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações?	Sim para perguntas 25 e 25.1 - 02 Sim apenas para pergunta 25 - 01 Não - 00	Sim	1
25.1	Houve melhoria da situação em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	25.2 informativa	Não	
25.2	Qual percentual de cobertura terrestre das áreas susceptíveis à desertificação (ASD) em relação à área total do Estado? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.		ND	
26.	O Estado possui programa e/ou ação para implementar a gestão sustentável de florestas, de mitigação do desmatamento, de restauração de florestas degradadas?	Sim para perguntas 26 e 26.1 - 03 Sim apenas para pergunta 26 - 02	Sim	3
26.1	Houve melhoria da situação em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	Não - 00	Sim	
27.	Qual percentual da área em relação à área total do Estado de: [a] Desmatamento anual:] Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.		0,02	
27.	Qual percentual da área em relação à área total do Estado de: [b] Cobertura vegetal nativa remanescente:]		32,9	
27.	27. Qual percentual da área em relação à área total do Estado de: [c] Cobertura territorial das Unidades de Conservação (federais, estaduais e municipais):]		9,4	
28.	O Estado possui programa e/ou ação para combater a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas?	Sim para perguntas 28 e 28.2 - 03 Sim apenas para pergunta 28 - 02	Sim	3

28.1	Informe os programas ou ações:	Não - 00 28.1 Informativa	Projeto Áreas Prioritárias: Estratégias para conservação da biodiversidade e dos ecossistemas em Minas Gerais; Projeto Areas de Soltura - Asas; Projeto de educação ambiental - Abra sua cabeça para os Animais; SISPASS: gestão de 105.792 criadores amadores de passeriformes silvestres no Estado de Minas Gerais; SISFAUNA: gestão de 128 empreendimentos de uso e manejo de fauna silvestre em funcionamento no Estado de Minas Gerais; gestão de 4 Centros de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres.	
28.2	Houve melhoria da situação em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?		Sim	
29.	O Estado possui programa e/ou ação para promover a preservação completa dos rios, abarcando sua visão panorâmica e beleza cênica?	Sim para perguntas 29 e 29.2 - 02Sim apenas para pergunta 29 - 01Não - 0029.1 informativa	Sim	2

29.1	Informe os programas e/ou ações:		<p>Integrante da Câmara Técnica de Biodiversidade e do Comitê interfederativo para recuperação do Rio Doce;</p> <p>Projeto áreas prioritárias para priorização de áreas e corpos d'água para conservação da biodiversidade aquática e de recursos hídricos;</p> <p>Atualização da lista de espécies da ictiofauna, Fauna Terrestre e Flora ameaçadas de extinção;</p> <p>Comando e Supervisão do diagnóstico e reparação de danos na bacia do Rio Paraopeba decorrente dos danos causados pela ruptura da barragem da Mina Córrego do Feijão;</p> <p>Projeto Pró-Espécies: Todos contra a Extinção. Ação Proteção e Conservação da Fauna Silvestre no âmbito do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG).</p>	
29.2	Houve melhoria da situação comparada em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?		Sim	
Subtotal - IV. Biodiversidade		12 quesitos		
V. Saneamento e Resíduos				
30.	O Estado possui Plano Estadual de Saneamento Básico?	30 Sim - 03 Não - 00 30.1 Informativa	Não	0
30.1	Qual a sua periodicidade de atualização deste Plano?			
31.	O serviço de coleta de esgotamento sanitário abrange qual percentual da população do Estado, com exceção da população atendida pelo serviço de coleta prestado pelos municípios (SAAE)?	≥80 e ≤100% - 03 ≥50% e <80% - 02 ≥20% e <50% - 01 <20 - 00	≥ 20% e < 50%	1
32.	Qual o percentual de tratamento licenciado de esgotamento sanitário no Estado?	Informativa ≥80 e ≤100% ≥50% e <80% ≥20% e <50% <20	≥ 20% e < 50%	

33.	Qual o número de municípios com destinação adequada de resíduos sólidos urbanos?	Informativa	406	
34.	Qual o percentual da população atendida com destinação adequada de resíduos sólidos urbanos?	≥80 e ≤100% - 03 ≥50% e <80% - 02 ≥20% e <50% - 01 <20 - 00	≥ 50% e < 80%	2
35.	O Estado possui programa e/ou ação para promover redução da geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso?	Sim para a 35 e 35.1 - 03Sim para apenas 35 - 02Não - 00	Sim	3
35.1	Houve melhoria da situação em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?		Sim	
Subtotal - V. Saneamento e Resíduos		6 quesitos		
VI. Mudanças Climáticas				
36.	O Estado possui programa e/ou ação de mitigação das mudanças climáticas? Obs: Ações para reduzir o impacto antrópico nas causas das mudanças climáticas.	Sim - 02 Não - 00	Sim	2
37.	O Estado possui programa e/ou ação de adaptação às mudanças climáticas? Obs: Ações para se preparar para eventos climáticos externo, de forma que o dano seja o menor possível.	Sim - 02 Não - 00	Sim	2
Subtotal - VI. Mudanças Climáticas		2 quesitos		
VII. Educação Ambiental				
38.	O Estado possui programa e/ou ação para promoção do uso racional de recursos em seus órgãos e entidades?	38 Sim - 03 Não - 00	Sim	3
38.1	Informe o percentual de redução do consumo em prédios públicos: [a] energia:] Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	38.1 e 38.2 informativas	ND	
38.1	38.1 Informe o percentual de redução do consumo em prédios públicos: [b] água:]		ND	
38.1	Informe o percentual de redução do consumo em prédios públicos: [c] papel:]		ND	
38.1	Informe o percentual de redução do consumo em prédios públicos: [d] copo descartável:]		ND	
38.2	Informe o percentual de resíduos gerados em prédios públicos destinados à reciclagem:		ND	
39.	Na rede estadual de ensino, o Estado adota programa e/ou ação de educação ambiental?	39 Sim - 01 Não - 00 39.1 informativa	Sim	1

39.1	Qual percentual da rede estadual de ensino que possui programa de educação ambiental na grade curricular? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.		100%	
Subtotal - VII. Educação Ambiental		2 quesitos		
VIII. Institucional				
40.	O Estado tem órgão integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, de acordo com a Lei 6.938/81?	Sim - 01 Não - 00	Sim	1
41.	O Estado possui órgão colegiado, consultivo e deliberativo, para tratar sobre diretrizes, políticas, normas regulamentares, entre outros, para o meio ambiente?	Sim - 01 Não - 00	Sim	1
42.	O Estado possui equipe multidisciplinar para análise dos processos de regularização ambiental?	Sim para a pergunta 42 e 42.1 - 02 Sim apenas para pergunta 42 - 01	Sim	2
42.1	Os servidores responsáveis pela análise recebem capacitação específica para o desempenho da função?	Não - 00 42.1 e 42.2 informativa	Sim	
42.2	Qual a carga horária anual da capacitação?		115H	
Subtotal - VIII. Institucional		3 quesitos		
IX. Governança				
43.	Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento - IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA relativos às políticas públicas do meio ambiente: [a] A razão entre o número de ações cujo EFISi esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*.] Obs: EFISi = Execução físicai/Previsão física iniciali EFINI = Execução financeirai/Previsão financeira iniciali IEEOi = EFISi/EFINI onde i corresponde a cada uma das ações dos programas do PPA *total de ações que não têm execução financeira, ainda que tenham execução física.	Calcular IAP: Somar ((A + B + C) / 3)*100 IAP ≥ 80 - 05 IAP ≥ 60 - 04 IAP ≥ 40 - 03 IAP ≥ 20 - 02 IAP < 20 - 01	0,574	2
43.	Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento - IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA relativos às políticas públicas do meio ambiente: [b] A razão entre o número de ações cujo EFINI esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*.]		0,154	

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

43.	Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento - IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA relativos às políticas públicas do meio ambiente: [c] A razão entre o número de ações cujo Índice de Equilíbrio da Execução Orçamentária (IEEOi) esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*:]		0,188	
Subtotal - IX. Governança		1 quesito	TOTAL	81

TOTALIZAÇÃO

Quesitos: 43

Pontos máximos: 100

Pontos mínimos: 000

FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL

i-AMB = (Somatório da pontuação de cada quesito)/100

Peso da Dimensão Meio Ambiente

i-AMB: 10/100 = 0,10 (10%)

i-DES

QUESITOS	PONTUAÇÃO	RESPOSTAS	PONTOS	
Dados do responsável pelo preenchimento do questionário				
Nome completo: Sofia Fernandes Cargo / Função: Assessora Estratégica Masp: 1484644-8				
I. Desenvolvimento Econômico				
1.	O Estado promove políticas de desenvolvimento econômico, orientadas para o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno, decente e produtivo, empreendedorismo, criatividade e inovação e para incentivo à formalização e ao crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros? Obs: Objetivos 8 e 8.3 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável – ODS8 – Nações Unidas.	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
2.	Para atingir níveis mais elevados de produtividade na economia, o Estado estimula a diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive com foco em produtos de alto valor agregado? Obs: Objetivo 8.2 da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável – ODS8.	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
3.	O Estado possui agenda para implementação de ações visando a melhoria progressiva da utilização eficiente de recursos na produção e consumo, de forma a reduzir a degradação ambiental, segundo o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis? Obs: Objetivo 8.4 da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável – ODS8.	Sim - 03 Não - 00	Sim	3

4.	O Estado possui meta para sustentar o crescimento econômico per capita em relação ao Produto Interno Bruto – PIB? Obs: Objetivo 8.1 da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável – ODS8.	Sim - 03 Não - 00	Não	0
5.	O Estado dispõe de instrumentos para apoiar ou estimular a oferta de crédito para atividades produtivas voltadas ao desenvolvimento econômico?	5 Sim - 03 Não - 00 5.1, 5.2 e 5.3 informativas	Sim	3
5.1	Especifique os instrumentos utilizados:	As linhas de crédito para realização de investimentos e capital de giro oferecidas pelo BDMG como: Geraminas, Geraminas Fidelidade, Geraminas Social, Geraminas Giro Mais, BDMG Solidário, Minas Criativa, Empreendedoras de Minas, Desenvolve Rio Doce, Compete Rio Doce (em parceria com o SEBRAE) Inovacred, Pró-Inovação, Proptec, Inovacred Expresso, e Fungetur Giro (Fonte: Site do BDMG). As linhas de crédito BDMG Solar Fotovoltáico e BDMG Sustentabilidade, direcionadas à geração de energia limpa, com destaque para a energia solar. As linhas de financiamento à inovação, com recursos próprios, recursos do BNDES (MPME Inovadora), da FINEP (Finep Inovacred) e da FAPEMIG (Pró-Inovação) A linha de financiamento Pro-Inovação foi criada por meio da parceria FAPEMIG/BDMG com o objetivo de apoiar projetos de desenvolvimento com foco na inovação de produtos, processos e serviços de empresas instaladas em Minas Gerais. A FAPEMIG repassou R\$ 35 milhões em 2011 e este recurso vem sendo investido e reinvestido desde então. As linhas de financiamento para o setor agropecuário, que conta com os produtos: BDMG Rural, BDMG Agro, BDMG CPR, BDMG Agro Mercado e FRP Rural e recursos do FUNCAFÉ.		
5.2	Qual o volume de recursos desembolsados no ano avaliado? Ex: R\$ 500.000,00.		R\$ 1.380.000.000,00	
5.2	Qual a variação deste valor em relação ao exercício anterior ao ano avaliado? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.		2,20%	
6.	O Estado promove a compatibilização das políticas de desenvolvimento econômico com os programas federais e municipais de desenvolvimento?	Sim - 02 Não - 00	Sim	2
7.	O Estado adota, na rede estadual de ensino, programa e/ou ação de educação sobre políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico?	7 Sim - 02 Não - 00 7.1 informativa	Não	0

7.1	Especifique em quais níveis de educação a rede estadual de ensino inclui o programa na grade curricular: ensino médio:		N/A	1
7.1	Especifique em quais níveis de educação a rede estadual de ensino inclui o programa na grade curricular: ensino superior:		N/A	
8.	O Estado possui critérios para avaliar e hierarquizar o atendimento às demandas por investimentos em infraestrutura?	8 Sim - 01 Não - 00 8.1 informativa	Sim	
8.1	Especifique os critérios utilizados:		Segundo o INDI, os projetos de investimento tem seus atributos técnicos detalhados em formulário "Informações do Projeto" indicado pelo INDI, de modo a possibilitar sua apreciação pela Matriz de Critérios contida no Anexo I e pelos parâmetros previstos no Anexo II da Deliberação GCPPDES N° 1 DE 27/03/2017. Ressalta-se que o GCPPDES, após a última reforma administrativa, está em momento de reformulação e brevemente deve haver novo formato e modus operandi. Além disso, também pode haver o estabelecimento de Protocolos de Intenções com formalização de demandas e contrapartidas. Valor do investimento; Geração de empregos diretos; Potencial de redução das desigualdades regionais; Geração de renda; Tempo de maturação; Grau de integração da cadeia de valor; ICMS efetivo estimado. De acordo com o BDMG, as Parcerias Público-Privadas (PPP), mas sem detalhamento dos critérios.	
Subtotal - I. Políticas de Desenvolvimento Econômico		8 quesitos		
II. Desenvolvimento Econômico Regionalizado				
9.	O Estado divide seu território em áreas ou regiões com a finalidade de potencializar o desenvolvimento econômico?	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
10.	O Estado dispõe de política estruturada e/ou programa para incentivar o desenvolvimento econômico regionalizado?	Sim para as perguntas 10 e 10.1 - 03 Sim para a	Sim	3

10.1	Há indicadores para avaliação do impacto desta política?	pergunta 10 - 02 Não - 00 10.2 e 10.3 Informativas	Sim		
10.2	Informe os indicadores	<p>O BDMG promove o acompanhamento dos investimentos financiados de forma a possibilitar a contabilização de empregos possivelmente gerados, população atendida e volume de financiamentos desembolsados para cada região. O INDI também promove o acompanhamento dos investimentos atraídos mensurando para cada município e região diversos indicadores, como número de empregos gerados, potencial aumento de ICMS, valores de investimentos atraídos, dentre outros. A SEDE, por meio da SUBDER, faz o acompanhamento dos impactos da ação de Circuito Mineiro de Oportunidades e Negócios, onde são mensurados indicadores como: número de pessoas impactados; volume de negócios gerados; % de participantes que fecharam negócios; % de participantes que aumentaram a sua produção, dentre outros. Ressalta-se que tais indicadores ser acompanhados em termos das regiões atendidas. Já a CEMIG informa que são utilizados indicadores internos para monitoramento da execução do investimento planejado, como o IRPDD (Índice de realização do Programa de Desenvolvimento da Distribuidora). Adicionalmente existem indicadores que visam monitorar as interrupções, continuidade de atendimento e a qualidade da prestação do serviço. Os principais indicadores são DEC (Duração Equivalente de Interrupção por unidade consumidora), FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por unidade consumidora), DIC (Duração de interrupção individual por unidade consumidora), FIC (Frequência de interrupção individual por unidade consumidora), CHI (Cliente Hora Interrompido), CI (Cliente Interrompido), DMIC (Duração máxima de interrupção contínua por unidade consumidora ou ponto de conexão), DRP (Duração relativa da transgressão de tensão precária) e DRC (Duração relativa da transgressão de tensão crítica).</p>			

10.3	Informe as iniciativas/ações adotadas	<p>- Na SEDE, a Diretoria de Apoio aos Pequenos Negócios e Cooperativismo, vinculada à SUBDER, atua através do "Programa Circuito Mineiro de Oportunidades e Negócios", contemplando principalmente o público dos pequenos negócios, registrados como agricultura familiar, cooperativas, associações, microempreendedores individuais, empresas de pequeno porte, ou microempresas. O objetivo da ação é aproximar os empreendimentos com a rede varejista, de acordo com as potencialidades de cada região e gerar negócios para os mesmos. Foram realizadas 10 edições em 2019 (Divinópolis, Ipatinga, Uberlândia, Pouso Alegre, Montes Claros, Teófilo Otoni, Juiz de Fora, Belo Horizonte e Araçuaí), sendo 272 empreendimentos capacitados e 138 empreendimentos selecionadas para feiras regionais. Sobre os resultados do Programa, 53,3% melhoraram a divulgação de seus produtos via redes sociais e sites; 46,7% fecharam negócios; 53% fizeram melhorias nos seus produtos; 40% aumentaram a produção em até 20% para atender nova demanda. - Ainda a SUBDER promove a política de reconhecimento, atendimento, aprimoramento e promoção de Arranjos Produtivos Locais (APLs). - Linha de crédito do BDMG direcionada para regiões de baixo dinamismo e/ou atingidas por tragédias ambientais. - Pela COPASA, são realizadas ações como implantação, recuperação e/ou ampliação de Sistemas Coletivos de Abastecimento de água, cisternas de placa em comunidades rurais, doação de tubulações e caixas de armazenamento de água para municípios em vulnerabilidade ou escassez hídrica, visando à promoção da universalização do acesso à água para consumo humano e para a produção agrícola e alimentar. - Pela CEMIG, são realizadas ações como implantação de projetos de geração de energia elétrica por painéis fotovoltaicos. Ainda, é realizado o planejamento e a priorização de obras para suprir as necessidades do sistema elétrico, além disso, a CEMIG busca maior eficiência e qualidade através de diversas ações como a troca de medição para equipamentos mais modernos e automação da rede.</p>		
11.	O Estado apoia as regiões/territórios quanto a identificação e exploração de seus principais ativos, bem como ao diagnóstico das vantagens competitivas locais?	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
12.	O Estado estimula a implantação ou expansão de empresas em áreas de mais baixo IDH?	12 Sim - 03 Não - 00 12.1 e 12.2 Informativas	Sim	3
12.1	Qual o volume de emprego formal e da arrecadação tributária gerada por estes investimentos? a) emprego formal Ex: a) 500. b) R\$ 500.000,00.		Considerando as mesoregiões Norte de Minas, Vale do Rio Doce, Jequitinhonha e Mucuri, o INDI estima 5.138 empregos diretos em Decisões Formalizadas por meio de Protocolos de Intenção de Investimentos. Considerando os investimentos realizados pelo BDMG para municípios de baixo IDH, foram 1.933 empregos formais estimulados.	

	Qual o volume de emprego formal e da arrecadação tributária gerada por estes investimentos? b) arrecadação tributária Ex: a) 500. b) R\$ 500.000,00.		Considerando as mesoregiões Norte de Minas, Vale do Rio Doce, Jequitinhonha e Mucuri, o INDI estima o potencial de incremento na arrecadação de ICMS por investimentos em áreas de mais baixo IDH em R\$ 86.027.500. Considerando os investimentos realizados pelo BDMG para municípios de baixo IDH, foram R\$ 3.289.084,39 em ICMS.	
12.2	Qual a variação em relação ao exercício anterior ao ano avaliado? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.		-35,60%	
Subtotal - II. Desenvolvimento Econômico Regionalizado				4 quesitos
III. Parcerias Estratégicas				
13.	O Estado induz a aproximação entre os setores público e privado por meio de parcerias? Ex: universidades, instituições de pesquisa, instituições profissionalizantes, empresas privadas.	13 Sim - 02 Não - 0013.1 informativa	Sim	2
13.1	Informe quais as modalidades de parcerias e os instrumentos utilizados para realizá-las.		As modalidades de parceria e instrumentos utilizados são Parcerias Público Privadas (PPPs), Acordos de cooperação, Termo de doação, Termos de Parceria, Concessões, além de parcerias com organismos multilaterais para realização de projetos de investimento nos municípios.	
14.	O Estado aporta capital no setor produtivo por meio de programas e/ou ações estratégicas?	14 Sim - 02 Não - 0014.1 informativa	Sim	2
14.1	Qual volume de recursos no ano avaliado? Ex: R\$ 500.000,00.		R\$ 73,19 milhões	
Subtotal - III. Parcerias				2 quesitos
IV. Trabalho e Renda				
15.	O Estado dispõe de política estruturada e/ou programas relativos a trabalho e renda?	Sim para as perguntas 15 e 15.1 - 03	Sim	3
15.1	Há indicadores para avaliação do impacto dessa política?	Sim para a pergunta 15 - 02 Não - 0015.2 e 15.3 informativa	Sim	
15.2	Informe os indicadores:		Participação do SINE nas admissões no mercado de trabalho (total de colocados SINE / Total de admitidos CAGED)	

15.3	Informe as iniciativas/ações adotadas:	<p>No âmbito das ações de trabalho e renda as iniciativas estão divididas em três eixos: educação profissional, fomento a empregabilidade e geração de renda. No primeiro eixo, a SEDESE repactuou o saldo remanescente do PRONATEC em Minas Gerais, contribuindo para o casamento entre demanda e oferta por qualificação profissional nas diversas regiões de do Estado. Isso tem garantido a execução de turmas, principalmente pela SEE, com intuito de formar alunos do ensino médio. Além disso, ainda nesse eixo, o Programa Qualifica-se ofereceu orientação profissional para diversos públicos, maximizando as possibilidades do trabalhadores a se adequarem as exigências do mercado de trabalho.</p> <p>No segundo eixo, a SEDESE manteve em funcionamento as unidades de atendimento ao trabalhador do SINE, que ao longo de 2019, colocou cerca de 30.000 trabalhadores no mercado de trabalho. São 133 unidades que funcionam em 100 municípios de Minas Gerais. Além disso, foi executado o Dia D, dia exclusivo para a intermediação de mão de obra para trabalhadores com deficiência.</p> <p>No eixo geração de renda, funcionou ao longo do ano a central de autônomos que realiza a intermediação de trabalhadores prestadores de serviços sem vínculo formal. Essa ação se expandiu para mais 4 municípios no estado e tem proposta de continuar expandindo. Foram adquiridos e entregues equipamentos para cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, com intuito de agregar valor a produção e futuro incremento a renda. Por fim, foi dado início ao Projeto Percursos Gerais, que visa formar, assessorar e inserir em dinâmicas de comercialização diversas famílias em situação de vulnerabilidade nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. O projeto tem previsão de finalização em 2020, porém em 2019 foi a realizada a fase de diagnóstico e aproximação.</p>
------	--	---

Subtotal - IV. Trabalho e Renda

1 quesito

V. Turismo

16.	O Estado dispõe de política para desenvolvimento do turismo de forma sustentável, gerando empregos e promovendo a cultura e os produtos locais? Obs: Objetivo 8.9 da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável – ODS8.	Sim para as perguntas 16 e 16.1 - 03Sim apenas para a pergunta 16 - 02Não - 0016.2 e 16.3 Informativa	Sim
16.1	Há indicadores para avaliação do impacto desta política?		Sim

3

16.2	Informe os indicadores:		A SECULT mede os seguintes indicadores: Número de empregos formais em turismo (milhares); Número de estabelecimentos formais em turismo (milhares); Fluxo turístico (milhões); Receita turística (bilhões); Variação Média Anual do Número de Estabelecimentos no Setor em relação aos outros Estados do Sudeste; Renda média mensal nominal dos empregados no setor de turismo. Já o BDMG mede o volume de financiamentos desembolsados pelo BDMG para o setor de turismo (de acordo com CNAEs) e desembolso da linha FUNGETUR no ano corrente (em milhões de Reais).	
16.3	Informe quais os segmentos da indústria de turismo apoiados por essa política.		Turismo de Negócios e Eventos; meios de hospedagem; meios de transporte; agências de receptivos; guias turísticos; operadoras turísticas; segmentos do ecoturismo; produtores locais; bares e restaurantes; empresas de entretenimento; artesãos.	
Subtotal - V. Turismo		1 quesito		
VI. Inovação				
17.	O Estado estimula a inovação como forma de abertura de novas perspectivas econômicas?	Sim para as perguntas 17 e 17.1 - 03	Sim	2
17.1	Há indicadores para avaliar o impacto com base em evolução do emprego, registro de patentes ou inclusão de novos produtos no mercado?	Sim para a pergunta 17 - 02 Não - 00 17.2 informativa	Não	
17.2	Informe os indicadores			
Subtotal - VI. Inovação		1 quesito		
VII. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)				
18.	O Estado aplica recursos em apoio às atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D), inclusive científica?	18 Sim - 03 Não - 00 18.1 informativa	Sim	3
18.1	A aplicação desses recursos está determinada em norma específica?		Sim	
19.	O Estado cumpre as determinações legais de investimentos em P&D?	Sim - 01 Não - 00	Não	0
20.	Há critérios de seleção pública para as modalidades de apoio oferecidas?	Sim - 02 Não - 00	Sim	2
21.	O Estado oferta linhas de pesquisa para o desenvolvimento econômico?	Sim - 03 Não - 00	Sim	3

22.	O Estado dispõe de instrumento para integrar a oferta de cursos técnicos/profissionalizantes às necessidades produtivas ou à política de desenvolvimento econômico?	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
Subtotal - VII. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)		5 quesitos		
VIII. Atração de Investimentos Privados				
23.	O Estado dispõe de mecanismos para atração de investimentos e financiamentos privados nacionais e internacionais?	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
24.	O Estado avalia os resultados de sua política de atração de investimentos?	24 Sim - 02 Não - 00	Sim	2
24.1	Qual volume de emprego formal e de arrecadação tributária gerado por estes investimentos? a) emprego formal Ex: a) 500. b) R\$ 500.000,00.	24.1 e 24.2 Informativas	22.431 mil empregos diretos comprometidos pelas empresas em protocolos de investimentos formalizados em 2019.	
24.1	Qual volume de emprego formal e de arrecadação tributária gerado por estes investimentos? b) arrecadação tributária Ex: a) 500. b) R\$ 500.000,00.		Potencial de incremento na arrecadação de ICMS dos projetos atendidos pelo INDI em plena operação no exercício de 2019: R\$ 565.300.673,13.	
24.2	Qual a variação em relação ao exercício anterior ao ano avaliado? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.		94,1%	
Subtotal - VIII. Atração de Investimentos Privados		2 quesitos		
IX. Economia Criativa				
25.	O Estado tem política estruturada de estímulo à economia criativa?	Sim para as perguntas 25 e 25.1 - 03 Sim para a pergunta 25 - 02 Não - 00 25.2 e 25.3 informativa	Sim	3
25.1	Há indicadores para avaliação do impacto dessa política?		Sim	
25.2	Informe os indicadores:		Volume de financiamentos desembolsados pelo BDMG em Economia Criativa (produto MINAS CRIATIVA) no ano corrente (em milhões de Reais)	
25.3	Informe os setores apoiados por esta política:		Segundo o BDMG, os principais setores beneficiados são: publicidade e atividades criativas, moda e vestuário, gastronomia, artesanato, startups e inovação, dentre outros.	
Subtotal - IX. Economia Criativa		1 quesito		
X. Economia Solidária				
26.	O Estado dispõe de política relativa a fomento e incentivo ao desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários?	Sim para as perguntas 26 e 2.1 - 03 Sim para a	Sim	3

26.1	Há indicadores para avaliação do impacto desta política?	pergunta 26 - 02 Não - 00 26.2 e 26.3 informativa	Sim	
26.2	Informe os indicadores:		Feiras de Economia Popular Solidária: em atividades como a Feira da EPS na CAMG e nas Feiras Regionais, são contabilizados: valores de comercialização dos produtos e território/município de origem do empreendimento. Circuito Mineiro de Oportunidades e Negócios: Percentual dos empreendedores que melhoraram a divulgação de seus produtos via redes sociais e sites; Percentual de empreendedores que fecharam mais de um negócio durante a feira; Percentual de empreendedores que fizeram melhorias nos seus produtos ; Percentual de empreendedores que aumentaram a produção em até 20% para atender nova demanda.	
26.3	Informe as iniciativas/ações desta política:		- Projeto de Feiras Regionais em todas as regiões do Fórum Mineiro da Economia Popular Solidária- Fomento aos empreendimentos econômicos solidários de catadores de materiais recicláveis- Gestão da política de economia popular solidária através do Conselho Estadual (CEEPS) e comissão de avaliação do CadSol.- Realização em 2019 de 10 edições do Circuito Mineiro de Oportunidades e Negócios em 2019 (Divinópolis, Ipatinga, Uberlândia, Pouso Alegre, Montes Claros, Teófilo Otoni, Juiz de Fora, Belo Horizonte e Araçuaí), sendo 272 empreendimentos capacitados e 138 empreendimentos selecionadas para feiras regionais.	
27.	O Estado dispõe de regulamentação para estimular os empreendimentos econômicos solidários?	Sim - 01 Não - 0	Sim	1
28.	O Estado possui Conselho Estadual de Economia Popular Solidária?	Sim - 01 Não - 0	Sim	1
29.	O Estado realiza compras públicas diretamente da agricultura familiar?	29 e 29.1 Sim e ≥30% - 03	Sim	1
29.1	Qual o percentual das compras públicas realizadas junto à agricultura familiar no ano avaliado?	Sim e <30% - 01 Não - 00 29.2 informativa	< 30%	
29.2	Qual a variação em relação ao exercício anterior ao ano avaliado? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.		-7,75%	

Subtotal - X. Economia Solidária		4 quesitos		
XI. Arranjos Produtivos Locais (APL)				
30.	O Estado dispõe de política voltada ao fomento e incentivo dos APLs com vistas ao fortalecimento e ordenamento da economia local?	Sim para as perguntas 30 e 30.1 - 3 Sim para a pergunta 30 - 2	Sim	2
30.1	Há indicadores para avaliação do impacto desta política?	Não - 0 30.2 informativa	Não	
30.2	Informe os indicadores			
30.3	Especifique os principais instrumentos de incentivo		Reconhecimento de Arranjos Produtivos Locais (APL); Construção de programas de desenvolvimento de APL; Avaliação de resultados dos APL existentes. Reconstrução do Núcleo Gestor dos APL para representação da política de desenvolvimento regional junto ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) no Grupo de Trabalho Permanente dos Arranjos Produtivos Locais (GTP- APL).	
31.	O Estado dispõe de regulamentação para estimular os APLs?	Sim - 01 Não - 0	Sim	1
Subtotal - XI. Arranjos Produtivos Locais (APL)		2 quesitos		
XII. Tratamento diferenciado e favorecido MEI, ME e EPP				
32.	O Estado utiliza compras públicas como instrumento de indução ao desenvolvimento econômico regional?	32 Sim - 03 Não - 00 32.1 Informativa	Sim	3
32.1	Informe os mecanismos adotados		Decreto nº 47.437/2018 - regulamenta o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido dispensado às microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoas físicas, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas aquisições públicas do Estado. Art. 12 – [...] poderá ser concedida, justificadamente, prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de dez por cento do melhor preço válido. Além disso, o fornecedor mineiro tem isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, assim, acaba por possuir preço mais competitivo quando fornece para o Estado de Minas	

			Gerais.	
33.	O Estado elabora e divulga Plano Anual de Compras?	Sim - 01 Não - 00	Não	0
34.	O Estado possui sistema eletrônico de gestão de compras e contratações?	Sim - 01 Não - 00	Sim	1
35.	Qual valor total de aquisições do Estado no ano avaliado? Ex: R\$ 500.000,00.	Informativa	R\$ 7.435.742.445,16	
35.1	Qual a variação em relação ao exercício anterior ao ano avaliado? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.		-6,70%	
36	No ano avaliado, qual o percentual de licitações realizadas na modalidade: Pregão presencial Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	Informativa	0,36%	
36	No ano avaliado, qual o percentual de licitações realizadas na modalidade: Pregão eletrônico Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	Informativa	98,15%	
37.	O Estado dispõe de política de apoio aos pequenos negócios (MEI, ME e EPP)?	Sim para as perguntas 37 e 37.1 - 3	Sim	3
37.1	Há indicadores para avaliação do impacto dessa política?	Sim para a pergunta 37 - 2 Não - 0	Sim	
37.2	Informe os indicadores	37.2 informativa	Volume de financiamentos desembolsados pelo BDMG WEB para Micro e Pequenas empresas no ano corrente (em milhões de Reais)	
37.3	Informe as iniciativas e setores (CNAE) apoiados.		Principalmente comércio e serviços, segundo o BDMG.	
38.	O Estado possui cadastro de fornecedores para identificação de seu porte (MEI, ME, EPP)?	Sim - 02 Não - 00	Sim	2

39.	Nas aquisições públicas, o Estado observa o disposto nos artigos 42 a 45, 47, 48 e 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, quanto ao tratamento diferenciado aos pequenos negócios (MEI, ME, EPP)?	Sim para as perguntas 39 e 39.1 - 03 Sim para a pergunta 39 - 02 Não - 00	Sim	3
39.1	O Estado dispõe de normas e/ou regulamentos adicionais aos previstos em âmbito federal?	39.2 e 39.3 informativas	Sim	
39.2	Especifique as normas e/ou regulamentos adicionais:		Lei n.º 20.826, de 31 de julho de 2013 - Institui o Estatuto Mineiro da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Decreto nº 47.437, de 26 de junho de 2018 - Regulamenta o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido dispensado às microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoas físicas, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas aquisições públicas do Estado.	
39.3	Do total geral de aquisições, qual o percentual de participação dos pequenos negócios (MEI, ME, EPP)? MEI Ex: 0%, 10%, 20%, 30% 40%, 50%... , 100%.			
39.3	Do total geral de aquisições, qual o percentual de participação dos pequenos negócios (MEI, ME, EPP)? ME Ex: 0%, 10%, 20%, 30% 40%, 50%... , 100%.		3,76%	
39.3	Do total geral de aquisições, qual o percentual de participação dos pequenos negócios (MEI, ME, EPP)? EPP Ex: 0%, 10%, 20%, 30% 40%, 50%... , 100%.		5,34%	
40.	Nas aquisições com valor até R\$80.000,00, qual percentual das licitações foi realizado com exclusividade para os pequenos negócios (MEI, ME e EPP)? MEI Obs: Artigos 47 e 48, inciso I, da LC 123/2006. Ex: 0%, 10%, 20%, 30% 40%, 50%... , 100%.		N/A	
40.	Nas aquisições com valor até R\$80.000,00, qual percentual das licitações foi realizado com exclusividade para os pequenos negócios (MEI, ME e EPP)? ME Obs: Artigos 47 e 48, inciso I, da LC 123/2006. Ex: 0%, 10%, 20%, 30% 40%, 50%... , 100%.		37,31%	

40.	Nas aquisições com valor até R\$80.000,00, qual percentual das licitações foi realizado com exclusividade para os pequenos negócios (MEI, ME e EPP)? EPP Obs: Artigos 47 e 48, inciso I, da LC 123/2006. Ex: 0%, 10%, 20%, 30% 40%, 50%... , 100%.	Informativa	37,31%
40.1	Qual valor liquidado das licitações acima em relação ao total das aquisições? MEI Ex: R\$ 500.000,00.	Informativa	N/A
40.1	Qual valor liquidado das licitações acima em relação ao total das aquisições? ME Ex: R\$ 500.000,00.	Informativa	N/A
40.1	Qual valor liquidado das licitações acima em relação ao total das aquisições? EPP Ex: R\$ 500.000,00.	Informativa	N/A
40.2	Do total das licitações com exclusividade para pequenos negócios, qual percentual de licitações desertas e/ou fracassadas? MEI Ex: 10%; 20%, 50%, 100%.	Informativa	N/A
40.2	Do total das licitações com exclusividade para pequenos negócios, qual percentual de licitações desertas e/ou fracassadas? ME	Informativa	25,59%
40.2	Do total das licitações com exclusividade para pequenos negócios, qual percentual de licitações desertas e/ou fracassadas? EPP	Informativa	25,59%
Subtotal - XII. Tratamento diferenciado e favorecido às EPPs, MEs e MEI			
XIII. Empreendedorismo			
41.	O Estado possui programa e/ou ação articulada com parceiros para qualificação de empresários e trabalhadores, bem como para incentivar o empreendedorismo?	41 Sim - 02 Não - 00 41.1 informativa	Sim

41.1	Especifique estes programas e/ou ações		Programa Circuito Mineiro de Oportunidades e Negócios”, contemplando principalmente o público dos pequenos negócios, registrados como agricultura familiar, cooperativas, associações, microempreendedores individuais, empresas de pequeno porte, ou microempresas. O objetivo é apoiar e capacitar os empreendimentos, aproximando-os com a rede varejista, de acordo com as potencialidades de cada região e gerar negócios para os mesmos. Foram realizadas 10 edições em 2019 (Divinópolis, Ipatinga, Uberlândia, Pouso Alegre, Montes Claros, Teófilo Otoni, Juiz de Fora, Belo Horizonte e Araçuaí), sendo 272 empreendimentos capacitados e 138 empreendimentos selecionadas para feiras regionais. Sobre os resultados do Programa , 53,3% melhoraram a divulgação de seus produtos via redes sociais e sites; 46,7 % fecharam negócios; 53% fizeram melhorias nos seus produtos; 40% aumentaram a produção em até 20% para atender nova demanda.	
42.	O Estado tem política de capacitação dos empreendedores locais, inclusive os micro e pequeno empresários, para desenvolver as competências necessárias à participação no processo de compras públicas?	42 Sim - 02 Não - 00 42.1 informativa	Não	0
42.1	Informe as iniciativas adotadas.			
43.	O Estado dispõe de espaço físico e/ou virtual que centraliza o atendimento necessário a empreendedores e a empresas para facilitar a gestão do negócio, da abertura ao encerramento das atividades?	Sim - 01 Não - 00	Sim	1
44.	O Estado dispõe de mecanismos <i>on line</i> para fornecimento de licenças e autorizações a empreendedores e empresas?	44 Sim - 01 Não - 00 44.1 informativa	Sim	1
44.1	Em quais áreas? Fazendária		Sim	
44.1	Em quais áreas? Ambiental		Sim	
44.1	Em quais áreas? Agrícola		Sim	
44.1	Em quais áreas? outras		JUCEMG - Registro Digital; IPEM - Metrologia Legal; IGAM - Cadastro de Uso Insignificante de Recursos Hídricos	
Subtotal - XIII. Empreendedorismo		4 quesitos		

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

XIV. Institucional				
45.	Existe unidade administrativa destinada à promoção do desenvolvimento econômico do Estado? Ex: Secretaria, agências de fomento ou equivalente.	Sim - 02 Não - 00	Sim	2
46.	Os servidores responsáveis pela área de desenvolvimento econômico do Estado recebem capacitação específica para o desempenho da função?	Sim e ≥ 40 horas 02 Sim e < 40 horas 01 Não - 00	Não	0
46.1	Qual a carga horária anual de capacitação?			
Subtotal - XIV. Institucional		2 quesitos	TOTAL	85

TOTALIZAÇÃO

Quesitos: 46

Pontos máximos: 100

Pontos mínimos: 000

FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL

$$i-DES = (\text{Somatório da pontuação de cada quesito})/100$$

Peso da Dimensão Desenvolvimento Econômico

i-DES: 10/100 – 0,10 (10%)

i-EDUC

QUESITOS		PONTUAÇÃO	RESPOSTAS	PONTOS
Dados do responsável pelo preenchimento do questionário				
Nome completo: Gustavo Oliveira Braga de Souza Cargo / Função: Assessor-Chefe da Assessoria Estratégica Masp: 752.795-5				
I. Organização Escolar				
1.	Quantas instituições estaduais destinadas aos ensinos fundamental e médio estão em funcionamento? EF:	Informativa		3.322
1.	Quantas instituições estaduais destinadas aos ensinos fundamental e médio estão em funcionamento? EM:	Informativa		2.495
2.	O Estado promoveu levantamento sobre a existência de acesso (vagas disponíveis) para toda população em idade escolar dos ensinos fundamental e médio da rede estadual?	2 Sim - 03 Não - 00 2.1 informativa		Sim
2.1.	Informe: a) Número de vagas: EF:			1.073.212
2.1.	Informe: a) Número de vagas: EM:	informativa		796.876
2.1.	Informe: b) Percentual de vagas em relação à demanda: EF:	informativa		27%
2.1.	Informe: b) Percentual de vagas em relação à demanda: EM:	informativa		52%
2.1.	Informe: c) Número de matrículas: EF:	informativa		1.033.282
2.1.	Informe: c) Número de matrículas: EM:	informativa		773.826
2.1.	Informe: d) Percentual de matrículas em relação à demanda: EF:	informativa		26%
2.1.	Informe: d) Percentual de matrículas em relação à demanda: EM:	informativa		50%
3.	Existem parâmetros para a enturmação dos estudantes?	Sim para as perguntas 3 e 3.3 - 03		Sim
3.1	Informe os parâmetros para enturmação no ensino fundamental e os respectivos dados da enturmação efetiva:	Sim apenas para pergunta 3 - 02 Não - 00 3.1 e 3.2 informativas	Anos Iniciais: 25 alunos por turma Anos Finais: 35 alunos por turma	
3.2	Informe os parâmetros para enturmação no ensino médio e os respectivos dados da enturmação efetiva:		EM - 40 alunos	

3.3	Os parâmetros estão sendo seguidos?			Sim	
Subtotal - I. Organização Escolar		3 quesitos			
II. Infraestrutura Escolar					
4.	Existem laboratórios de informática em funcionamento (utilizados pelos alunos) ou salas de aula com computadores nas instituições estaduais destinadas aos ensinos fundamental e médio?	Sim para pergunta 4 e 4.2 > 0%- 03 Sim para pergunta 4 e 4.2 = 0%- 0		Sim	3
4.1	Qual é o percentual com relação ao total de escolas? EF: Ex: 0%, 10%, 50%, 100%.	Não - 00 4.1 informativa		92,43	
4.1	Qual é o percentual com relação ao total de escolas? EM: Ex: 0%, 10%, 50%, 100%.			94,53	
4.2	Qual é o percentual com conexão à internet com relação ao total de escolas? EF: Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.			100	
4.2	Qual é o percentual com conexão à internet com relação ao total de escolas? EM: Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.			100	
5.	Informe o percentual de instituições estaduais destinadas aos ensinos fundamental e médio que fornecem água filtrada, própria para consumo: EF: Ex: 0%, 10%, 50%, 100%.	≥ 90% - 03 ≥ 70 e < 90% - 02 ≥ 30% e < 70% - 01 < 30% - 00 Média dos pontos percentuais do EF e EM		98,23	3
5.	Informe o percentual de instituições estaduais destinadas aos ensinos fundamental e médio que fornecem água filtrada, própria para consumo:EM: Ex: 0%, 10%, 50%, 100%.	≥ 90% - 03 ≥ 70 e < 90% - 02 ≥ 30% e < 70% - 01 < 30% - 00 Média dos pontos percentuais do EF e EM		98	
6.	Informe o percentual de instituições estaduais destinadas aos ensinos fundamental e médio que possuem rede de coleta de esgoto ou fossa: EF: Ex: 0%, 10%, 50%, 100%.	≥ 90% - 03 ≥ 70 e < 90% - 02 ≥ 30% e < 70% - 01 < 30% - 00 Média dos pontos percentuais do EF e EM		90,1	3

6.	Informe o percentual de instituições estaduais destinadas aos ensinos fundamental e médio que possuem rede de coleta de esgoto ou fossa: EM: Ex: 0%, 10%, 50%, 100%.	≥ 90% - 03 ≥ 70 e < 90% - 02 ≥ 30% e < 70% - 01 < 30% - 00 Média dos pontos percentuais do EF e EM	90,3	1	
7.	Informe o percentual de instituições estaduais destinadas aos ensinos fundamental e médio que promovem acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida: EF: Ex: 0%, 10%, 50%, 100%.	≥ 90% - 03 ≥ 70 e < 90% - 02 ≥ 30% e < 70% - 01 < 30% - 00 Média dos pontos percentuais do EF e EM	52,8		
7.	Informe o percentual de instituições estaduais destinadas aos ensinos fundamental e médio que promovem acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida: EM: Ex: 0%, 10%, 50%, 100%.	≥ 90% - 03 ≥ 70 e < 90% - 02 ≥ 30% e < 70% - 01 < 30% - 00 Média dos pontos percentuais do EF e EM	53,42		
8.	Informe o percentual de instituições estaduais destinadas aos ensinos fundamental e médio que possuem bibliotecas em funcionamento: EF: Ex: 0%, 10%, 50%, 100%.	≥ 80% - 03 ≥ 50 e < 80% - 02 ≥ 10% e < 50% - 01 < 10% - 00 Média dos pontos percentuais do EF e EM	94,54		3
8.	Informe o percentual de instituições estaduais destinadas aos ensinos fundamental e médio que possuem bibliotecas em funcionamento: EM: Ex: 0%, 10%, 50%, 100%.	≥ 80% - 03 ≥ 50 e < 80% - 02 ≥ 10% e < 50% - 01 < 10% - 00 Média dos pontos percentuais do EF e EM	94,63		
Subtotal - II. Infraestrutura Escolar		5 quesitos			
III. Alimentação Escolar					
9.	O Estado complementa, com recursos próprios, o valor repassado pelo Governo Federal para a alimentação escolar?	9 Sim - 03 Não - 00 9.1 informativa	Sim	3	

9.1	Informe o percentual do complemento em relação ao valor recebido do Governo Federal. EF: Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.			100	
9.1	Informe o percentual do complemento em relação ao valor recebido do Governo Federal. EM: Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.			100	
10.	Informe o percentual de compra da alimentação escolar oriunda da agricultura familiar:	≥ 30% - 03 < 30% - 02		< 30%	2
11.	Há nutricionista responsável pela elaboração e acompanhamento do cardápio da alimentação escolar em todas as instituições da rede estadual de ensino	11 Sim - 03 Não - 00 11.1 informativa		Sim 100	3
11.1	Qual é o percentual das instituições da rede estadual de ensino que tem o serviço de nutricionista ? EF: Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.			100	
11.1	Qual é o percentual das instituições da rede estadual de ensino que tem o serviço de nutricionista ?EM:			100	
Subtotal - III. Alimentação Escolar		3 quesitos			
IV. Transporte Escolar					
12.	Informe o percentual de atendimento do serviço de transporte escolar em relação ao total de alunos residentes em zona rural:	≥ 80% - 03 ≥ 50 e < 80% - 02 ≥ 10% e < 50% - 01 < 10% - 00		≥ 80%	3
13.	O Estado tem registro das rotas e/ou tempo seguidas pelos veículos do transporte escolar?	Sim, rota e tempo - 03 Sim, apenas rota ou tempo - 02 Não - 00 13.1 informativa		Não	0
13.1	Informe a idade média da frota escolar:			Não temos essa informação	
Subtotal - IV. Transporte Escolar		2 quesitos			
V. Corpo Docente					
14.	O Estado possui Plano de Cargos e Salários para seus professores em conformidade com o Plano Nacional de Educação – PNE?	Sim - 03 Não - 00		Sim	3
15.	O Estado cumpre o piso salarial nacional (jornada de 40h/sem) para todos os professores?	Sim - 03 Não - 00		Sim	3

16.	Qual a quantidade de professores efetivos e de temporários/designados destinados aos ensinos fundamental e médio? [Anos iniciais EF:][Professores efetivos]	Informativa	13.621
16.	Qual a quantidade de professores efetivos e de temporários/designados destinados aos ensinos fundamental e médio? [Anos iniciais EF:][Professores temporários/designados]	Informativa	26.553
16.	Qual a quantidade de professores efetivos e de temporários/designados destinados aos ensinos fundamental e médio? [Anos finais EF:][Professores efetivos]	Informativa	38.366
16.	Qual a quantidade de professores efetivos e de temporários/designados destinados aos ensinos fundamental e médio? [Anos finais EF:][Professores temporários/designados]	Informativa	34.773
16.	Qual a quantidade de professores efetivos e de temporários/designados destinados aos ensinos fundamental e médio? [EM:][Professores efetivos]	Informativa	38.393
16.	Qual a quantidade de professores efetivos e de temporários/designados destinados aos ensinos fundamental e médio? [EM:][Professores temporários/designados]	Informativa	32.801
16.1	Informe o percentual de temporários em relação ao total de professores: [Anos iniciais EF:] Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	Informativa	66%
16.1	Informe o percentual de temporários em relação ao total de professores: [Anos finais EF:] Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	Informativa	48%
16.1	Informe o percentual de temporários em relação ao total de professores: [EM:] Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	Informativa	46%
17.	Qual a quantidade de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado nos ensinos fundamental e médio? [Anos iniciais EF:][Especialização]	Informativa	4292
17.	Qual a quantidade de professores efetivos com Especialização,	Informativa	36

	Mestrado, Doutorado nos ensinos fundamental e médio? [Anos iniciais EF:][Mestrado]		
17.	Qual a quantidade de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado nos ensinos fundamental e médio? [Anos iniciais EF:][Doutorado]	Informativa	1
17.	Qual a quantidade de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado nos ensinos fundamental e médio? [Anos finais EF:][Especialização]	Informativa	5025
17.	Qual a quantidade de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado nos ensinos fundamental e médio? [Anos finais EF:][Mestrado]	Informativa	226
17.	Qual a quantidade de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado nos ensinos fundamental e médio? [Anos finais EF:][Doutorado]	Informativa	21
17.	Qual a quantidade de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado nos ensinos fundamental e médio? [EM:][Especialização]	Informativa	12869
17.	Qual a quantidade de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado nos ensinos fundamental e médio? [EM:][Mestrado]	Informativa	1032
17.	17. Qual a quantidade de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado nos ensinos fundamental e médio? [EM:][Doutorado]	Informativa	65
17.1	Informe o percentual de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado em relação ao total de professores: [Anos iniciais EF:][Especialização]		21,70%
17.1	Informe o percentual de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado em relação ao total de professores: [Anos iniciais EF:][Mestrado]		0,18%
17.1	Informe o percentual de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado em relação ao total de professores: [Anos iniciais EF:][Doutorado]		0,00%

17.1	Informe o percentual de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado em relação ao total de professores: [Anos finais EF:][Especialização]			13,10%
17.1	Informe o percentual de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado em relação ao total de professores: [Anos finais EF:][Mestrado]			0,59%
17.1	Informe o percentual de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado em relação ao total de professores: [Anos finais EF:][Doutorado]			0,05%
17.1	Informe o percentual de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado em relação ao total de professores: [EM:][Especialização]			33,50%
17.1	Informe o percentual de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado em relação ao total de professores: [EM:][Mestrado]			2,69%
17.1	Informe o percentual de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado em relação ao total de professores: [EM:][Doutorado]			0,17%
18.	Qual valor aplicado na capacitação do corpo docente estadual? EF:	18.1 Sim - 03 Não - 00 18 e 18.2 Informativas		1679080,87*
18.	Qual valor aplicado na capacitação do corpo docente estadual? EM:			790155,71*
18.1	O valor aplicado no ano avaliado foi maior em relação ao ano anterior?			Não
18.2	Informe o percentual aplicado em relação ao total dos recursos gastos em MDE. Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.			0,00
19.	Qual o número de professores e de diretores capacitados da rede estadual? Professores: Obs: Participação no ano avaliado de professores e diretores em cursos, palestras, seminários e congressos para atualização.	19.3 Sim - 03 Não - 00 19 e 19.1 e 19.2 Informativas		34667

0

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

19.	Qual o número de professores e de diretores capacitados da rede estadual? Diretores: Obs: Participação no ano avaliado de professores e diretores em cursos, palestras, seminários e congressos para atualização.		7385	0
19.1	Informe o percentual de professores capacitados em relação ao total de professores: Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.		18,7	
19.2	Informe o percentual de diretores capacitados em relação ao total de diretores: Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.		100%	
19.3	Há Programa Estadual estruturado para reconhecimento e incentivo à capacitação dos profissionais da Educação?		Não	
20.	Existem medidas a serem adotadas para substituição de profissionais em caso de ausência?	Sim - 03 Não - 00	Sim	

20.1	Informe quais são estas medidas: Professor Eventual – professor para substituição eventual de docente nos anos iniciais do ensino fundamental.. Designação (contrato temporário) – nos termos da Lei 10.254/90 – contratos temporários em substituição a servidor afastado de suas funções de acordo com as regras estabelecidas pela Resolução SEE publicada anualmente, a qual define as normas para a organização do quadro de pessoal e a designação para o exercício da função pública na rede estadual de educação de Minas Gerais.Lei nº 10.254, art. 10.“Art. 10 – Para suprir a comprovada necessidade de pessoal, poderá haver designação para o exercício de função pública, nos casos de:I – substituição, durante o impedimento do titular do cargo;II – cargo vago, e exclusivamente até o seu definitivo provimento, desde que não haja candidato aprovado em concurso público para a classe correspondente.§ 1º – A designação para o exercício da função pública de que trata este artigo somente se aplican as hipóteses de cargos de:a) Professor, para regência de classe, Especialista em Educação e Serviçal, para exercício exclusivo em unidade estadual de ensino;...”	Informativa	. Professor Eventual – professor para substituição eventual de docente nos anos iniciais do ensino fundamental.. Designação (contrato temporário) – nos termos da Lei 10.254/90 – contratos temporários em substituição a servidor afastado de suas funções de acordo com as regras estabelecidas pela Resolução SEE publicada anualmente, a qual define as normas para a organização do quadro de pessoal e a designação para o exercício da função pública na rede estadual de educação de Minas Gerais.Lei nº 10.254, art. 10.“Art. 10 – Para suprir a comprovada necessidade de pessoal, poderá haver designação para o exercício de função pública, nos casos de:I – substituição, durante o impedimento do titular do cargo;II – cargo vago, e exclusivamente até o seu definitivo provimento, desde que não haja candidato aprovado em concurso público para a classe correspondente.§ 1º – A designação para o exercício da função pública de que trata este artigo somente se aplican as hipóteses de cargos de:a) Professor, para regência de classe, Especialista em Educação e Serviçal, para exercício exclusivo em unidade estadual de ensino.
Subtotal - V. Corpo Docente		7 quesitos	. Designação (contrato temporário) – nos termos da Lei 10.254/90 – contratos temporários em substituição a servidor afastado de suas funções de acordo com as regras estabelecidas pela Resolução SEE publicada anualmente, a qual define as normas para a organização do quadro de pessoal e a designação para o exercício da função pública na rede estadual de educação de Minas Gerais.
VI. Políticas Educacionais			Lei nº 10.254, art. 10.
21.	O Estado elaborou Plano Estadual de Educação em conformidade com o Plano Nacional de Educação - PNE? Plano elaborado e implementado Plano elaborado e em implementação Plano não elaborado. Informar prazo para elaboração.	Elaborado e implementado - 03 Elaborado e em implementação - 01 Não elaborado - 00 21.1. informativa	Plano elaborado e em implementação

21.	21. O Estado elaborou Plano Estadual de Educação em conformidade com o Plano Nacional de Educação – PNE? [Outros]				
21.1	Qual a vigência do Plano?			2018-2027	
22.	O Estado dispõe de política estruturada para desenvolver as competências de leitura e escrita de seus alunos com dificuldade de aprendizado?	Sim para perguntas 22 e 22.1 e 22.2 \geq 80% - 03 Sim para perguntas 22 e 22.1 e 22.2 \geq 50 e < 80% - 02 Sim para perguntas 22 e 22.1 e 22.2 e < 50% - 01 Não - 00		sim	1
22.1	Existem metas traçadas?			sim	
22.2	Das metas traçadas, qual percentual alcançado?			<50%	
22.3	Qual é o percentual de escolas da rede estadual de ensino atendidas com a política? EF: Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	22.3 informativa		26	
22.3	Qual é o percentual de escolas da rede estadual de ensino atendidas com a política? EM: Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.			0%	
23.	O Estado oferta educação integral?	23 Sim - 03 Não - 00		sim	3
23.1	Quantas instituições da rede estadual de ensino ofertam educação integral? EF:	23.1, 23.2 e 23.3 informativas		147	
23.1	Quantas instituições da rede estadual de ensino ofertam educação integral? EM:			43	
23.2	Informe o percentual das instituições da rede estadual de ensino que ofertam a educação integral em relação ao total de escolas. EF: Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.			5%	
23.2	Informe o percentual das instituições da rede estadual de ensino que ofertam a educação integral em relação ao total de escolas. EM:			2%	
23.3	Informe o número de alunos atendidos pela educação integral: EF:			25243	
23.3	Informe o número de alunos atendidos pela educação integral: EM:			2643	
24.	O Estado oferta Educação Especial na perspectiva inclusiva?	24 Sim - 03 Não - 00		Sim	3
24.1	Quantas instituições possuem condições (profissionais e infraestrutura) de prover educação especial sob perspectiva inclusiva? EF:	24.1, 24.2 e 24.3 informativas		3147	

24.1	Quantas instituições possuem condições (profissionais e infraestrutura) de prover educação especial sob perspectiva inclusiva? EM:			2174	3
24.2	Informe o percentual das instituições da rede estadual de ensino que ofertam a educação especial sob perspectiva inclusiva em relação ao total de escolas. EF: Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.			94,7	
24.2	Informe o percentual das instituições da rede estadual de ensino que ofertam a educação especial sob perspectiva inclusiva em relação ao total de escolas. EM:			87,1	
24.3	Informe o número de alunos atendidos com a Educação Especial na perspectiva inclusiva: EF:			39785	
24.3	Informe o número de alunos atendidos com a Educação Especial na perspectiva inclusiva: EM:			17245	
25.	O Estado oferta educação profissional?	25 Sim - 03 Não - 00		Sim	
25.1	Quantas instituições da rede estadual de ensino ofertam a educação profissional? EJA:	25.1, 25.2 e 25.3 informativas		0	
25.1	Quantas instituições da rede estadual de ensino ofertam a educação profissional? EM:			135	
25.2	Informe o percentual das instituições que ofertam educação profissional em relação ao total de escolas: EJA: Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.			0	
25.2	Informe o percentual das instituições que ofertam educação profissional em relação ao total de escolas: EM: Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.			5,41%*	
25.3	Informe o número de alunos atendidos pela educação profissional: EJA:			0	
25.3	Informe o número de alunos atendidos pela educação profissional: EM:			5770	
26.	O Estado monitora a aplicação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 nas escolas estaduais? Obs: Ensino de "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".	Sim - 03 Não - 00		Sim	3

Subtotal - VI. Políticas Educacionais		6 quesitos		
VII - Conselhos e Colegiados Escolares				
27.	Existe Conselho Estadual de Educação estruturado e atuante no Estado?	Sim e ≥ 6 reuniões - 03 Sim e ≥ 4 e < 6 reuniões - 02		3
27.1	Quantas reuniões foram realizadas pelo Conselho Estadual de Educação durante o ano avaliado? Obs: Não considerar reuniões de nomeações/exclusão de membros ou outro assunto não relacionado à natureza do Conselho.	Sim e < 4 reuniões - 01 Não - 00	Sim	
28.	Existe Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais (ConsFUNDEB) estruturado e atuante no Estado?	Sim e ≥ 6 reuniões - 03 Sim e ≥ 4 e < 6 reuniões - 02 Sim e < 4 reuniões - 01 Não - 00		3
28.1	Quantas reuniões foram realizadas pelo ConsFUNDEB durante o ano avaliado? Obs: Não considerar reuniões de nomeações/exclusão de membros ou outro assunto não relacionado à natureza do Conselho.		≥ 6 reuniões	
29.	Existem colegiados escolares formais e atuantes nas escolas da rede estadual de ensino?	29 Sim - 02 Não - 00 29.1 informativa		2
29.1	Informe o percentual de escolas com colegiado escolar formal e atuante em relação ao total de escolas. Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.		100%	
Subtotal - VII. Conselhos e Colegiados Escolares		3 quesitos		
VIII. Indicadores Educacionais				
30.	Durante o ano letivo, houve interrupção por greve ou por outros motivos?	30 e 30.1 informativas		
30.1	Quantos dias durou a interrupção?		11	
31.	O Estado aplicou programas de avaliação de rendimento escolar nos níveis fundamental e médio da rede estadual de ensino?	Sim - 03 Parcialmente - 02 Não - 00		3
32.	O Estado utilizou indicador de aprendizado para análise do desempenho nos ensinos fundamental e médio da rede estadual de ensino?	32 Sim - 03 Não - 00		3
32.1	Informe o resultado do IDEB da rede estadual de ensino: [IDEB EF anos iniciais:]		6,5	

32.1	Informe o resultado do IDEB da rede estadual de ensino: [IDEB EF anos finais:]			4,4	
32.1	Informe o resultado do IDEB da rede estadual de ensino: [IDEB EM:]			3,6	
32.2	Informe outros indicadores de aprendizado utilizados pelo Estado e seus respectivos resultados: [EF anos iniciais:][Indicadores]		PROEB 2019 Língua Portuguesa		
32.2	Informe outros indicadores de aprendizado utilizados pelo Estado e seus respectivos resultados: [EF anos iniciais:][Resultados]			222,4	
32.2	Informe outros indicadores de aprendizado utilizados pelo Estado e seus respectivos resultados: [EF anos finais:][Indicadores]		PROEB 2019 Língua Portuguesa		
32.2	Informe outros indicadores de aprendizado utilizados pelo Estado e seus respectivos resultados: [EF anos finais:][Resultados]			246,5	
32.2	Informe outros indicadores de aprendizado utilizados pelo Estado e seus respectivos resultados: [EM:][Indicadores]		PROEB 2019 Língua Portuguesa		
32.2	Informe outros indicadores de aprendizado utilizados pelo Estado e seus respectivos resultados: [EM:][Resultados]			265,2	
33	O Estado monitora a taxa de abandono dos estudantes dos ensinos fundamental e médio da rede estadual de ensino?			Sim	0
33.1	Existem metas traçadas para redução da taxa de abandono?			não	
33.2	Qual percentual alcançado das metas traçadas?				
34.	Qual a taxa de aprovação e de abandono dos alunos da rede estadual? [EF anos iniciais:][Taxa de aprovação]			99,5	
34.	Qual a taxa de aprovação e de abandono dos alunos da rede estadual? [EF anos iniciais:][Taxa de abandono]			0,2	
34.	Qual a taxa de aprovação e de abandono dos alunos da rede estadual? [EF anos finais:][Taxa de aprovação]			85,2	
34.	Qual a taxa de aprovação e de abandono dos alunos da rede estadual? [EF anos finais:][Taxa de abandono]			2,9	

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

34.	Qual a taxa de aprovação e de abandono dos alunos da rede estadual? [EM:][Taxa de aprovação]			78	
34.	Qual a taxa de aprovação e de abandono dos alunos da rede estadual? [EM:][Taxa de abandono]			8,8	
35	O Estado possui levantamento da distorção idade-série para os ensinos fundamental e médio?			Sim	0
35.1	Existem metas traçadas para redução da distorção idade-série para os ensinos fundamental e médio?			não	
35.2	Qual percentual alcançado das metas traçadas?				
Subtotal - VIII. Indicadores Educacionais		6 quesitos			
IX - Índice Constitucional/Legal					
36	Qual percentual da receita vinculada aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino?	≥ 25% - 3 pontos < 25% - 0 ponto		< 25%*	0
37	Qual percentual dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) foi aplicado com remuneração de profissionais do magistério em efetivo exercício?	≥ 60% - 3 pontos < 60% - 0 ponto		≥ 60%	3
Subtotal - IX. Índices		2 quesitos			
X - Governança					

38	<p>Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento – IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA relativos às políticas públicas da educação: [a] A razão entre o número de ações cujo EFISi esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*:] Ex: 0,7; 0,8; 1,3. Obs: EFISi = Execução físicai/Previsão física iniciali EFINI = Execução financeirai/Previsão financeira iniciali IEEOi = EFISi/EFINI onde i corresponde a cada uma das ações dos programas do PPA *total de ações que não têm execução financeira, ainda que tenham execução física.</p>	<p>Calcular IAP: Somar ((A + B + C) / 3)*100 IAP ≥ 80 - 05 IAP ≥ 60 - 04 IAP ≥ 40 - 03 IAP ≥ 20 - 02 IAP < 20 - 01</p>	0,55	2
38	<p>Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento – IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA relativos às políticas públicas da educação: [b] A razão entre o número de ações cujo EFINI esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*:] Ex: 0,7; 0,8; 1,3. Obs: EFISi = Execução físicai/Previsão física iniciali EFINI = Execução financeirai/Previsão financeira iniciali IEEOi = EFISi/EFINI onde i corresponde a cada uma das ações dos programas do PPA *total de ações que não têm execução financeira, ainda que tenham execução física.</p>		0,23	

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

38	Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento – IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA relativos às políticas públicas da educação: [c] A razão entre o número de ações cujo Índice de Equilíbrio da Execução Orçamentária (IEEOi) esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*:]		0,14
Subtotal - X. Governança		1 quesito	72

TOTALIZAÇÃO

Quesitos: 38

Pontos máximos: 100

Pontos mínimos: 000

FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL

i-EDUC = (Somatório da pontuação de cada quesito)/100

Peso da Dimensão Educação

i-EDUC: 20/100 – 0,20 (20%)